



# **A Educação Ambiental e o Desenvolvimento Local no Distrito de Bragança: O papel das ONG's**

**Lília Maria Afonso Magalhães Rodrigues**

*Dissertação apresentada à Escola Superior de Educação de Bragança  
para obtenção do Grau de Mestre em Educação Ambiental*

Orientado por

**Maria da Conceição da Costa Martins**

**Bragança**

**2011**



## **AGRADECIMENTOS**

Não poderia deixar passar a oportunidade de agradecer a todos aqueles que têm feito parte da minha vida e das minhas conquistas pessoais e profissionais.

O meu sincero obrigada à Azimute, na pessoa do Dr. João Cameira, pela experiência, conhecimentos e amizade; à Aldeia, em especial ao Dr. Emanuel Ribeiro e ao Dr. João Rodrigues, pela disponibilidade, simpatia e profissionalismo e à AEPGA na pessoa do Dr. Miguel Nóvoa, pelo exemplo de dedicação e entrega a uma causa tão bonita e importante.

Obrigada à Dr.<sup>a</sup> Conceição Martins pelos ensinamentos, pelo despertar do interesse e vontade de aprofundar os meus conhecimentos na área da Educação Ambiental, pela amizade e incentivo.

Um agradecimento àqueles que têm um lugar especial na minha vida. A Zé, a Isabel, o Luís, e o Paulo.

À Gina pelo exemplo de coragem e determinação e pela amizade.

Ao André por ser tão especial.

Ao Rúben pela companhia, amizade e amor.

À Ana e à Clara pelo futuro.

À minha mãe, por tudo...



## RESUMO

É nossa opinião que a investigação sobre a Educação Ambiental que se pratica a nível local é ainda muito limitada, pelo que se optou pelo estudo desta temática.

Pudemos constatar que não há muita literatura que foque o trabalho levado a cabo pelas ONG's de âmbito local e qual o impacto das actividades por elas desenvolvidas nas atitudes e comportamentos das populações locais.

Pelo exposto, optámos pela realização da presente investigação, o qual, tem como objecto central o estudo das práticas de EA desenvolvidas pelas ONG's do distrito de Bragança e qual o impacto das actividades promovidas na preservação do meio e no desenvolvimento mais sustentável dos contextos em que actuam. Para esse efeito, foram seleccionadas três associações do distrito de Bragança com a finalidade de estudarmos qual o seu objecto social e influência no meio em que estão inseridas, objectivos de estudo e abrangência. As associações estudadas têm como intuito comum a preservação e manutenção dos recursos naturais e conseqüente melhoria da qualidade ambiental.

Foram seleccionadas a Associação Azimute, a Associação AEPGA e a Associação Aldeia.

Analisando os resultados obtidos com a realização deste estudo foi-nos permitido verificar que todas as associações estudadas têm um impacto positivo na localidade em que estão inseridas, embora esse impacto se verifique de diferentes formas, de acordo com as características de cada associação.

A Associação Azimute tem uma vertente de proximidade com a população muito própria, sendo que a maioria das actividades promovidas têm como destinatários a população local. É de destacar o facto de os próprios habitantes da aldeia assumirem, por diversas vezes, o papel de formadores, o que comprova a proximidade da Associação Azimute com os habitantes da aldeia de Portela, onde se localiza a sua sede e Centro Interpretativo da Natureza.

A Associação AEPGA (Associação para Estudo e Protecção do Gado Asinino) é, sem dúvida, a mais popular entre a população de Atenor, onde se localiza a sua sede, e as aldeias vizinhas. Pudemos constatar que a AEPGA tem uma vertente muito pronunciada de afectividade, familiaridade e até de segurança. Pelas características próprias da associação e pelo trabalho constante que realizam com os exemplares da raça asinina de Miranda, este trabalho acaba por se fazer de forma voluntária e exemplar. Pudemos constatar que os elementos desta associação fazem parte integrante da aldeia e a sua presença é uma constante na vida e na dinâmica da população da aldeia de Atenor e localidades vizinhas.

No que concerne à Associação Aldeia, verificámos que é uma associação com características e funções distintas da anterior. A tipologia de actividades e acções que esta desenvolve são dirigidas para um público-alvo mais restrito e qualificado. Este facto leva-nos a concluir que esta associação não tem grande visibilidade e impacto directo na população local.

Apesar das diferenças verificadas foi com enorme satisfação que verificámos a importância do trabalho desenvolvido pelas associações em estudo na área da Educação Ambiental e na promoção de um futuro que desejamos mais saudável e sustentável.

O presente estudo inclui, ainda, sugestões para futuras investigações que julgamos necessárias e pertinentes para a valorização das localidades e dos recursos materiais e humanos que apresentam.



## ABSTRACT

We think that the research on Environmental Education that is practised locally is still very limited, so we decided to study this subject.

We have noticed that there are not a lot of literature focusing on the work of the local NGO's, or on the impact of their on the attitudes and behaviour of the local populations.

For these reasons, we have chosen to carry out this research, whose main subject is the study of the actions of Environmental Education (EE) developed by the NGO's of the district of Bragança. Besides it also focuses on the impact of the activities fostered on the preservation of the environment and in a more sustainable development of the settings where they operate. As such, three associations of the district of Bragança were selected, with the aim of studying what is their social objective and influence on the environment in which they operate, their study targets and range. The associations analyzed have one common aim: the preservation and maintenance of the natural resources and resulting improvement of the environmental quality.

We selected the "Azimute" Association, the "Aldeia" Association and the Association for the Study and Preservation of the Asinine Cattle (AEPGA).

By examining the results obtained from the research we verified that all of the associations have a positive impact on the place where they operate, although that impact takes place in different ways, according to the features of each association.

The "Azimute" Association has its very own proximity with the population, and most of activities are promoted for the local population. One must highlight the fact that the inhabitants themselves often assume the role of instructors, which proves the proximity of the Association with the inhabitants of the village of Portela, which is the place where the association has its headquarters and the Nature Interpretative Center.

The AEPGA association is, surely, the most popular association among the inhabitants of Atenor village, where the headquarters are located, and in other nearby villages, too. We realized that AEPGA has a very marked aspect of affection, familiarity and even safety. Because of the specific characteristics of the association and the constant work they perform with the specimens of the donkey breed from the Miranda region, this work ends up being done in a voluntary and exemplary way. We have seen that the elements of this association are a vital part of the village, and their presence is assumed as something permanent in the life and dynamics of the inhabitants of Atenor and of the surrounding towns.

Regarding the "Aldeia" Association, we verified that it is an association with different features and functions from the previous one. The type of activities and actions developed are addressed to a more limited and qualified target audience. That forces us to conclude that this association does not have a great visibility or direct impact on the local population.

Despite the differences, it was with great pleasure that we realized the importance of the work developed by the associations in the field of Environmental Education, as well as in the promotion of a future that we all wish will be more healthy and sustainable.

This research also includes recommendations for future research which we regard as necessary and relevant for the appreciation of the places and their human and material resources.



ÍNDICE	
ÍNDICE DE QUADROS E FIGURAS.....	x
LISTA DE SIGLAS E ACRÓNIMOS .....	XI
CAPÍTULO I – INTRODUÇÃO .....	1
1.1. Contexto do estudo.....	1
1.2. Objectivos e questões do estudo .....	3
1.3. Importância do estudo .....	3
CAPÍTULO II – EDUCAÇÃO AMBIENTAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL .....	5
2.1. Educação Ambiental.....	5
2.1.1. Conceitos básicos de Educação Ambiental.....	5
2.1.2. Breve história da Educação Ambiental.....	8
2.2. Desenvolvimento sustentável .....	15
2.3. Importância da Educação Ambiental no Desenvolvimento Sustentável .....	18
2.4. O papel das ONG's na Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável .....	20
2.4.1. Características das ONG's e princípios orientadores.....	20
2.4.2. Acção das ONG's.....	24
2.4. Projectos de Educação Ambiental .....	27
CAPÍTULO III – METODOLOGIA.....	33
3.1. Natureza da investigação .....	33
3.2 Casos estudados.....	35
3.3. Técnicas e instrumentos para recolha de dados.....	38
3.3.1. Análise documental.....	39
3.3.2. Inquérito por entrevista.....	40
3.4. Tratamento dos dados.....	43
CAPÍTULO IV – APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS .....	47
4.1. Caracterização das actividades desenvolvidas – Relatório de actividades .....	47
4.2. Caracterização das práticas de Educação Ambiental e seu impacto nas populações .....	52

4.2.1. Opinião dos Dirigentes Associativos .....	52
4.2.2. Opinião de alguns elementos da população .....	62
4.3. Síntese global e discussão dos resultados.....	71
<b>CAPÍTULO V – CONCLUSÕES.....</b>	<b>75</b>
5.1. Principais conclusões.....	75
5.2. Implicações da investigação.....	79
5.3. Limitações do estudo .....	79
5.4. Sugestões para futuras investigações.....	80
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>81</b>
<b>LEGISLAÇÃO CONSULTADA.....</b>	<b>91</b>
Anexo 1 - Guião da entrevista para os dirigentes associativos .....	92
Anexo 2 - Guião da entrevista para os elementos da população .....	92

## **ÍNDICE DE QUADROS E FIGURAS**

Quadro n.º 3.1 – Caracterização das associações colaboradoras do estudo.....	36
Quadro n.º 3.2 – Técnicas e instrumentos utilizados na recolha de dados em função das questões de investigação.....	39
Quadro n.º 4.1 – Actividades desenvolvidas pela associação Azimute em função da data e do público-alvo.....	47
Quadro n.º 4. 2 - Actividades desenvolvidas pela associação AEPGA em função da data e do público-alvo.....	48
Quadro n.º 4.3 - Actividades desenvolvidas pela associação Aldeia em função da data e do público-alvo. ....	50
Quadro n.º 4.4 – Formação académica dos dirigentes associativos. ....	53
Quadro n.º 4.5 - Síntese, por categorias, das respostas dos dirigentes associativos relativamente ao conceito de EA, às praticas utilizadas para o desenvolvimento de actividades de EA e ao impacto da associação na população. ....	54
Quadro n.º 4.6 - Síntese, por categorias, das respostas da população relativamente ao conceito de EA, às praticas utilizadas para o desenvolvimento de actividades de EA e ao impacto da associação na população .....	62

## **LISTA DE SIGLAS E ACRÓNIMOS**

Ao longo deste trabalho utilizamos vários acrónimos e siglas, que especificamos seguidamente:

AEPGA – Associação para o Estudo e Protecção do Gado Asinino  
CDS – Comissão do Desenvolvimento Sustentável (das nações Unidas)  
CNA – Comissão Nacional do Ambiente  
DS – Desenvolvimento Sustentável  
EA – Educação Ambiental  
EDS – Educação para o Desenvolvimento Sustentável  
ENDS – Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável  
IA – Instituto do Ambiente  
INAMB – Instituto Nacional do Ambiente  
IPAMB – Instituto de Promoção Ambiental  
LADA – Lei das Associações de Defesa do Ambiente  
LBA – Lei de Bases do Ambiente  
LBSE – Lei de Bases do Sistema Educativo  
ONG – Organização Não Governamental  
ONGA – Organização Não Governamental de Ambiente  
ONU – Organização das Nações Unidas  
PNUMA – Programa das Nações Unidas sobre Meio Ambiente  
SNPP – Serviço Nacional de Participação das Populações  
UNESCO – United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization  
WWF – Worldwide Wildlife Found



## **CAPÍTULO I – INTRODUÇÃO**

Este trabalho encontra-se estruturado em cinco capítulos, referências bibliográficas e anexos.

O primeiro capítulo reporta-se à introdução, a qual está organizada em três secções: contexto do estudo, objectivos e questões do estudo e importância do estudo.

No segundo capítulo abordam-se alguns assuntos, no âmbito da literatura efectuada, dos quais se destacam a Educação Ambiental (EA) e o Desenvolvimento Sustentável (DS). No subponto que trata a EA faz-se referência aos conceitos básicos de EA e uma breve história da EA. Neste capítulo é ainda feita abordagem ao tema do DS, focando as perspectivas de EA/DS. Seguidamente são referidas as ONG's, as suas principais características e princípios orientadores e qual o seu papel na EA e no DS. Faz-se ainda, uma breve abordagem às acções de EA desenvolvidas por estas ONG's.

No capítulo terceiro apresenta-se a metodologia utilizada e a justificação da sua escolha, estando este subdividido em: natureza da investigação, técnicas e instrumentos para recolha de dados e o seu tratamento.

Segue-se o capítulo quatro, o qual diz respeito à apresentação e discussão dos resultados obtidos.

No quinto capítulo são apresentadas as conclusões do estudo, abrangendo as implicações da investigação e as limitações do estudo e ainda algumas sugestões para futuras investigações.

No final são indicadas as referências bibliográficas utilizadas e depois os anexos.

Desenvolvemos, seguidamente, cada uma das referidas secções.

### **1.1. Contexto do estudo**

A Educação Ambiental (EA) deve ser entendida como um processo educativo completo, acessível a todos e capaz de despertar no cidadão comum a necessidade de assumir um compromisso para com o ambiente.

Entendemos que isto não é possível se a EA ficar limitada às escolas, parques naturais e parques biológicos ou a técnicos especializados. Pensamos que estas não são as únicas formas de educar, muito pelo contrário. Há muitos outros contextos, agentes e actores que, de preferência, actuando de forma interactiva, permitem que exista uma EA abrangente, acessível a todos e eficaz.

Na opinião de Fernandes (1983), a EA deve intervir de modo a desenvolver novas competências e comportamentos em relação ao ambiente e criar novos conhecimentos.

Deve ser uma educação contínua, permitindo para o desenvolvimento do ser humano e de tudo aquilo que o rodeia, pois só assim, será possível uma mudança ao nível dos comportamentos e das atitudes.

Por outro lado, consideramos que a EA deve ser um elemento crucial no desenvolvimento das sociedades actuais, uma vez que as atitudes e comportamentos humanos têm provocado uma degradação generalizada do meio. Continuamos a assistir a graves problemas ambientais como inundações, incêndios florestais, marés negras, entre outros. Segundo Miralles (1999)

a Educação Ambiental deve servir para mudar o sentido da marcha, e não apenas para a retardar. Se falar de ambiente passa pela construção de uma sociedade mais justa, solidária e equitativa, então exige que a Educação Ambiental se identifique com um modelo de transformação que enfrente, com rigor, a mudança dos actuais valores sociais. O que necessita de uma pedagogia específica. Estes 25 anos de Educação Ambiental no planeta têm sido um mau ensaio geral. O próximo desafio consiste em saber converter o conceito de sustentabilidade nos valores e atitudes necessários para saber acordar os novos pensamentos (p. 74).

A EA deve ser um recurso através do qual a população, em geral, adquire conhecimentos, informações, atitudes e comportamentos correctos que permitam a conservação do meio e dos recursos que temos disponíveis, isto é, pretende-se a formação de cidadãos ambientalmente conscientes e responsáveis.

Para Sá (2008), o entendimento dos pressupostos, conteúdos e práticas da EA não é consensual: a forma como a educação é concebida e implementada depende da concepção de *Ambiente*, do entendimento da relação *Ser Humano/Ambiente* e da perspectiva de *Desenvolvimento* em que assenta. Coexistem diversas perspectivas de EA, podendo, no entanto, ser identificadas três etapas fundamentais na sua evolução: educar para conservar, educar para consciencializar e educar para mudar atitudes.

A par com o conceito de EA surge o conceito de Desenvolvimento Sustentável (DS), actualmente considerado como a solução que permite o equilíbrio entre o crescimento económico e a conservação da Natureza, o que é um objectivo e preocupação comum a todas as Organizações Não Governamentais (ONG's) estudadas.

O desenvolvimento sustentável transformou-se em premissa no planeamento político empresarial, principalmente por sugerir um novo rumo para as relações humanas e ambientais, além de propor um novo modelo de integração e auto sustentabilidade baseado na participação das comunidades locais, visando um desenvolvimento local associado ao DS (Oliveira, 2004).

## 1.2. Objectivos e questões do estudo

De acordo com o exposto na secção anterior, e à medida que o nosso interesse e curiosidade pelo assunto se foi desenvolvendo, várias foram as questões que se foram colocando e às quais pretendemos dar uma resposta com esta investigação. Assim, formulámos as seguintes questões de investigação:

- As ONG's do distrito de Bragança incluem nas suas práticas a EA? Que tipo de dinâmicas promovem e a quem se destinam?
- Que formação, ao nível da EA, possuem os seus dirigentes, associados e trabalhadores?
- Qual o impacte das actividades promovidas para a preservação do meio e para um desenvolvimento mais sustentável dos contextos em que actuam?

Em conformidade com as questões de investigação definimos os seguintes objectivos gerais para este estudo:

- Caracterizar as associações envolvidas no estudo (contexto, acções desenvolvidas, público-alvo, frequência de realização das acções, parcerias estabelecidas, planos de actividades e outros);
- Diagnosticar como se trabalha a EA nas associações envolvidas no estudo;
- Averiguar/avaliar a percepção que os habitantes locais têm do trabalho que as associações desenvolvem;
- Verificar se as actividades desenvolvidas abrangem outro público além da população local;
- Avaliar o impacte das dinâmicas desenvolvidas pelas ONG's estudadas no DS da zona onde se integram.

## 1.3. Importância do estudo

Para colmatar a actual situação ambiental torna-se urgente, tal como definimos anteriormente, desenvolver um trabalho plausível ao nível da EA e do DS, o qual não deve ficar limitado às escolas e poder político, cabendo às ONG's um papel primordial/essencial no contacto com os diferentes grupos sociais, faixas etárias, formação académica e outros factores de diferenciação da população. Isto é, a EA desenvolvida pelas ONG's e nomeadamente pelas associações locais de ambiente deve trazer uma nova dimensão e alcance das diferentes componentes da EA e do DS, tornando-os mais facilmente acessíveis a toda a gente, com o objectivo de tornar todos

os cidadãos mais informados e activamente responsáveis face aos problemas ambientais.

Pretende-se com este estudo contribuir para a compreensão da relação da EA com o DS das localidades onde as associações estudadas estão inseridas e com as mudanças verificadas nas suas populações, resultante da actividade daquelas.

Pareceu-nos importante escolher três associações que se movem em torno de uma finalidade principal comum (melhorias ambientais), mas com modos de actuar e objectivos também diversificados de acordo com o local onde estão inseridas, o público-alvo a que se destinam, as actividades promovidas, a formação dos seus dirigentes, etc. Assim, a opção por envolver no presente estudo associações com características diferentes e alguns objectivos comuns, prende-se com os seguintes motivos: trazer contributos para a investigação em EA baseada no estudo de diferentes contextos e perceber, com um olhar atento e crítico, o trabalho desenvolvido pelas ONG's do distrito de Bragança.

Actualmente é possível criar nas populações uma nova consciência ambiental e temos vindo a assistir a muitas situações que permitem essa consciencialização: blocos publicitários que apelam a problemáticas ambientais; literatura relacionada; workshops dedicados a questões ambientais; actividades e projectos desenvolvidos em escolas e em associações de ambiente, etc. Pretendemos, então, estudar a problemática da EA e do DS na sociedade actual e, essencialmente, estudar e relacionar os comportamentos e atitudes dos cidadãos com o trabalho desenvolvido com as ONG's.

A justificação da escolha do tema do presente trabalho prende-se também com motivos pessoais, pois esta problemática vai de encontro aos nossos interesses pessoais e profissionais. Enquanto investigadora, ainda que principiante, a realização deste estudo está a revelar-se extremamente enriquecedora para o meu desenvolvimento, pois tenho a oportunidade de fazer aquilo que me valoriza enquanto educadora e essencialmente enquanto técnica de EA, uma vez que, com a realização deste trabalho, nomeadamente com a metodologia aplicada, poderei ter um contacto directo com as associações, as pessoas que as compõem e com as populações. A realização deste estudo permitirá também ter a oportunidade de transmitir alguns dos conhecimentos que adquiri na minha formação em EA. Esperamos que este trabalho possa vir a dar algum contributo para o futuro e que possa fazer parte da solução que, ansiosamente, todos procuramos, que é construir um futuro melhor e ambientalmente mais saudável e enriquecedor.

## **CAPÍTULO II – EDUCAÇÃO AMBIENTAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

Este capítulo, de acordo com a revisão de literatura efectuada, encontra-se estruturado em três secções que correspondem a temáticas consideradas relevantes no âmbito do presente estudo: (i) Educação Ambiental; (ii) Desenvolvimento Sustentável; e (iii) O papel das Organizações Não Governamentais. Apresentamos de seguida cada uma das secções referidas.

### **2.1. Educação Ambiental**

Actualmente a EA assume um papel preponderante na medida em que promove a formação dos indivíduos no sentido de os tornar cidadãos activos e conscientes em matéria de ambiente. O conceito de EA tem sofrido mutações com o decorrer dos anos, pelo que optámos por trabalhar este tema em duas subsecções. Na primeira apresentamos os conceitos básicos de EA e na segunda fazemos uma resenha sobre a história da EA.

#### **2.1.1. Conceitos básicos de Educação Ambiental**

O conceito de EA assumiu ao longo dos tempos diferentes contornos e aparece, muitas vezes, como um conceito paradigmático. Neste sentido, a EA exige um debate sobre as suas bases de sustentação, obviamente, com aberturas epistemológicas que lhe confirmam o poder de diversidade e interfaces que a sua própria natureza requer (Sato & Santos, 2003). Apresentamos, de seguida, alguns dos conceitos mais relevantes, no domínio da EA.

Em Junho de 1972, a Declaração do Ambiente Humano produzida na sequência da Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente Humano, realizada em Estocolmo, e reflectindo a preocupação com a satisfação das necessidades das gerações do presente e do futuro, formulou o seguinte conceito para EA (Princípio 19), referido por Dias (1993):

é indispensável um trabalho de educação em questões ambientais, visando tanto às gerações jovens como os adultos, dispensando a devida atenção ao sector das populações menos privilegiadas, para assentar as bases de uma opinião pública, bem informada e de uma conduta responsável dos indivíduos, das empresas e das comunidades, inspirada no sentido de sua responsabilidade, relativamente à protecção e melhoramento do meio ambiente, em toda a sua dimensão humana (p. 270).

Este princípio viria a constituir a base estratégica de intervenção institucional no domínio

da EA, uma vez que visa proporcionar, a toda a população, informação sobre questões ambientais e consequente responsabilização dos prevaricadores. Segundo Novo (1998), um dos aspectos positivos da Conferência de Estocolmo foi deixar patente a necessidade da existência de algum tipo de organização internacional que actuasse como estímulo aos diferentes governos, respeitando a necessidade de considerar a justa dimensão dos problemas ambientais no momento de tomar decisões políticas, educativas ou tecnológicas.

Na opinião de Evangelista (1992), esta conferência irrompeu como preocupação fundamental. Governos, partidos políticos e até a própria Igreja, passaram a dedicar às questões ambientais, com extraordinária insistência, palavras que reflectem clara inquietação quanto ao futuro.

Na opinião de Evangelista (1992), em 1973 a EA era “um conceito a nascer, em gestação, ainda incompleto, que viria pouco a pouco a ser delineado” (p. 31).

Posteriormente, do Colóquio sobre Educação Relativa ao Ambiente, realizado em Belgrado, em 1975, resultou a Carta de Belgrado. Neste documento são, pela primeira vez, definidos os grandes objectivos e princípios norteadores da EA, bem como o seguinte conceito básico, que ainda hoje se utiliza (Alves, 1998a):

processo que visa formar uma população mundial consciente e preocupada com o ambiente e com os seus problemas, uma população que tenha os conhecimentos, as competências, o estado de espírito, as motivações e o sentido de compromisso que lhe permitam trabalhar individual e colectivamente na resolução das dificuldades actuais e impedir que elas se apresentem de novo (p. 74).

Mais tarde, em Portugal, o Instituto Nacional do Ambiente, em 1989, esclareceu o conceito de EA. Apontando que (Instituto Nacional de Ambiente, 1989):

a Educação Ambiental é, portanto, um processo permanente e participativo de explicitação de valores, instrução sobre problemas específicos relacionados contínuos com a gestão do ambiente, formação de conceitos e aquisição de competências que motivem o comportamento de defesa, preservação e melhoria do ambiente (p. 11).

Além disso, acrescenta que a tarefa da EA é levar o Homem a viver em harmonia com a natureza. Para tal é necessária a participação de toda a sociedade para solucionar os problemas ambientais, isto significa entender o ambiente e a relação existente entre ecossistemas naturais e os sistemas sociais. Faz ainda referência a preocupações, tais como, a gestão de recursos, o futuro das gerações vindouras e a sobrevivência do Homem (Instituto Nacional de Ambiente, 1989).

Na opinião de Evangelista (1992),

compete à Educação Ambiental preparar a resposta adequada a uma formação global do homem que sirva de fundamento às exigências do futuro para o qual as fórmulas sociais, os conceitos económicos enraizados na predação e no incentivo ao consumo, e até a maior parte dos ideários políticos estão de todo ultrapassados, embora, à pressa, procurem remediar a situação, inflacionando o uso da palavra ecologia, num esforço de habilidade retórica, capaz de dissimular magicamente todos os factores de perturbação (p.117).

Pelo exposto anteriormente, verificamos que o conceito de EA experimentou uma assinalável evolução ao longo das últimas décadas. Primeiramente, assume um carácter naturalista, o qual integra a defesa do regresso ao passado e a recusa do desenvolvimento e do progresso. Actualmente, assume um carácter tendencialmente realista, o qual assenta na existência de um equilíbrio entre o meio natural e o Homem, com vista à construção de um futuro que promova o desenvolvimento sustentável. Neste contexto, a EA é aceite, cada vez mais, como sinónimo de educação para o desenvolvimento sustentável ou de educação para a sustentabilidade (Instituto do Ambiente, 2004). Como refere Ferreira (2003), a EA

é o processo de aprendizagem ao longo da vida que incute pensamento crítico e desenvolve competências para a resolução de problemas e tomada de decisões, dotando os indivíduos das várias perspectivas integradas nas questões ambientais de forma a permitir uma informada e responsável tomada de decisões (p. 31).

A EA passa, então, por formar consciências ambientais e por promover a aquisição de valores relativos ao ambiente. Ou seja, sensibilizar toda a sociedade, de tal modo que a sua participação seja uma realidade é o grande objectivo da EA. Nesta perspectiva e numa linguagem mais actual surge o conceito de Educação para a Sustentabilidade (Azevedo, 2003).

Seguindo a mesma linha de pensamento, segundo o Instituto do Ambiente (2004) verifica-se a necessidade de uma educação que tenha como finalidade a formação de cidadãos ambientalmente cultos, intervenientes e preocupados com a defesa e melhoria da qualidade do ambiente natural e humano. Este conceito reúne um largo consenso, tanto a nível internacional, como no nosso país. Neste sentido, a EA deverá constituir uma preocupação de carácter geral e permanente, pressupondo uma clara definição de intenções educativas e uma "ambientalização" dos conteúdos, estratégias e actividades de ensino/aprendizagem (Instituto do Ambiente, 2004).

Ou seja, a EA, no seu sentido mais lato, diz respeito a todos nós. Tem como objectivo fundamental envolver o cidadão na problemática da sua qualidade de vida actual e futura, sua e dos seus descendentes. A sua principal característica consiste no facto de ser orientada para a solução de problemas concretos do ambiente em que o Homem vive (Oliveira, 1998).

Alves (1998a) diz ainda que, sem querer assumir um papel redutor ao omitir os aspectos participativos esperados, poderemos mesmo pensar que sob o aspecto teórico se poderia considerar que o atingir de uma certa cultura ambiental será um dos objectivos prioritários da EA e que, dum forma muito simples, seria importante chegar a um conceito consensual de EA, que é “Educação Ambiental é Educar sobre Ambiente, no Ambiente e pelo Ambiente” (p. 83).

No entender de Evangelista (1999), a EA tem de abranger a dimensão humana dos problemas, através da compreensão do processo histórico, para conseguir contribuir para um mundo em que a sociedade e a natureza se ajustem. Este facto é facilmente compreensível se pensarmos em toda a evolução que as sociedades têm sofrido.

Em suma, desenvolver, progressivamente, uma consciência ambiental global básica que evolua no sentido do desenvolvimento de consciências ambientais mais específicas e especializadas constitui o desafio presente da EA e a garantia da nossa própria sobrevivência (Instituto do Ambiente, 2004).

Já no entender de Sorrentino, Trajber, Mendonça & Junior (2005) caracterizam a EA como uma “mudança de paradigma que implica tanto uma revolução científica quanto política” (p. 287). Neste contexto, de acordo com Loureiro, Albuquerque, Carvalho, Graça & Maruri (2009) apesar de a EA se enquadrar num âmbito pluriparadigmático, deve ser sempre entendida como uma componente de uma cidadania abrangente e deve estar “ligada a uma nova forma de relação ser humano/natureza, e a sua dimensão quotidiana leva a pensá-la como somatório de práticas e, conseqüentemente, entendê-la na dimensão de sua potencialidade de generalização para o conjunto da sociedade” (p. 3). Esta generalização só será possível se estiver inserida no contexto de valores sociais, mesmo que se refira a mudanças de hábitos quotidianos.

Pelo exposto verificamos que o conceito de EA sofreu evolução, no entanto, é nossa opinião que nem sempre as actividades desenvolvidas se enquadram no conceito actual, pois continuam a promover-se atitudes pontuais e específicas, sem objectivos claramente definidos, o que dificulta a aceção global e generalizadora que se pretende da EA.

### **2.1.2. Breve história da Educação Ambiental**

Ao longo do tempo, várias iniciativas foram tomadas em benefício do ambiente, as quais contribuíram para o desenvolvimento da EA. Passamos, de seguida a referir aquelas que consideramos merecedoras de maior destaque.

Em 1913, 1928, 1932 e 1946 realizaram-se na Suíça as primeiras Conferências Pró-

Natureza, que marcam o início de um movimento ambientalista, com preocupação crescente de indivíduos e grupos mais informados e conscientes em relação à natureza, enquanto meio físico e biológico (Dias, 1993).

Três anos após estas conferências foi realizada, em Nova Iorque, a Primeira Conferência das Nações Unidas sobre os Problemas do Meio Ambiente. Nesta, foram abordados temas essenciais e relevantes como: a degradação dos oceanos, rios e mares; contaminação industrial; gestão de dejectos perigosos; a migração para os centros urbanos; as mudanças climáticas; e o desenvolvimento nuclear (Machado, 2006).

Posteriormente, em 1961, foi criado, na Suíça, o Worldwide Wildlife Found (WWF), em português Fundação Mundial para a Natureza. Baseia o seu modo de actuação em campanhas relacionadas com questões emocionais (defesa dos tigres, do elefante, das zonas húmidas, etc.), tendo como particularidade a angariação de fundos junto de figuras de grande impacto internacional (por exemplo príncipes e sultões) e também grandes empresas e sociedades multinacionais (Machado, 2006).

Em 1962, Rachel Carson publica o livro "*Primavera Silenciosa*" como um sinal de alerta para a acção de degradação do Homem sobre o ambiente, denunciando os efeitos dos agrotóxicos na saúde do ser vivo e de todas as espécies vivas em geral. O livro tornou-se um clássico da literatura ambiental onde a autora postulou um apelo à sociedade: "temos um desafio como a humanidade nunca teve, provar a nossa maturidade e domínio, não da natureza mas de nós próprios" (Carson, 1962, p. 257 ).

No ano de 1969 iniciou-se nos EUA o lançamento do "*Journal of Environmental Education*". Este jornal marcou o início de publicações periódicas sobre esta matéria.

A Conferência de Estocolmo, realizada de 5 a 16 de Junho do ano 1972, convocada pelas Nações Unidas sobre o Ambiente Humano foi dos acontecimentos mais importantes, até ao momento, sobre a problemática ambiental no mundo. Para a sua preparação foi organizado um relatório não oficial com o título original "*Only one Earth*", traduzido para o português como "*Uma Terra Somente*", alertando-nos para não deixarmos de lutar pela sua preservação, sob o risco do desaparecimento de toda a humanidade.

Hulot, Barbault & Bourg (1999), referiram que após a Conferência de Estocolmo e mesmo antes, a fim de a preparar, apareceram Ministérios do Ambiente em muitos países e. apesar dos limites em que puderam actuar, foram de extrema importância para sensibilizar, para impedir certas legislações e para criar outras. Para estes autores a tomada de consciência dos cidadãos também progride a partir desta data.

A criação do Programa das Nações Unidas sobre Meio Ambiente (PNUMA) voltado para

a relação entre meio ambiente e desenvolvimento ocorreu em 1973. No ano seguinte, em 1974, o Seminário realizado em Tammi pela Comissão Nacional Finlandesa para a UNESCO (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization), desencadeou as discussões em relação à natureza da EA e os acordos foram compilados nos "*Princípios de Educação Ambiental*". Segundo Novo (1998), a principal razão de ser do PNUMA é o facto de favorecer a coordenação entre organizações nacionais e internacionais e incentivá-las a dar a devida importância às deliberações que tomam em matéria de ambiente.

O Seminário concluiu que a EA permite alcançar os objectivos de protecção ambiental e uma efectiva educação integral permanente. Além disso, nesse encontro, ficou agendada uma conferência intergovernamental que aconteceria dois anos mais tarde, com o objectivo de estabelecer as bases conceptuais e metodológicas para o desenvolvimento da EA mundial.

Paralelamente, desde 1973 a 1975, a UNESCO e o PNUMA promoveram vários seminários e oficinas, em vários países, culminando com o Seminário Internacional de EA e a elaboração da Carta de Belgrado. Este documento parte do pressuposto que o desenvolvimento da EA é um dos elementos fundamentais para o combate geral à crise ambiental mundial.

No Colóquio sobre Educação relativa ao ambiente, efectuado em Belgrado, de 13 a 22 de Outubro de 1975, sob a égide da UNESCO e do PNUMA, no que Portugal não participou e do qual resultou a "Carta de Belgrado" na qual se mantém uma concepção interdisciplinar da EA, procurando envolver as vertentes antropológica e ecológica e afirmando a necessidade de promover uma ética que leve as pessoas a assumirem o compromisso de melhorar a qualidade do ambiente e da vida dos povos de todo o mundo (Martins, 1996).

No ano de 1976 a Conferência Geral da UNESCO inclui a EA entre os seus objectivos a médio prazo. Outro marco decisivo neste domínio foi a Conferência Intergovernamental de EA de Tbilissi, na Rússia, realizada em 1977. Na qual se estabeleceram os critérios e directrizes necessárias que deveriam inspirar todo o desenvolvimento deste movimento educativo nas décadas subsequentes. Para Evangelista (1992), a definição de EA proposta pela Conferência de Tbilissi introduz, pelo menos dois elementos novos de alto significado: a relação com a cultura e o código de conduta pessoal.

Em 1978 a Conferência Geral da UNESCO, celebrada em Paris, incluiu actividades de EA nos seus programas e pressupostos. O mesmo aconteceu nas três conferências seguintes: Conferência de Belgrado - 1980, 21.ª sessão; Conferência de Paris - 1983,

22.<sup>a</sup> sessão; e Conferência de Sofia - 1985, 23.<sup>a</sup> sessão (Machado, 2006).

Em 1983 foi constituída pela ONU (Organização das Nações Unidas) a Comissão Mundial do Meio Ambiente e do Desenvolvimento, mais conhecida por Comissão Brundtland, para estudar de forma inter-relacionada os problemas ambientais que afectavam o planeta no seu conjunto. Cerca de 4 anos após a sua formação, em Abril de 1987, dá-se a publicação do relatório “O Nosso Futuro Comum ou Relatório Brundtland”. Para Novo (1998), o principal objectivo do relatório Brundtland consiste em estabelecer definitivamente os vínculos entre os modelos de desenvolvimento e a problemática ambiental.

Em 1992 realizou-se a Cimeira do Rio, ou Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, desta resultaram várias publicações, entre as quais a Declaração do Rio, a Carta da Terra, várias convenções sobre diversidade biológica, alterações climáticas, desertificação e a Agenda 21. Com o objectivo de serem cumpridas as medidas elaboradas na Conferência do Rio e de se caminhar para um terceiro milénio mais equitativo e sustentável, foi criada a Comissão de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas (CDS), no ano de 1993 (Caeiro, 1998).

Al Gore (1993), refere que este encontro foi criticado por muitos por conduzir a acordos fracos, com poucos compromissos significativos no que diz respeito a modificar o comportamento dos países.

Segundo o mesmo autor a Cimeira da Terra marcou,

um ponto de viragem histórico na longa luta para aumentar a consciencialização internacional da verdadeira natureza da crise global do ambiente. E encaminhou efectivamente o mundo para uma melhor compreensão de como e porquê o progresso económico futuro está intrinsecamente ligado a políticas fortes que promovam a protecção do ambiente e a defesa inteligente dos nossos recursos naturais (p. 9).

Mais tarde, se em 1997, realizou-se a Conferência Internacional sobre Meio Ambiente e Sociedade: Educação e Consciência Pública para a Sustentabilidade (Conferência de Tessalónica, Grécia). Na opinião de Novo (1998), esta conferência realizou-se numa data importante pois passavam vinte anos da Conferência de Tiblissi e cinco da Conferência do Rio. A mesma autora destaca alguns elementos como sendo dos mais relevantes resultantes da declaração aprovada nesta conferência (Declaração Tessalónica), de salientar aquele que refere que a orientação para um futuro sustentável requer um trabalho eficaz de colaboração entre diferentes sectores.

No mesmo ano decorreu a III Conferência das partes da Convenção - Quadro das Alterações Climáticas, ocorrida em Quioto. Após longos e conflituosos períodos de conversações, as 39 nações presentes nesta conferência assinaram um protocolo no

sentido da redução global das emissões de gases responsáveis pelo efeito de estufa, entre os anos de 2008 e 2012. Para Caeiro (1998), este evento pode ser considerado um marco histórico, pois, assistia-se, pela primeira vez a uma negociação séria, pela partilha dos recursos da Terra.

Após dez anos da Cimeira do Rio, organizou-se a Cimeira Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, realizada em Joanesburgo em 2002, onde foi reconhecido que a diversidade biológica desempenha um papel fundamental no desenvolvimento sustentável global e na erradicação da pobreza, sendo essencial para o planeta, para o bem-estar dos seres humanos e para a subsistência e integridade cultural das pessoas. A Conferência Mundial levou à definição de “um plano de acção global, capaz de conciliar as necessidades legítimas de desenvolvimento económico e social da humanidade, com a obrigação de manter o planeta habitável para as gerações futuras” (Sequinel, 2002, p. 12).

Estes são alguns dos marcos mais importantes a nível mundial, da análise dos quais podemos concluir a forte necessidade de envolvimento de todas as organizações governamentais e não governamentais a nível internacional no domínio da EA e do DS.

Em Portugal as questões ambientais tiveram um percurso muito próprio, “o país chegou à política ambiental, ou, melhor dizendo, a política ambiental chegou ao país, marcada sobretudo pela influência externa, primeiro de efemérides, e depois através das leis e directivas europeias” (Schmidt, 2008, p. 5).

Segundo o IPAMB (Instituto de Promoção Ambiental) (1999), a nível nacional, “as primeiras referências explícitas e coerentes a questões ambientais em linguagem contemporânea encontram-se no III Plano de Fomento (1968 a 1973), elaborado e aprovado pelo governo de Marcelo Caetano” (p. 8).

Na opinião de Evangelista (1992), é na preparação do III Plano de Fomento (1968/73) promulgado pela Lei 2133, de Dezembro de 1967, que surge, pela primeira vez, a integração do ambiente num contexto de político global sendo:

os problemas do ambiente de interesse socioeconómico, a política de prevenção e controle de alguns, ainda que não todos os aspectos importantes de prevenção e melhoria do ambiente, levou a serem considerados no quadro da preparação para o III Plano de Fomento para 1968-73. Estão em curso estudos para a preparação do IV Plano de Fomento, no qual a política e as acções sobre problemas de ambiente receberão melhor atenção com vista ao estabelecimento de uma política nacional mais completa e coordenada (p.15).

Para o autor estavam, assim, dados os primeiros passos no sentido de colocar os problemas ambientais entre os de maior acuidade.

Evangelista (1992), refere, ainda, que em Portugal são incrementados esforços para

realizar uma monografia nacional a apresentar em Estocolmo na Conferência sobre Ambiente Humano, por isso, surgiram diversas solicitações essencialmente relacionadas com problemas de poluição a nível nacional e internacional, tornou-se necessária a institucionalização de uma Comissão que tratasse à escala nacional dos problemas do Ambiente, criando-se assim, pela Portaria 316/71, a Comissão Nacional do Ambiente (CNA). O mesmo autor considera que a publicação da referida portaria:

marca uma data de importância histórica para o ambiente no nosso país, pois estatui, ao mais alto nível, o organismo que durante vários anos vai servir de precursor tanto nas relações com os seus congéneres estrangeiros, como no lançamento das bases estruturais, e de actuações dinamizadoras da complexa problemática ambiental (p. 22).

Como refere Raposo (1997) é usual considerar que a EA começou como domínio educativo formal e como prática sistematizada, a partir de 1972, como consequência das recomendações contidas na Declaração do Ambiente, documento resultante da 1ª Conferência das Nações Unidas para o Ambiente, realizada em Estocolmo, no entanto, tal como já referimos anteriormente, esta mesma autora defende que, a partir da década de 60, documentos, textos e artigos reflectiam já, algumas preocupações ambientais, sendo possível encontrar referência à importância da EA como processo e à urgência do seu desenvolvimento, enquanto instrumento privilegiado de políticas ambientais, naquela altura ainda incipientes.

Outros autores como Almeida (2007), apresentam a mesma opinião e defende que em Portugal, as manifestações em prol do ambiente surgiram essencialmente a partir da segunda metade da década de 70 e muitas das medidas legislativas que emergiram a partir dessa data não surgiram como resultado da pressão da opinião pública cada vez mais informada e exigente, nem da influência das associações ambientalistas, mas sim como fruto das exigências do país para com a União Europeia. Nesta altura a EA começou a ter peso e visibilidade institucionais através dos esforços desenvolvidos pela Comissão Nacional do Ambiente, renovados posteriormente no quadro da Lei de Bases do Ambiente e pelas competências legais assumidas pelo então Instituto Nacional do Ambiente (INAMB), passando para o Instituto de Promoção Ambiental (IPAMB) e posteriormente para o Instituto do Ambiente (IA). a estes foram atribuídas algumas competências, nomeadamente: (i) promoção de acções no domínio da formação e da informação dos cidadãos; (ii) apoio às Associações de Defesa do Ambiente; (iii) promoção de projectos e acções de EA, em colaboração com as autarquias locais, serviços da Administração Pública, instituições públicas, privadas e cooperativas; e (iv) colaboração na sua integração no sistema de Ensino.

Por outro lado, a Lei de Bases do Ambiente (LBA) vem incrementar de modo mais significativo as práticas de EA em Portugal, estas práticas “resultam do apoio e promoção de projectos de educação ambiental e de projectos ligados à defesa do património natural e construído, para além do apoio às associações de defesa do ambiente, que passam a desenvolver acções de sensibilização e formação com as escolas” (Ramos-Pinto, 2004, p. 155).

No que respeita à abordagem formal da EA a publicação da Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE), em 1986, vem reconhecer esta área nos novos objectivos de formação dos alunos abrangente a todos os níveis de ensino. Podemos assim considerar que a publicação da LBSE e os documentos legais que estiveram na origem da nova reforma do sistema de ensino, vieram dar um novo alento ao desenvolvimento de actividades de EA no sistema de ensino. Apesar de uma evolução lenta e de um quadro ampliado de protagonistas, as participações comunitárias e as prioridades políticas de cada país acabaram por marcar decisivamente a dimensão, quantitativa e qualitativa, da aposta na EA.

A LBSE preconiza uma educação em valores visando as perspectivas da EA defende a criação de condições favoráveis, o desenvolvimento pleno das capacidades, a formação integral harmoniosa e a realização pessoal de cada um, atendendo às diferenças e respeitando o pluralismo, em liberdade. Pretende, ainda, a integração construtiva e activa do cidadão na comunidade social num enquadramento local, nacional e universal. Ou seja visa a promoção das linhas orientadoras para o desenvolvimento da cidadania onde se engloba a EA (Cruz, 2007).

Em 1992, aconteceu, pela primeira vez em Portugal um encontro internacional sobre a temática ambiental: VI Conferência Internacional de Educação Ambiental da *Caretakers of the Environment International*, em Tróia, com a participação de mais de 350 delegados, professores e alunos de escolas secundárias de todo o mundo. A organização desta conferência, embora liderada pelo Departamento do Ensino Secundário do Ministério da Educação, é também um exemplo de colaboração interinstitucional integrando o então Ministério do Ambiente (Alves, 1998).

Em 1999, o então IPAMB definia como desafio decisivo “envolver de forma articulada, eficaz e participada os diversos agentes protagonistas da Educação Ambiental no nosso país será possível, numa efectiva Estratégia Nacional de Educação Ambiental” (p. 23).

Em síntese, verificamos, que a história conta-nos que a EA em Portugal tem vivido de iniciativas dispersas. Numa visão simplista, só se pode falar de EA em Portugal a partir do 25 de Abril de 1974, e os passos dados nesta matéria em termos de legislação

andaram um pouco à mercê dos diversos ministérios/secretarias de Estado que iam passando. As constantes mudanças/reestruturações governamentais em nada ajudou à implementação de um plano de EA estruturado e contínuo (Azevedo, 2003).

Contudo, o panorama actual vive muito dos projectos encetados na década de 90, faltando iniciativas ao Estado nesta matéria. O que é grave, já que, como consideram especialistas em EA, quando um trabalho é interrompido, não pára, regride (Azevedo, 2003).

## **2.2. Desenvolvimento sustentável**

Uma vez que todos os seres humanos necessitam da continuidade e da manutenção dos sistemas naturais que lhes fornecem alimentos, abrigos, energia e desenvolvimento das duas necessidades espirituais, a sustentabilidade como conceito e objectivo, é a possibilidade de manter qualquer actividade de forma perpétua, sem se atingir a exaustão dos recursos naturais básicos que a proporcionam (Caeiro, 1998).

Soromenho-Marques (1998) defende que existem, no mínimo, quatro grandes horizontes onde o ambiente aparece como parte fundamental do projecto de construção de um futuro sustentável. São eles a sustentabilidade económica, a capacidade de planeamento estratégico, o incentivo da participação cívica dos cidadãos e por fim a forma como o ambiente pode ser um factor de mobilização e coesão, de renovação da cidadania e da democracia.

Neste sentido, o conceito de DS traduz-se num modelo de desenvolvimento global que incorpora os aspectos de desenvolvimento ambiental e assenta em quatro grandes bases: ambiental, social, económica e institucional. Foi usado pela primeira vez em 1987, no Relatório Brundtland, um relatório elaborado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, criado em 1983 pela Assembleia das Nações Unidas.

Este conceito implica alguns limites. Não limites absolutos, mas sim limitações adequadas ao estado actual da tecnologia e da sociedade, em relação aos recursos ambientais e à capacidade da biosfera absorver os efeitos das actividades humanas (Caeiro, 1998).

Como refere Sá (2008) quando menciona o Relatório da Comissão Mundial de Ambiente e Desenvolvimento, o DS pode ser definido como o “desenvolvimento que consegue dar resposta às necessidades das gerações presentes sem comprometer a capacidade das futuras gerações responderem às suas necessidades” (pp. 43-44).

Na esteira de Sorrentino et al. (2005), o DS

indica claramente o tratamento dado à natureza como um recurso ou matéria-prima destinado aos objectivos de mercado cujo acesso é priorizado a parcelas da sociedade que detém o controle do capital. Este paradigma mantém o padrão de desenvolvimento que produz desigualdades na distribuição e no acesso a esses recursos, produzindo a pobreza e a falta de identidade cidadã (p.289).

Na opinião de Miralles (1999), todas as definições de DS têm em comum a necessidade de adoptar um novo estilo de vida, baseado na responsabilização para com o ambiente. O autor defende que o conceito está, ainda, inacabado e que da forma como o mundo está actualmente estruturado, o DS é incompatível com o sistema social vigente.

Para Partidário (2007) o termo sustentabilidade adopta-se para designar o estado ou o processo resultante do cumprimento de objectivos de DS num longo prazo. Já na opinião de Rodrigues (2009), a ideia de sustentabilidade coloca muitos desafios às ciências em geral e, em particular, para a ciência económica dado o papel que esta passou a ter nas sociedades modernas orientadas para a criação de níveis crescentes de bem-estar. Na opinião de Schmidt (2007), Portugal é dos países que mais urgentemente precisam de acudir à sua situação ambiental e implementar nas práticas governativas as regras do DS.

A actual Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS), publicada como Resolução do Conselho de Ministros n.º 109/2007, traça três objectivos transversais: colocar Portugal em 2015 num patamar de desenvolvimento próximo da média europeia; entre os primeiros 15 países do Índice de Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento; e entre os primeiros 25 países mais competitivos do mundo.

Schmidt (2007) considera que “O Desenvolvimento Sustentável está para o futuro do país um pouco como a hora legal, o meridiano de Greenwich, o sistema de pesos e medidas, o euro...”(p. 99). Já segundo Almeida (2007) “a ideia do desenvolvimento sustentável surge como uma conceptualização que procura precisamente encetar passos que assegurem a justiça intra e intergeracional, através da integração clara das políticas ambientais e das estratégias de desenvolvimento” (p. 48).

Para Meadows, Meadows & Randers (1993), há muitas formas de definir uma sociedade sustentável. A mais simples consiste em defini-la como “a que persiste ao longo de várias gerações, que é suficientemente previdente, flexível e sensata para não destruir os seus sistemas de suporte, quer sociais quer físicos” (p. 226). Estes autores referem que é notável a forma como a Comissão Mundial para o Ambiente e Desenvolvimento define o conceito de sociedade sustentável como aquela que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer o futuro.

Para Caeiro (1998) o DS “não é um estado de harmonia fixo, mas antes um processo de

mudança em que a exploração de recursos, a orientação dos investimentos, o desenvolvimento tecnológico, além das transformações institucionais, têm de dar resposta às necessidades tanto presentes como futuras” (p. 123).

Na esteira de Hulot, Barbalout & Bourg (1999), a ideia de DS propõe a conciliação entre o desenvolvimento e a preocupação pelo ambiente, tentando conciliar o crescimento económico com a preservação dos ecossistemas da água, do ar, do solo, etc.. Os mesmos autores defendem que o DS seria um tipo desenvolvimento económico diferente do que existia nessa data.

Uma estratégia de DS é o instrumento mais completo para clarificar os objectivos económicos, sociais e ambientais mediante a integração e o compromisso recíproco entre desenvolvimento e a sustentabilidade. Esta estratégia implica a gestão adequada da informação e o incentivo a todos os actores relevantes para participar no processo (Morata & Cots, 2006).

A este respeito, Caeiro (1998) referiu que em Portugal “a descoordenação entre os responsáveis pela gestão económica dos governos e os responsáveis pela gestão dos recursos naturais e pela protecção do ambiente, tem sido prejudicial a uma política global com vista ao desenvolvimento sustentável” (p. 129).

A Comissão Mundial do Ambiente e Desenvolvimento (1991) estabeleceu áreas de prioridade para uma mudança institucional e legal a nível nacional, regional e internacional, necessária para alcançar o DS. Passamos a referir essas áreas de prioridade: “chegar às fontes; tratar dos efeitos; avaliar riscos globais; fazer opções bem informadas; prover os meios legais e investir no nosso futuro” (p. 345).

Por último, concluímos que o ambiente e o desenvolvimento não são temas separados, muito pelo contrário, são temas inexoravelmente ligados. Na opinião da Comissão Mundial do Ambiente e do Desenvolvimento (1991), o desenvolvimento não pode subsistir se continuar a degradação dos recursos e, paralelamente, o ambiente não pode ser protegido se o crescimento não levar em linha de conta os custos da destruição ambiental. Esta opinião explica bem o objectivo do conceito de DS.

No nosso entender nas duas últimas décadas a EA e, por conseguinte, o DS têm sofrido avanços que consideramos importantes. O que se passa em algumas partes do mundo e nomeadamente em algumas regiões do nosso país é um bom exemplo do que deve ser feito ao nível do desenvolvimento local, que se pretende cada vez mais sustentável. Existem bons exemplos de projectos, associações, parcerias, campanhas de sensibilização, etc., que têm como objectivo central a preservação e conservação dos recursos naturais aliadas à melhoria da qualidade de vida das populações locais.

Oportunamente, neste trabalho, serão referidos alguns exemplos, nomeadamente as associações que fizeram parte integrante deste estudo.

### **2.3. Importância da Educação Ambiental no Desenvolvimento Sustentável**

Segundo Ruscheinsky (2005), no âmbito da EA têm sido feitos múltiplos trabalhos académicos com o intuito de destacar as representações sociais ou as concepções de determinados sectores sociais. Esta relação EA/DS é também referida nos estudos de Barreto (1987) quando menciona que a nossa época é caracterizada por um estado de crise permanente e múltipla: da população, da alimentação, da energia, da polarização das nações ricas e pobres, da ordem internacional, e do ambiente, entre outras. Segundo o autor, algumas destas crises “derivam da finitude do ambiente, isto é, da escassez dos bens e serviços que pode prover às sociedades humanas e como a sua exploração e distribuição se nelas processam” (p.9).

Neste mesmo sentido, em 1983, Fernandes referia que “a educação relativa ao ambiente será uma das armas fundamentais para atacar a fundo a crise mundial e para a resolver” (p.14). Decorridas mais de duas décadas esta afirmação parece-nos muito actual e pertinente. Nascimento (1992) considera que a única maneira de resolver problemas de ambiente é evitá-los, e para isso é necessário ter uma consciência colectiva de que o desenvolvimento e o bem-estar, desejados por todos, não podem comprometer o futuro.

Segundo Loureiro, Albuquerque, Carvalho, Graça & Maruri (2009), no sentido de fazermos face à actual crise ambiental, é necessário uma “decisão baseada nos princípios de uma ética, num agir ponderado, pelo facto de que todos temos de decidir numa direcção transformadora, através de uma tomada de consciência ecológica” (p. 2). É neste contexto que, também as associações, assim como outros elementos da comunidade, assumem um papel preponderante que assenta na implementação da EA, encarada como educação para a cidadania, transversal, inseparável de uma dimensão ética, de forma a despertarem-se consciências ecológicas em todos os cidadãos.

No entanto, McKeown & Hopkins (2002), por seu turno, defendem que a EA o DS tem similaridades, mas são abordagens distintas, ainda que complementares, e que é importante que “a EA e a EDS mantenham agendas, prioridades e desenvolvimentos programáticos diferentes” (p. 127). Caride & Meira (2004) argumentam que “a Educação Ambiental para o Desenvolvimento Humano Sustentado, ou como se queira denominar, arrastada pela sedução destes conceitos, poderá derivar numa perigosa indefinição” (p. 197), e realçam o perigo de que “debaixo de um discurso aparentemente comprometido

com a mudança social [...] se pode estar salvaguardando a mesma orientação de desenvolvimento, da cultura e da política económica que tem gerado os problemas sócio-ecológicos existentes” (p.198).

Da convergência entre a EA e o DS ressaltam múltiplas dimensões de mudança, das quais Pedrosa (2010) destaca: (i) as transformações sociais, para que as sociedades se alterem, de modo que todos os cidadãos possam viver dignamente, em paz, felizes e sustentadamente, uns com os outros e em relação à Terra; (ii) o conhecimento dos limites dos sistemas naturais, sublinhando a urgência de um novo paradigma; e (iii) a produção, divulgação e aplicação de conhecimentos, a todos os níveis, enfatizando o desenvolvimento de competências que permitam a participação em diversas estratégias de vida, mais sustentáveis, em todas as partes do mundo.

No nosso entender mais importante do que a terminologia utilizada são os fins alcançados. Independente de determinada iniciativa ou acção fazer parte de um de um projecto de EA ou de um projecto de DS a ênfase deve ser dada à definição clara e concreta dos objectivos a alcançar, tendo sempre como meta a promoção de mudanças comportamentais e atitudinais em prol do ambiente.

Aliás, já para Fernandes (1983), uma das finalidades da EA relaciona bem a interacção entre a EA e o DS. Afirmando que permite

aos homens compreenderem a estrutura complexa do ambiente tal como ela resulta da interacção dos seus aspectos físicos, biológicos, sociais e culturais. Consequentemente, ela deve fornecer ao indivíduo, e através dele às sociedades humanas, os meios de interpretar a interdependência destes diversos elementos no espaço e no tempo, de modo a favorecer uma utilização racional e prudente das possibilidades que esse mesmo ambiente potencialmente possua para, deste modo, serem satisfeitas as necessidades materiais e culturais actuais e futuras da humanidade (p. 34).

Cans (1992) referiu que “ou conduzimos o desenvolvimento para satisfação das necessidades de todos, incluindo as gerações futuras, e nesse caso não podemos cair em impasse no que respeita ao ambiente, ou exploramos e produzimos de modo a enriquecermos à custa do bem-estar dos outros” (pp. 226-227). Para koff & Pereira (1990), a solução para o relacionamento do Homem com o Meio está em conseguir conciliar o desenvolvimento económico com a conservação da natureza, referindo que “conservação e desenvolvimento são dois lados da mesma moeda: a conservação não terá sucesso sem o desenvolvimento sustentado e o desenvolvimento não consegue sustentar-se sem a conservação” (p. 66). Concordamos com esta opinião, pois não conseguimos alcançar a ideia de que as duas vertentes (desenvolvimento e conservação) possam co-existir sem que haja harmonia e equilíbrio.

Vasconcellos (2002) defende que a EA se baseia numa nova visão do mundo, em que cada parte tem valor em si própria e como parte do conjunto e que não existe EA se a reflexão sobre as relações entre todos os intervenientes não estiver presente em todas as práticas educativas. Neste sentido, Barcelos, (2005) refere que é no confronto e na interligação das diferentes propostas e alternativas de EA que poderão surgir novas e criativas formas de convivência entre todas as formas de vida e de existência actuais e futura. Toda a educação e em especial a EA que estejam comprometidas com a construção da cidadania planetária não deverão deixar de ouvir e reflectir sobre tudo o que se passa e todas as vozes e “silêncios”, venham de onde vierem “merecem ser discutidos a partir de critérios de paz, solidariedade, justiça social, fraternidade, democracia, amor e ecologia” (p. 96). Concordamos com este autor pois entendemos que é através deste tipo de EA que é possível atingir o DS no seu verdadeiro sentido.

#### **2.4. O papel das ONG's na Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável**

Para a compreensão da complexidade e multiplicidade dos desafios da sociedade actual é fundamental uma abordagem transversal que envolva diferentes entidades Governamentais e Não Governamentais, bem como toda a sociedade. Neste contexto Schmidt, Nave & Guerra (2010) referem que são as organizações ligadas à Igreja Católica, as ONG's de desenvolvimento e a administração local que mais desenvolvem projectos limitados ao âmbito local, procurando desenvolver competências, cimentar valores e implementar atitudes e comportamentos que permitam melhorar os desempenhos ambientais de nível local.

No sentido de melhor estruturar o nosso estudo subdividimos esta secção em duas subsecções. A primeira reporta-se às características gerais de uma ONG e os seus princípios orientadores, a segunda diz respeito à actuação das ONG's no domínio da Educação Ambiental e do Desenvolvimento Sustentável e à sua intervenção no meio.

##### **2.4.1. Características das ONG's e princípios orientadores**

Uma ONG é uma organização formada por actores transnacionais. Sobre o seu estatuto em relação à ONU, há a referir o artigo 71 da Carta da ONU, que reconhece a particularidade dos actores transnacionais, logo das ONG's.

Assim, torna-se difícil dar uma definição de ONG, devido à riqueza e diversidade de movimentos envolvidos, podendo, de forma simplificada ser definida como uma

associação de pessoas privadas sem fins lucrativos, sendo que essa associação se faz, na maior parte das vezes, com um objectivo em comum (Goff, 2005).

Sob a denominação genérica de ONG's, pode ser agrupada uma grande variedade de aglomerações. Estas incluem não somente as tradicionais organizações profissionalizadas de pesquisa, assessoria aos movimentos populares e pressão sobre esferas governamentais, mas, também, às organizações dos movimentos sociais (ambientalistas históricos, indígenas, negros, mulheres, sindicalistas, trabalhadores, movimento de juventude, etc.) nas suas diferentes formas de organização e actuação (Sorrentino, 1993).

Para Bernoux (2005), uma organização é um constructo, não uma resposta e caracteriza-se, de forma clássica pelos seguintes traços: “divisão das tarefas, distribuição dos papéis, sistema de autoridade, sistema de comunicações e sistema de contribuição-retribuição” (p. 116). O mesmo autor defende que há, em qualquer organização, um encontro entre o indivíduo e os grupos sociais, quer se trate de uma empresa, de instituições como a família ou a escola, organizações que gerem o universo dos tempos livres, os grupos de bairro, etc. Já Bertrand & Guillement (1988) definem as organizações como sistemas que têm objectivos a realizar, referindo que quando há tomada de decisões por grupos há uma melhor qualidade e uma maior eficácia dessas decisões.

De uma maneira geral, os domínios de intervenção das ONG tendem, não só a reflectir o contexto global de um país, mas também as tendências de desenvolvimento definidas pelos organismos financiadores internacionais. A situação que daqui decorre é que as ONG, para além de terem um domínio de intervenção principal, diversificam e ampliam a sua actuação noutras áreas. Na mesma lógica assumem um sentido humanista e gregário que leva as pessoas a autoregularem-se em grupo e a desenvolverem capacidades para se organizarem em torno de objectivos comuns, agindo para satisfazerem necessidades e interesses colectivos (Cravo, Londaitzbehre, Diogo & Sousa, 2010).

No que diz respeito à promoção, protecção e valorização do ambiente, as organizações não-governamentais de ambiente (ONGA) desempenham um papel fundamental e relevante, desenvolvendo uma acção de interesse público.

A Lei das Associações de Defesa do Ambiente, Lei n.º 10/87 de 4 de Abril, define “os direitos de participação e de intervenção das associações de defesa do ambiente junto da administração central, regional e local com vista à promoção do direito a um ambiente de vida humano, sadio e ecologicamente equilibrado” (Artigo 1.º, p. 1370).

De acordo com a Lei n.º 35/98, de 18 de Julho, as ONGA, são:

as associações dotadas de personalidade jurídica e constituídas nos termos da lei geral que não prossigam fins lucrativos, para si ou para os seus associados, e visem, exclusivamente, a defesa e valorização do ambiente ou do património natural e construído, bem como a conservação da Natureza (Artigo 2º, ponto 1, p. 3474).

Na mesma Lei, no artigo 7º, ponto 3, as ONGA podem ser classificadas em:

- a) ONGA de âmbito nacional — as ONGA que desenvolvam, com carácter regular e permanente, actividades de interesse nacional ou em todo o território nacional e que tenham pelo menos 2000 associados;
- b) ONGA de âmbito regional — as ONGA que desenvolvam, com carácter regular e permanente, actividades de interesse ou alcance geográfico supramunicipal e que tenham pelo menos 400 associados;
- c) ONGA de âmbito local — as ONGA que desenvolvam, com carácter regular e permanente, actividades de interesse ou alcance geográfico municipal ou inframunicipal e que tenham pelo menos 100 associados.

As ONGA e os órgãos da Administração Pública competentes devem colaborar na realização de projectos ou acções que promovam a protecção e valorização do ambiente. Esta lei veio dar resposta à evolução verificada no direito internacional e conferir uma renovada eficácia à acção das associações. A nível do movimento associativo, existe actualmente uma relativa percentagem de ONG's que se auto-intitulam organizações que operam na área da educação ambiental, e esta tendência tem vindo a aumentar, ainda que modestamente, nos anos mais recentes.

Do ponto de vista dos líderes associativos, a associação é uma instituição que se cria com o objectivo de reconstruir o social e a sociabilidade entre os seus sócios, que pertencem a níveis identitários básicos: a aldeia, a freguesia, a vila, o concelho. Neste sentido a associação recria, promove e expressa os níveis da identidade local, que resistem ao processo de erosão provocado pela globalização (Pereiro, Silva, Pinto & Martins, 2002).

Em particular, no nosso país, o associativismo é uma realidade importante, representando um instrumento fundamental de participação das populações e de intervenção na sociedade.

Efectivamente, são muitas as associações que vêm a luz do dia nos anos que imediatamente se seguem ao 25 de Abril de 1974. Se bem que a maioria delas tenha sido reconhecida oficialmente (mediante a apresentação e aprovação de estatutos) entre 1980 e 1985, as mesmas já vinham funcionando no final da década de 70 (Pereiro, et al., 2002).

Podemos focar-nos no ano de 1975, aquando da criação do Decreto-Lei n.º55º/75, de 30 de Setembro, de um Serviço Nacional de Participação das Populações (SNPP), como um

marco importante em torno da discussão das questões ambientais.

Segundo Almeida (1983) ao SNPP cabia a tarefa de assegurar a realização de campanhas de divulgação, participação e formação de toda a população e, particularmente dos jovens, com a finalidade de concretizar uma política nacional, regional e local do ambiente.

Para Rodrigues & Stoer (1993), a Comissão de Moradores foi a modalidade organizativa mais relevante na congregação de esforços das populações a nível local, com o objectivo de solucionar os seus problemas. Estes movimentos populares vieram a revelar-se extremamente importantes na promoção de atitudes e comportamentos dos cidadãos no sentido de os responsabilizar, não só para questões ambientais, mas também de outras ordens (saúde, educação, habitação, economia, etc.).

A Comissão Mundial do Ambiente e do Desenvolvimento (1991) reforça a importância da intervenção/participação das populações ao afirmar que as leis não pode, por si só, assegurar o respeito pelas questões ambientais, salientando esta ideia ao afirmar que é necessário que a comunidade intervenha, o que requer uma maior participação e responsabilização do público nas decisões que afectam o ambiente. Para isso, é necessário fomentar as iniciativas da população, dar poder e voz às organizações populares e ao poder local.

Em Setembro de 1993, foi fundada a primeira rede de EA, a RPEA (Rede Associação para o Desenvolvimento da Educação Ambiental, abreviada para Rede Portuguesa de Educação Ambiental), constituída legalmente em Janeiro de 1995, integrando grupos bastante diversificados de Organizações Governamentais e ONG's, clubes e associações, todos com um objectivo comum, o de promover o desenvolvimento da EA (Alves, 1998).

Bull (1986) citado pela Comissão Mundial do Ambiente e Desenvolvimento (1991) referiu que se se pretende que as organizações não oficiais tenham uma acção eficiente no DS, as comunidades governamentais e intergovernamentais terão de ter, igualmente, um grande empenho nesse objectivo. A Comissão do Ambiente e Desenvolvimento (1991) defende que seria desejável que as organizações internacionais e as regionais unissem esforços no sentido de reduzir as diferentes ameaças ambientais. Vem-nos agora à memória alguns dos desastres ambientais mais conhecidos, precisamente por terem tido efeitos devastadores e irreversíveis no Ambiente, incluindo nos próprios seres vivos. A título de exemplo referimos Chernobyl, Bophal, Seveso e ainda o ainda recente caso do Japão Fukushima. Muitas vezes é necessário que ocorra algum fenómeno que traga impactos directos nas populações para que tomem consciência dos impactos das acções

do Homem na Biosfera. Também aqui, as associações devem desenvolver um papel importante não só na informação, mas também na consciencialização real das populações.

Não se pode querer que as associações sejam “complacentes” com os poderes políticos e não aceitar que elas critiquem “politicamente” uma falha, uma carência ou uma responsabilidade não assumida. Neste ponto não podemos confundir política com partidarismo e chamamos a atenção para a necessidade de que as associações tenham um programa associativo autónomo, mas com uma linha de acção vincadamente política, uma vez que os objectivos que perseguem estão em harmonia com a ideia de melhoria das condições de vida das gentes. Neste sentido, as associações como que preenchem vazios ou complementam o labor das instituições centrais, buscando esse mesmo desígnio, que é o da edificação de estruturas materiais e imateriais tendentes à melhoria dos quotidianos colectivos e individuais (Pereiro, et al., 2002).

No entender de Bilhim (1996), vivemos numa sociedade em que a característica mais importante é a existência de múltiplas organizações. Para este autor, toda a organização é um sistema social. Concordamos com esta opinião uma vez que as associações (sejam de que tipo forem) são feitas por pessoas e para as pessoas, enquanto elemento social. O Homem não vive isolado e tem, ao longo dos anos, unido esforços para assim conseguir atingir metas e resolver problemas. As associações locais são um bom exemplo disso. Neste sentido as associações desempenham um papel importantíssimo na recuperação da sociedade civil, reforçando a democracia e a cidadania de uma forma não exclusivamente lúdica, mas também educativa.

#### **2.4.2. Acção das ONG's**

Assistimos, actualmente a mudanças e evoluções na sociedade, por exemplo ocorridas ao nível da ciência e da tecnologia, dos meios de transporte e de comunicação, entre outros. No entanto, este progresso ficou circunscrito a determinadas regiões do globo, o que contribuiu para uma situação de emergência planetária, caracterizada por fortes discrepâncias socioeconómicas entre países, pelo esgotamento de recursos, pela degradação dos ecossistemas, a perda de diversidade biológica e cultura, pela ameaça das alterações climáticas, entre outros (Vilches & Gil-Pérez, 2010).

Neste contexto, importa repensar a EA e o DS para identificar e aprofundar para convergências que contribuam para superar eventuais antagonismos (Pedrosa, 2010). Por outro lado, de acordo com os estudos de Alves & Sousa (2001), este cenário

intensificou o surgimento de novos actores políticos, económicos, sociais e culturais nos países mais desenvolvidos, cuja principal preocupação passou a ser a procura de meios de acção e participação das comunidades. É neste contexto que as ONG's passam a actuar em busca de um desenvolvimento socioeconómico que contribua para a solução de problemas graves, nomeadamente a preservação ambiental.

Frente às mudanças que a sociedade actual acompanha, torna-se essencial que as ONG's criem condições favoráveis para que os cidadãos se sintam ambientalmente bem informados e preparados para fazer face a essas mudanças. Devem, se possível, pensar em alternativas de desenvolvimento que considerem o ambiente local, incluindo entre outros elementos, a acção local e a descentralização administrativa. De tal forma que seja possível a construção de um processo onde os problemas, necessidades e potencialidades de uma localidade sejam trabalhados, dentro do contexto global, considerando também as suas peculiaridades e a necessidade de desenvolvimento nos níveis nacional, local, regional e global e em outras dimensões além do aspecto económico (Alves & Sousa, 2001).

Como já referimos, a EA e o DS não se devem limitar à educação formal, devem estender-se a museus, documentos, meios de comunicação, ONG, etc., envolvendo a participação activa e crescente dos cidadãos. Muitas vezes essa participação exige o exercício de pressão sobre os responsáveis políticos, sobre empresas e outros organismos, reivindicando um acordo ambicioso, justo e vinculante em prol de um ambiente melhor (Vilches & Gil-Pérez, 2010).

Assim, a resposta aos problemas ambientais passará por acções e estratégias de desenvolvimento local, articuladas de forma conjunta entre todos os países, e que evoluam de uma "prática educativa consciencializadora para uma prática em que os processos educativos assentem na mobilização da cidadania e da mudança social" (Caride & Meira, 2004. p. 181).

Na opinião de Jacobi (2003), o grande salto da EA deve-se ao papel das ONG's, que têm desenvolvido acções não formais centradas principalmente na população infantil e juvenil. Segundo este autor, a lista de acções desenvolvidas é interminável e são indicadores de práticas inovadoras preocupadas em incrementar a co-responsabilidade das pessoas em todas as faixas etárias e grupos sociais quanto à importância de formar cidadãos cada vez mais comprometidos com a defesa da vida.

Uma outra questão que Sorrentino et al. (2005) destacam é que a EA deve ser encarada pelo poder governamental como uma perspectiva clara, crítica e emancipadora, constituindo-se, no seio da sociedade civil, como um conjunto de acções articuladas entre

os diferentes actores sociais. Ou seja, as políticas públicas em EA devem ser um processo dialéctico e partilhado entre o estado e a sociedade civil.

Por outro lado, em 1991, a Comissão Mundial do Ambiente e do Desenvolvimento referia que não existem soluções mágicas para a sustentabilidade, uma vez que os sistemas socioeconómicos e as condições ecológicas diferem muito de país para país. Assim, cada nação terá de definir as suas próprias estratégias, sem, no entanto, esquecer que o DS deve ser um objectivo mundial. Na nossa opinião, o mesmo se aplica às diferentes localidades de um determinado país: cada uma deverá utilizar as estratégias e os recursos adequados para solucionar os problemas concretos com que se depara, no entanto, não poderá nunca fazê-lo de forma isolada e pontual, se quiser contribuir para o desenvolvimento local em particular e para o DS em geral. Ninguém deve manter-se alheado da importância dos seus comportamentos e aqui as associações locais têm a função primeira de consciencializar os cidadãos sobre quais as suas responsabilidades para com o Ambiente.

A título exemplificativo do que anteriormente referimos, várias ONG's portuguesas integraram redes internacionais. Por exemplo: a APE (Amigos da Terra) nascida geminada com a Friends of the Earth Internacional, e a ASPEA (Associação Portuguesa de Educação Ambiental), desde a sua origem ligada à Caratakers of Environment Internacional. Por outro lado, também várias ONG's internacionais ligadas à EA estão representadas em Portugal, por exemplo a GREEN (Global Rivers Environmental Education - rede de EA dedicada ao estudo dos rios), a JRE (Jovens Repórteres para o Ambiente), a BIRDWATCH (observação de aves) entre outros, (Alves, 1998). Salientamos, também, o Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente (GEOTA), criado em 1981 e que publicou periodicamente a revista sobre ambiente e património "O Verde". Estão também representados alguns projectos, a destacar a COASTWATCH (Observação do litoral).

Para Soromenho-Marques (1998), as ONG's de ambiente, desenvolvimento e defesa dos consumidores têm manifestado um potencial relevante no plano da diplomacia e das relações internacionais. O autor defende que o trabalho das ONG's pode ser observado não apenas nas acções directas de impacto imediato, mas também no seu trabalho persistente e discreto em todos os grandes palcos da política internacional de ambiente.

Em síntese destacamos os estudos de Alves & Sousa (2001) que referem como chave fundamental para o DS as parcerias entre o estado e as ONG's. Esta colaboração deve ser encarada como uma exigência das sociedades que procuram democratizar as suas práticas e relações sociais, reconhecendo "reconhecendo a necessidade de um trabalho

conjunto em projectos que visem uma melhor distribuição da renda, por exemplo. Esta parceria é necessária em várias áreas do desenvolvimento socioeconómico tais como nas áreas de saúde, educação, tecnologia apropriada entre outras” (p. 14).

#### **2.4. Projectos de Educação Ambiental**

Em 1999, Hulot, Barbalout & Bourg referiam que “a urgência das urgências seria informar, educar e ensinar sobre, e para, o ambiente. Prestar uma informação ecológica, no sentido lato do termo, aos cidadãos do planeta” (p. 146). Para Giordan & Souchon (1997) a EA não é “uma coisa evidente e simples de implementar. Ela deve alicerçar-se numa perspectiva sistémica e numa abordagem orientada para a solução de problemas” (p.102).

Na opinião de Giordan (1996), a EA tem como principal objectivo a obtenção de novos comportamentos, implicando novos conhecimentos e novas competências. Pretende-se que, o destinatário das actividades de EA, enquanto futuro cidadão, adquira simultaneamente a um nível global, a estrutura complexa da biosfera e a nível local, um comportamento responsável face aos problemas do ambiente. Uma iniciação ao ambiente passa por uma sensibilização, mas para realmente ser eficaz, uma educação que pretenda compreender e resolver problemas concretos deve envolver não só o conhecimento de informações e técnicas, mas também a prática. De facto, podemos aperceber-nos que para envolver as populações é necessário sensibilizar, informar e por fim colocar situações práticas, para que possam agir e ter um papel activo na preservação e melhoria do ambiente.

Schmidt, Nave & Guerra (2006) defendem que se torna “clara a necessidade de um programa nacional de apoio à implementação da sustentabilidade local” (p. 75), revelando que, neste panorama a participação das populações e dos principais actores sócio - económicos locais são de extrema importância.

No entender de Díaz (2002), as possibilidades ou exemplos a seguir nas acções de EA são variadas e variam em função das idades, mas o mais importante é: “colocar dilemas com um certo significado em relação aos problemas ambientais próximos aos destinatários; recorrer a trabalhos anteriores já realizados, o que pode ser útil nesse mesmo sentido; oferecer temas simples no que se refere à proposta e oferecer diferentes possibilidades reais de solução do dilema” (p. 99).

Deve, pois, considerar-se como objectivo essencial de qualquer acção de EA a realização de um acto concreto de melhoria da qualidade do ambiente. Parte-se do princípio de que

com esse acto se gerou a necessidade de agir e, como tal, ele próprio deve criar as oportunidades para os participantes poderem actuar. Deve ser considerado um objectivo principal das acções de EA uma mudança de atitudes em matéria de ambiente (Alves, 1998b).

As acções de EA podem assumir diferentes formas: passivas ou activas. Uma acção de EA passiva é uma acção de intervenção para um grande conjunto de pessoas, geralmente recorrendo a meios de comunicação massivos. As acções de EA com estratégias activas, são aquelas em que o alvo não é meramente um espectador da intervenção do monitor, mas em que ele próprio age activamente durante o processo (Alves, 1998b). A este respeito, Gutiérrez-Pérez (2005) considera que se os mediadores ecológicos não assumirem os pressupostos ecológicos implícitos na consciencialização em relação ao Ambiente e à tomada de decisões comprometida com os problemas ambientais nunca serão propostas mudanças reais, coerentes, duradouras, ambientalmente comprometidas e eticamente sustentáveis, referindo ainda que, não sendo a EA uma tarefa inocente, todos os educadores têm a responsabilidade de capacitar para a acção.

Alves (1998b) defende que para que uma acção dirigida a populações-alvo muito grandes, possa ser considerada uma acção de EA, deve cumprir determinados objectivos:

- (i) Explicar o problema (causas);
- (ii) Explicar quais as consequências do problema se não se assumirem medidas;
- (iii) Sensibilizar para a necessidade de resolução do problema;
- (iv) Explicar quais as atitudes que cada um pode tomar nesse sentido;
- (v) Explicar quais as consequências esperadas para o ambiente com essa mudança de atitude;
- (vi) Induzir, claramente, à mudança de atitude desejada.

Fica assim explicado que se podem assumir acções de EA massivas e nas quais o alvo pode receber passivamente a informação a elas relativa, no entanto este modelo pode ter uma eficácia inferior à desejada. Trata-se não de convidar o alvo a assistir a uma acção, mas de o convidar a viver uma experiência (Alves, 1998b). Devemos, portanto, privilegiar, sempre que possível, acções dirigidas a pequenos grupos, em que os sujeitos tenham um papel activo e participativo.

A EA deve, através de uma participação activa e global, utilizar vários métodos de actividades interactivas, incluindo serviço comunitário, a educação para os valores e a resolução de problemas. As acções devem ter como objectivo principal o

desenvolvimento de atitudes e sistemas de valores que levem a uma melhoria do ambiente total: pensar globalmente e agir localmente – educar a partir das condições ambientais locais para as condições do ambiente mundial (Costa & Gonçalves, 2004).

A EA deve ser vista como um processo de permanente aprendizagem que valoriza as diversas formas de conhecimento e forma cidadãos com consciência local e global (Jacobi, 2003). Deve ser abordada numa perspectiva interdisciplinar, no entanto nem sempre este trabalho é conseguido. Segundo Sato & Santos (2003) o caminho a ser percorrido ainda é longo e com muitos obstáculos a serem superados. Se de um lado, a postura do desprezo pelas conquistas científicas e tecnológicas descoram o pensamento da pós-modernidade, por outro lado, assistimos aqueles que defendem a produção a qualquer preço, do desenvolvimento material. Para superar este problema, é imperativo que os investigadores consigam construir uma ética, capaz de enfrentar essa perplexidade, que reconheça o valor de cada profissional e área de conhecimento, dentro de um contexto global da educação (Sato & Santos, 2003).

No entender de Ruscheinsky (2005), a EA carece de multiplicar encontros, entre tantos desencontros, bom como de fazer cumprir o prometido. Pensamos que o autor nos quer transmitir a ideia de que é urgente e necessário passar à acção concreta todas as promessas feitas ao longo dos últimos anos e cumprir os objectivos que têm sido propostos a nível internacional. É no decurso da EA desenvolvida desta forma activa, que os melhores resultados são atingidos, com máxima eficácia ao nível da mudança de atitudes. Salientamos, desde já, que as acções de EA podem ser desenvolvidas de forma integrada na estrutura de ensino formal ou do ensino não formal. A EA deve ser, acima de tudo, um acto voltado para a transformação social, e o “seu enfoque deve buscar uma perspectiva holística de acção, que relaciona o homem, a natureza e o universo, tendo em conta que os recursos naturais se esgotam e que o principal responsável pela sua degradação é o homem” (Jacobi, 2003, p. 196). A junção das estratégias de EA formal e informal é imprescindível no processo de mudança rumo à sustentabilidade, podendo ser conseguido através de uma acções diversificadas que a longo prazo conduzirão à mudança de atitudes.

Lave & Wenger citados por Bertrand, Valois & Jutras (1997), defendem que “a aprendizagem não está somente situada num contexto, como se se tratasse de um só processo de reedificação que pode estar localizada em qualquer parte: a aprendizagem inscreve-se numa prática social, ela mesma criadora de uma maneira de viver” (p.101).

As actividades que se podem desenvolver nas acções de EA conseguem atingir o participante segundo uma, ou várias, das três vertentes: (i) a cognitiva, aquela que leva ao veicular de conhecimentos, (ii) a sensorial, aquela em que se privilegia o aprender-

fazendo, actividades “sentidas” pelos participantes; e (iii) a afectiva, ou emocional, aquela em que o formando é levado a envolver-se na realidade que o rodeia (Alves, 1998b). Segundo Costa & Gonçalves (2004) devemos apostar nas actividades que contenham impacto emocional, isto é, “despertem preocupações, alertem para comportamentos erróneos e requeiram o envolvimento e a participação das pessoas, ressaltando uma situação, ou conjunto de situações, que compõem uma problemática ambiental” (p. 36).

Independentemente das vertentes que possam desenvolver, as acções de EA têm como base diferentes métodos e princípios, envolvem os formandos de diferentes formas e amplitudes e permitem aos formadores ou monitores escolher a melhor estratégia de actuação. Assim, a EA abre um estimulante espaço para repensar práticas sociais e o papel dos professores e monitores como mediadores e transmissores de um conhecimento necessário para que as crianças e jovens adquiram uma base adequada de compreensão essencial do meio global e local, da interdependência dos problemas e soluções e da importância da responsabilidade de cada um para construir uma sociedade planetária mais equitativa e ambientalmente sustentável (Jacobi, 2003).

A necessidade de induzir a mudança de atitudes, justifica a perfeição da acção a desenvolver. O planeamento da acção deve ser tão rigoroso que para os participantes possa parecer que nada foi organizado: tudo parece resultar de uma escolha espontânea. A estratégia deve ser construtiva i. e, cada nova actividade deve (esperada ou não) parecer ao participante que é a única e a adequada para a nova situação criada pela anterior (Carapeto, 1998).

Todas as acções devem ser sujeitas a um plano, logo, as acções de EA não são excepção. As hipóteses que a seguir apresentamos não são únicas, e outras haverá que poderão conduzir a idênticos, ou melhores, resultados. Assim, no entender de Pedrini & De-Paula (2002), uma actividade de EA deve contemplar, no mínimo, a concepção, o planeamento, a realização e a avaliação, capacitando interdisciplinarmente os cidadãos.

Segundo Fernandes (1983) em EA são desencadeadas diferentes fases de trabalho: a sensibilização, a informação, o envolvimento e a acção. Devendo, assim:

- (i) adoptar uma abordagem interdisciplinar, global, pois, só assim, se compreende a profunda interdependência entre o meio natural e o meio artificial;
- (ii) considerar o Ambiente na sua totalidade, o que quer dizer, natural, criado pelo Homem, ecológico, político, económico, tecnológico, social e cultural;
- (iii) abordar as questões do ambiente sob uma perspectiva mundial, mas, respeitando sempre as diferenças regionais;
- (iv) promover a participação activa dos cidadãos na preservação e na resolução dos

problemas relativos ao ambiente, fomentando, a iniciativa e o sentido de responsabilidade de cada cidadão, para um desenvolvimento sustentado.

Já na opinião de Alves (1998b) as acções de EA poderão decorrer durante períodos de tempo diversos. Algumas decorrem em apenas umas horas, outras durante uma semana, outras durante um ano lectivo. De uma forma simples, poderemos dizer que elas deverão desenvolver-se em 4 fases:

(i) aquecimento/apresentação - esta deve funcionar, simultaneamente, como um quebrar de barreiras entre monitor e alvos, e como preparação do grupo. A apresentação poderá ser feita de acordo com diversas estratégias embora, se recomende, quase sempre, o emprego de técnicas de jogo. Após esta primeira intervenção, na maior parte dos casos, os participantes acham a actividade motivadora e desperta-lhes a curiosidade para o que vier a seguir;

(ii) sensibilização cognitiva - deverá ser a de encaminhamento do monitor para o tema de trabalho. O tema pode ser simplesmente «o ambiente» ou, pelo contrário, um tema específico. Quer isto dizer que a profundidade da escolha do tema é dependente de uma série de factores, aos quais não são alheios os objectivos da acção, a preparação do monitor e a natureza da população alvo. A imposição da escolha de um tema pode ser menos motivante e criar mais uma barreira a vencer, para além das implícitas à almejada mudança de atitudes. Seguir-se-á a apresentação do problema em análise, processo que, consoante a duração da acção, pode ser puramente expositivo, talvez até de uma forma sistematizada, ou de formas muito mais interactivas que levem a processos de auto-aprendizagem por discussão em grupo, ou mesmo à recolha bibliográfica e à criação de *dossiers* temáticos.

(iii) apresentação de soluções alternativas - a terceira fase será constituída pela explicitação das atitudes alternativas e dos respectivos efeitos locais e globais. Também aqui se constata que o emprego de metodologias inter-activas é mais vantajoso no sentido de fazer perdurar os efeitos da actividade. Pode recorrer-se a técnicas em que os participantes sejam convidados a fazer. Este aprender – fazendo demonstra à população alvo que é possível fazer diferente, que é possível fazer melhor, que isso não custa e que as repercussões ambientais são positivas, verificáveis e conduzem a uma consciência tranquila em matéria de ambiente. Se o participante tiver uma atitude que seja positiva, pode ser levado a repeti-la e a repeti-la e... a adquiri-la como atitude tipo espontânea. Se isso acontecer, a mudança de atitudes terá sido conseguida.

(iv) mudança de atitudes - o que se pretende na quarta fase é, precisamente, a consolidação desta mudança de atitudes, cujo caminho foi aberto na terceira fase. Antes ainda da atitude desejada ser executada impensadamente, o participante deve adquirir consciência dessa mesma atitude, para dela se poder orgulhar e, eventualmente, poder passar a agir ele próprio como correia de transmissão na mudança das atitudes de outras pessoas.

Outro aspecto a considerar nas acções de EA é a sua avaliação, que, na opinião de Giordan & Souchon (1997), é uma grande ajuda para as acções de EA, pois permite fazer um “*feedback*” e dá um retorno do que foi feito e do que foi assimilado pelos destinatários das acções, sendo que, nem sempre é simples avaliar o impacto de uma acção educativa. Os autores defendem que a avaliação não se deve resumir a um balanço, mas sim funcionar como motor de concepção, aproximando os promotores e os destinatários das acções.

Schmidt, Nave & Guerra (2006) são de opinião de que as poucas acções que têm vindo a promover a sustentabilidade local partem essencialmente de grupos de peritos, ONG’s, escolas e centros de estudos universitários, que, melhor ou pior, vão implementando projectos locais de DS. No nosso entender a aprendizagem será mais efectiva se as acções de EA estiverem adaptadas ao quotidiano e à realidade de todos os intervenientes.

Medeiros (1992) considera que em educação não há receitas para realizar projectos bons e que o importante é ter vontade de os realizar. Acreditamos que nas acções de EA este princípio se aplica perfeitamente. Muito do trabalho das ONG’s resulta da vontade de realizar trabalhos que vão de encontro aos gostos profissionais, pessoais e éticos, daqueles que as compõem.

Tal como Pinto (2004), acreditamos que promover estratégias locais de sustentabilidade implica uma decisão política assente em espaços de reflexão participada e na tomada de consciência dos processos sociais e ambientais emergentes, que mobilizem a participação da sociedade civil na tomada de decisões, a partir de uma visão holística.

## **CAPÍTULO III – METODOLOGIA**

A metodologia utilizada em qualquer investigação configura-se como um aspecto pertinente que é importante clarificar, no sentido de garantir a resposta às questões de investigação formuladas e aos objectivos propostos.

Assim, este capítulo descreve a metodologia que utilizámos no decorrer desta investigação e divide-se em quatro secções, sendo elas: (i) natureza da investigação; (ii) casos estudados; (iii) técnicas e instrumentos utilizados para recolha de dados; e (iv) tratamento dos dados.

### **3.1. Natureza da investigação**

De acordo com Latorre, Rincón & Arnal (2003) temos assistido, ultimamente, ao surgimento de múltiplas linguagens científicas, de diversas posições epistemológicas e de novas perspectivas de investigação que se reúnem no que eles designam paradigmas de investigação.

Neste caso particular, a investigação assumiu uma natureza qualitativa, de acordo com a finalidade e a formulação das questões do estudo, seguindo uma perspectiva descritiva/interpretativa. A justificação para esta escolha metodológica apoia-se nos estudos de Bogdan & Biklen (1994), os quais referem que esta consiste na procura da melhor compreensão dos comportamentos e experiências humanas, tentando também compreender o processo mediante o qual as pessoas constroem significados e, finalmente, descrever em que consistem estes mesmos significados.

A investigação qualitativa admite a existência de uma realidade subjectiva com tantas interpretações quantas os indivíduos que a consideram. Neste contexto, Sousa (2006) afirma que “os estudos deste tipo procuram compreender os mecanismos, o como funcionam certos comportamentos, atitudes e funções” (p. 31).

Carmo & Ferreira (1998) referem que a investigação qualitativa e quantitativa estão associadas a diferentes paradigmas, cuja distinção diz respeito “à produção do conhecimento e ao processo de investigação e pressupõe existir uma correspondência entre epistemologia, teoria e método. No entanto, a distinção é usualmente empregada a nível do método” (p. 175).

Assim, a investigação qualitativa é caracterizada pela sua riqueza, diversidade e pluralidade de práticas e posições teóricas usadas de forma livre e democrática em diferentes disciplinas e áreas de investigação (Denzin, Lincon & Giardina, 2006). Neste contexto, as características fundamentais da investigação qualitativa são também

coerentes com esta investigação, pois, segundo Bogdan & Biklen (1994), apresenta as seguintes características:

- (i) ocorre num contexto natural e procura descrever uma realidade complexa, num contacto directo e relativamente prolongado;
- (ii) preocupa-se com o processo e o “significado” atribuídos pelos sujeitos da pesquisa às experiências, enfatizando a compreensão dos comportamentos na perspectiva do próprio sujeito;
- (iii) é essencialmente descritiva e, por consequência, o investigador mantém um contacto estreito e colaborativo com os sujeitos de estudo, de forma a compreender e interpretar as influências do contexto nos fenómenos a estudar.

Relativamente ao design de investigação enquadra-se no estudo de caso, sendo do ponto de vista epistemológico de natureza interpretativa, uma vez que pretendemos reunir um conjunto de informação pertinente com a finalidade de a interpretarmos. O estudo desenvolve categorias conceptuais para ilustrar e teorizar acerca do caso, desafia pressupostos teóricos defendidos antes e o modelo de análise é indutivo (Latorre, Rincón & Arnal, 2003), e, finalmente, tem em consideração o papel dos actores/sujeitos, na delimitação do objecto de estudo e nas opções metodológicas (Lessard-Hébert, Goyette & Boutin, 1994).

O estudo de caso consiste na observação detalhada de um contexto, ou indivíduo, de uma única fonte de documentos ou de um acontecimento específico (Bogdan & Biklen, 1994). É uma estratégia encaminhada para a tomada de decisões. O seu verdadeiro potencial está na sua capacidade para gerar hipóteses e descobertas; no seu interesse centrado no indivíduo; na sua flexibilidade e na sua aplicabilidade a situações naturais (Latorre, Rincón & Arnal, 2003). Para tal, como refere Stake (2007), um bom estudo de caso é paciente e reflexivo, e, nele, o investigador tenta preservar as múltiplas realidades e as diferentes realidades do que vai acontecendo. Também Yin (1989) refere que no estudo de caso o investigador utiliza múltiplas fontes de recolha de dados.

Na esteira de Bogdan & Biklen (1994), o plano do estudo de caso pode ser representado como um funil, sendo o início representado pela extremidade mais larga. Os investigadores “começam pela recolha de dados, revendo-os e explorando-os, e vão tomando decisões acerca do objectivo do trabalho” (p. 89).

O estudo incide em situações reais e naturais que vão sendo observadas e analisadas à medida que decorre. Sendo um estudo de caso, procura a compreensão do comportamento de um grupo de sujeitos ou de uma instituição numa dada situação contextual específica, que é o seu ambiente natural (Sousa, 2005). Nesta mesma linha,

Yin (1992) afirma que o estudo de caso é uma investigação empírica que procura estudar um fenómeno dentro do seu contexto real. O estudo de caso é um desenho de investigação rigoroso que permite uma visão mais global e significativa dos acontecimentos, mas exige, por norma, um envolvimento directo do investigador. Este deverá recorrer a diferentes fontes de informação e a técnicas e instrumentos de recolha de dados diversificados, sem menosprezar os vários elementos do contexto (Yin, 1992). No que se refere ao processo desenvolvido, e tendo em vista o cumprimento dos objectivos definidos, seguimos o planeamento de um estudo de caso sugerido por Yin (1992), organizámos o projecto de investigação em quatro fases distintas, mas articuladas entre si, que passamos a enumerar:

1ª fase: planeamento da investigação - depois de estabelecido o quadro teórico sobre a EA, DS e sobre as Associações de ambiente, formulámos as questões do estudo, definimos os objectivos, seleccionámos os sujeitos e definimos a metodologia de trabalho (técnicas e instrumentos de recolha de dados a utilizar);

2ª fase: recolha de dados - aplicámos os instrumentos de recolha de dados aos sujeitos envolvidos no estudo e que são apresentados na secção seguinte;

3ª fase: apresentação dos dados – organizámos, tratámos e apresentámos os dados recolhidos de acordo com os instrumentos de investigação utilizados;

4ª fase: discussão dos resultados e conclusões - procedemos a uma análise comparativa dos dados, à luz do quadro teórico traçado no capítulo 2 deste trabalho, e retirámos as conclusões que nos pareceram mais relevantes de acordo com a natureza do estudo e com objectivos definidos.

### **3.2 Casos estudados**

Esta secção encontra-se organizada de acordo com determinadas características dos casos estudados, que serão apresentados e explicados numa lógica que procura permitir uma leitura clara da informação.

Colaboraram neste estudo três Associações: a Azimute, a Aldeia e a AEPGA, pertencentes a diferentes concelhos do Distrito de Bragança. De acordo com a Lei n.º 35/98, de 18 de Julho, classificam-se como ONGA regionais e locais e encontram-se inscritas no Registo Nacional das ONGA e Equiparadas. Apresentamos, no quadro n.º 3.1, algumas características, nomeadamente designação, principal objectivo, localização, estatutos legais e número de associados, para cada uma das associações.

**Quadro n.º 3.1** – Caracterização das associações colaboradoras do estudo.

	<b>Associação</b>		
	<b>Azimute</b>	<b>AEPGA</b>	<b>Aldeia</b>
<b>Designação</b>	Associação de Desportos de Aventura, Juventude e Ambiente	Associação para o Estudo e Protecção do Gado Asinino	Associação para a Acção, Liberdade, Desenvolvimento, Educação, Investigação, Ambiente
<b>Principal objectivo</b>	Organizar e promover actividades relacionadas com desportos de aventura, juventude, ambiente e cultura.	Contribuir para a protecção do gado asinino e em particular para a preservação e melhoramento da raça de burros das Terras de Miranda	Contribuir para um desenvolvimento sustentável, fundamentado na conservação da Natureza e na preservação da Cultura e Tradições que sobrevivem nos meios rurais.
<b>Localização</b>	Situada numa das entradas do Parque Natural de Montesinho, mais especificamente na antiga escola primária da Portela – Gondesende	Localiza-se na aldeia de Atenor, numa área contígua ao Parque Natural do Douro Internacional (PNDI), perto da vila de Sendim.	A actual sede oficial está localizada em Vimioso uma vila do Nordeste Transmontano.
<b>Estatutos legais</b>	Constituição da Associação - 21/03/2002 Publicação em Diário da República - 15/05/2002 Equiparada a Organização Não Governamental do Ambiente Associação juvenil de âmbito local NIF (pessoa colectiva) - 506035328	Constituição da Associação - 09/05/2011 Publicação em Diário da República - 18/06/2001 Equiparada a Organização Não Governamental do Ambiente Associação juvenil de âmbito local NIF (pessoa colectiva) - 505273993	Constituição da Associação - 04/07/2003 Publicação em Diário da República - 24/09/2003 Equiparada a Organização Não Governamental do Ambiente Associação juvenil de âmbito local NIF (pessoa colectiva) - 506452115
<b>Associados</b>	240	2400	996

Verificamos pelo quadro anterior que a associação Aldeia é a que apresenta maior número de associados. Além da informação disponibilizada no quadro 3.1 apresentamos, de seguida, outras informações que nos parecem igualmente relevantes para caracterizar os casos em estudo.

#### Azimute

A associação Azimute, Associação de Desportos de Aventura, Juventude e Ambiente, recuperou e adaptou uma escola primária desactivada para Sede e Centro Interpretativo da Natureza. A escolha do edifício recaiu sobre a antiga escola primária da Portela – Gondesende, pelas potencialidades que apresenta para o desenvolvimento de actividades desportivas e ambientais. Após a recuperação do edifício e das suas infra-estruturas, além de criar a Sede da Azimute, criou-se um Centro Interpretativo da Natureza, capaz de receber visitas organizadas pelas Escolas do Ensino Básico e outras, bem como visitantes ocasionais.

A sede da Azimute situa-se numa das entradas do Parque Natural de Montesinho, localizando-se a Oeste de uma importante mancha florestal e a Este de uma zona densamente povoada de castanheiros.

O principal objectivo do Centro de Interpretação visa a sensibilização para a preservação do meio ambiente, para a riqueza faunística e florística e para a importância da água na preservação do ambiente e do bem-estar social.

#### AEPGA

A associação AEPGA - Associação para o Estudo e Protecção do Gado Asinino localiza-se na aldeia de Atenor, que fica situada numa área contígua ao Parque Natural do Douro Internacional (PNDI), a cerca de 5 Km de distância da vila de Sendim (Miranda do Douro), e possui três centros vocacionados para actividades específicas, onde se encontram alojados os animais (burros) pertencentes à Associação.

A AEPGA propõe-se a: apoiar os criadores da raça de Asininos das Terras de Miranda; colaborar e filiar-se em organizações congéneres nacionais ou estrangeiras, quando os propósitos sejam idênticos; efectuar a criação e o apuramento da Raça Asinina das Terras de Miranda, de modo a obter animais com o máximo de carga genética característica desta raça; manter linhas de trabalho e colaboração com departamentos oficiais e de investigação ligados ao sector, nomeadamente no que respeita ao apoio técnico e financiamento; executar o Plano de Melhoramento animal aprovado pela Direcção Geral de Veterinária, elaborando e mantendo o Registo Zootécnico e respectivo

Livro da Raça Asinina das Terras de Miranda, com a assistência técnica e o apoio da direcção do Serviço Nacional Coudélico; promover a aceitação e execução pelos associados das medidas de carácter zootécnico e sanitário preconizados pelos serviços competentes e promover ou colaborar na divulgação da raça, através de realização de exposições, concursos, leilões e outros eventos envolvendo os burros da Raça das Terras de Miranda.

#### Aldeia

A actual sede oficial da Aldeia - Associação para a Acção, Liberdade, Desenvolvimento, Educação, Investigação e Ambiente está localizada em Vimioso. Também tem representação na Guarda e no Algarve.

Os caminhos que a ALDEIA pretende percorrer, conhecer e divulgar são os da beleza da vida no campo e das aldeias, que apesar de dura e difícil, guarda muitos segredos e valores que simbolizam o respeito e o equilíbrio do Homem com a Natureza.

Com a finalidade de divulgar e valorizar estes modos de vida, pretende-se criar novas ideias e linhas de acção para uma constante revitalização dos espaços rurais, recorrendo a novas tecnologias e renovando conceitos na busca de uma ruralidade moderna e dinâmica, mas também saudável e sustentável.

Em simultâneo, a associação pretende lançar um olhar atento sobre os problemas que afectam o Mundo Rural e a Biodiversidade, intervindo na compatibilização do progresso com o desenvolvimento sustentável e com a conservação dos recursos naturais.

### **3.3. Técnicas e instrumentos para recolha de dados**

É fundamental ter em consideração, como expõem Lessard-Hébert, Goyette & Boutin (1994) e Guiglione & Matalon (2001), que para compreender fenómenos sociais deve recorrer-se a diferentes técnicas de recolha de informação. Entre elas, as mais comuns na investigação qualitativa são: a observação, o inquérito e a análise de documentos (Ghiglione & Matalon, 2001; De-Ketele & Roegiers, 1999; Lessard-Hébert, Goyette & Boutin, 1994). Ainda a este respeito, Almeida & Freire (1997) referem que a diversidade de instrumentos permite identificar aspectos específicos da realidade observada e do seu significado num determinado contexto, contribuindo de uma forma relevante para a compreensão dos casos.

Assim, de acordo com a natureza e especificidade da investigação e em conformidade com as questões definidas optámos por recorrer à análise de documentos e ao inquérito,

por entrevista, para a recolha de dados, tal como apresentamos no quadro n.º 3.2.

**Quadro n.º 3.2** – Técnicas e instrumentos utilizados na recolha de dados em função das questões de investigação.

Questão de investigação	Técnica	Instrumento
As ONG's do distrito de Bragança incluem nas suas práticas a EA? Que tipo de dinâmicas promovem e a quem se destinam?	Análise documental	Plano de actividades
Que formação, ao nível da EA, possuem os seus dirigentes, associados ou trabalhadores?	Inquérito	Entrevista aos dirigentes associativos
Qual o impacto das actividades promovidas para a preservação do meio e melhoria do DS?	Inquérito	Entrevista à população e aos dirigentes associativos

Nas subsecções seguintes descrevemos pormenorizadamente os instrumentos utilizados nesta investigação para a recolha de dados.

### 3.3.1. Análise documental

A análise documental constitui uma técnica que visa representar o conteúdo de um documento sob uma forma diferente da original a fim de facilitar a sua consulta, compreensão e a aquisição do máximo de informação com a maior pertinência (Cohen & Manion, 1990 e Sousa, 2005). A forma de analisar um documento depende essencialmente do objectivo a que se destina essa análise (Lakatos & Marconi, 1990).

Na esteira de Lüdke & André (1986), a grande vantagem da análise documental reside no facto de os documentos poderem persistir ao longo do tempo, podendo ser consultados várias vezes e, inclusive, servir de base a diferentes estudos, dando mais estabilidade aos resultados obtidos. Outra vantagem deste modo de recolha de dados resulta da sua simplicidade para a obtenção de informação factual e do facto de ser um recurso especialmente económico (Bravo & Eisman, 1998).

A análise documental é uma “operação ou um conjunto de operações visando representar o conteúdo de um documento sob uma forma diferente da original, a fim de facilitar, num estado ulterior, a sua consulta e referência” (Bardin, 1995, p. 45). É, portanto, uma fase preliminar da constituição de um serviço de documentação ou de um banco de dados.

Segundo a última autora referenciada, a análise documental apresenta as seguintes características: (i) trabalha com documentos; (ii) faz-se, principalmente por classificação-

indexação; e (iii) faz a representação condensada da informação, para consulta e armazenagem.

Nesta investigação utilizámos a análise documental para apreciação dos Planos de Actividades, referente aos dois últimos anos (2008 e 2009), para cada uma das Associações colaboradoras do estudo. Este procedimento foi realizado, essencialmente, em dois momentos:

1.º momento – recolha dos documentos (Planos de actividades) de cada uma das Associações envolvidas no estudo;

2.º momento – a documentação foi organizada e sujeita a uma reflexão, procurando interpretar o seu conteúdo. Centrâmo-nos essencialmente nas actividades que as associações promoveram para perceber se abordam a EA e de que forma. Este momento permitiu a posterior redacção de aspectos que apresentamos no capítulo seguinte.

### **3.3.2. Inquérito por entrevista**

O inquérito, mesmo considerado um método muito geral, em determinados momentos pode ser indispensável para reconstruir e analisar um processo social (Guiglione & Matalon, 2001). De acordo com Carmo & Ferreira (1998), podemos considerar o inquérito como um processo de recolha sistematizada de dados. Segundo Guiglione & Matalon (2001), o inquérito consiste em promover um conjunto de discursos individuais, em interpretá-los e generalizá-los.

Podemos diferenciar, genericamente, dois tipos de instrumentos de inquérito: o questionário e a entrevista. A principal distinção reside no facto de o inquérito por questionário ser, normalmente, administrado à distância e o inquérito por entrevista ser realizado em situação presencial. Contudo, é de salientar que a presença ou ausência do investigador é um aspecto determinante na recolha de dados, neste sentido, devemos ter em conta os procedimentos e técnicas da concepção e administração do instrumento em causa (Carmo & Ferreira, 1998). Por sua vez, Ghiglione & Matalon (2001) consideram que “é habitual reservar o termo entrevista para as técnicas menos directivas e designar por questionário as formas de inquirir em que as questões são formuladas antecipadamente” (p.63).

Segundo Anderson (2000), a entrevista é a principal fonte de dados no estudo do caso. Embora não tenha sido a única, a entrevista foi uma das técnicas de recolha de dados, a que mais recorreremos. Optámos pela entrevista com o objectivo de obter informação

sobre o que dizem ser as práticas destas Associações no âmbito da área de EA e quais os impactes das mesmas para as populações locais. Pois, segundo Cohen & Manion (1990) e de Rasco & Recio (2003), desenvolvemos uma entrevista com o propósito de recolher informação sobre as opiniões, significados e acontecimentos ocorridos num determinado ambiente.

Segundo Pardal & Correia (1995), a entrevista apresenta vantagens sobre as outras técnicas de recolha de dados, entre outras, o autor aponta como principais vantagens: (i) possibilitar a obtenção de uma informação mais rica e mais profunda; (ii) não exigir um informante alfabetizado na temática em questão; (iii) possibilidade de ser gravada, deixando o entrevistado disponível para seguir o raciocínio do sujeito de estudo.

Apesar das vantagens referidas, os mesmos autores (Pardal & Correia, 1995) reconhecem algumas limitações à utilização da entrevista como instrumento de recolha de dados, nomeadamente: (i) baixa possibilidade de ser aplicada a grandes universos; (ii) à subjectividade inerente ao facto de o investigador intervir na interpretação das respostas; (iii) possíveis enviesamentos, à morosidade das transcrições e análises; e (iv) à falta de consensos por parte dos investigadores relativamente aos modelos de análise dos protocolos.

De acordo com a classificação de Fox (1981) e de Morgan & Guevara (2008), existem basicamente dois modelos de entrevistas: entrevistas estruturadas, em que o entrevistador segue rigidamente um guião preestabelecido e entrevistas não estruturadas, em que o entrevistador propõe o tema e o entrevistado discursa sobre ele, na ausência de um guião preestabelecido (Cohen & Manion, 1990). Entre estes dois extremos situam-se as entrevista semi-estruturada, que apresentam características dos dois modelos anteriores e são as que muitos investigadores indicam como mais adequadas na pesquisa qualitativa (Morgan & Guevara, 2008). Estas entrevistas não são inteiramente livres e abertas, nem orientadas por um leque inflexível de perguntas estabelecidas *a priori*, permitindo, por isso, correcções, esclarecimentos e adaptações (Pardal & Correia, 1995). Emprega-se este instrumento quando há necessidade de explorar a fundo uma dada situação vivida em condições precisas (Sousa, 2005).

Neste contexto, o entrevistador tem previamente preparadas as questões de que pretende as respostas do sujeito. No nosso estudo também iremos optar por entrevistas semi-estruturadas, pois elaboramos guiões nos quais as questões não são demasiadamente abertas, nem demasiado rígidas.

No sentido de dar resposta às questões de investigação aplicámos entrevistas a diferentes indivíduos:

- (i) dirigentes associativos;
- (ii) elementos representativos da população;

Para dar resposta ao objecto de estudo elaborámos os respectivos guiões para a realização das entrevistas, onde especificamos claramente os objectivos e dimensões de análise que a entrevista comporta (Guerra, 2006).

Neste contexto, na entrevista aplicada aos dirigentes associativos e aos técnicos da associação quisemos saber se as associações trabalham na área da EA, de que forma e se sentem dificuldades e/ou constrangimentos nesse domínio. O guião (Anexo 1) é constituído por questões com diferentes graus de abertura e organizadas em quatro dimensões:

- (i) formação académica – nesta dimensão pretendemos conhecer a formação académica dos dirigentes associativos e dos técnicos da associação no domínio da EA;
- (ii) conceito de Educação Ambiental - neste caso queremos perceber o que os dirigentes associativos e os técnicos da associação dizem acerca do seu entendimento sobre o conceito de EA;
- (iii) caracterização das práticas utilizadas na realização de actividades de Educação Ambiental – aqui, com as questões colocadas, pretendemos esclarecer que tipo de actividades é que as associações promovem no âmbito da EA;
- (iv) impacto da associação para a população – nesta dimensão procuramos averiguar o impacto que as actividades dinamizadas pela associação, essencialmente na área de EA, têm para a população.

No que respeita aos elementos da população, considerámos fundamental conhecer a sua opinião acerca do impacto das associações no meio onde estão inseridas, sendo esta a principal finalidade da entrevista. O guião (Anexo 2) é composto por duas dimensões:

- (i) conceito de Educação Ambiental – nesta dimensão pretendemos conhecer o conceito de EA que os diferentes elementos da população apresentam;
- (ii) impacto na população das actividades realizadas – nesta situação, através das questões colocadas, pretendemos auscultar a opinião dos elementos da população acerca do impacto que as actividades realizadas pelas associações têm para a população.

Na administração das entrevistas tivemos em consideração três momentos distintos:

- 1.º momento – corresponde à fase inicial, onde justificamos o propósito da entrevista, destacamos a importância da colaboração dos entrevistados para o desenvolvimento da investigação. Tivemos o cuidado de garantir o anonimato e

confidencialidade sobre todas as informações prestadas, pelo que ainda neste momento reiterámos o pedido de autorização da gravação em registo áudio da entrevista;

2.º momento - diz respeito ao desenvolvimento da entrevista, de acordo com o guião previamente elaborado;

3.º momento - referente à fase final da entrevista. Para este momento reservámos os agradecimentos pela participação e reforçámos o pedido de disponibilidade para posteriores colaborações, pois, segundo Sousa (2005), a entrevista deve terminar no mesmo ambiente de cordialidade e de amena conversa com que começou.

Na continuidade do nosso estudo, as entrevistas realizadas foram gravadas em registo áudio e posteriormente transcritas e sujeitas a análise de conteúdo.

### **3.4. Tratamento dos dados**

Tendo em conta que esta investigação, como já referimos anteriormente, é de natureza qualitativa, considerou-se a análise de conteúdo como processo mais adequado para tratamento dos dados recolhidos, uma vez que permite “efectuar inferência com base numa lógica explicitada, sobre as mensagens cujas características serão inventariadas ou sistematizadas” (Vala, 1986, p. 104).

Assim, de acordo com a opinião de Lüdke & André (1986), pretendemos, no processo de análise dos dados recolhidos nesta investigação, evidenciar significados de uma realidade em estudo que é complexa, dinâmica e que revela um carácter interactivo e qualitativo. De acordo com os dados recolhidos a análise de conteúdo constitui-se como o processo mais adequado. Assim, começamos por ler todo o material recolhido, para posteriormente construirmos uma visão global dos dados e para depois os organizar em diferentes partes - unidades ou episódios (Bogdan & Biklen, 1994).

A análise de conteúdo “tem, com frequência, uma função de complementaridade na investigação qualitativa, isto é, que é utilizada para triangular os dados obtidos através de uma ou duas outras técnicas (Lessard-Hébert, Goyette & Boutin, 1994, p. 144). A sua principal finalidade é a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção, com ajuda de indicadores. As etapas de realização da análise de conteúdo são, sequencialmente, a descrição, a inferência e a interpretação (Carmo & Ferreira, 1998).

Bardin (1995) apresenta dois principais objectivos da análise de conteúdo, sendo eles: (i) a procura constante de rigor e verificação para confirmar ou infirmar uma ou várias ideias; e (ii) potenciar a produtividade e a pertinência através da leitura atenta e da análise

cuidadosa.

Na análise de conteúdo são “identificados os corpus centrais da entrevista a analisar em profundidade e, com recurso à identificação e à contagem de categorias e sub-categorias faz-se uma análise, de conteúdo temática” (Guerra, 2006, p. 83). Ou seja, quanto aos procedimentos de análise e tendo em atenção o que postulam Ghiglione & Matalon (1997), a análise de conteúdo deve ser desenvolvida num plano horizontal, pois permite tratar “cada tema, revelando as diferentes formas que aparece em cada pessoa” (p. 199). No entanto, deverá também fazer-se uma análise vertical dos dados, em função das ideias e opiniões reveladas por cada sujeito.

A definição de categorias, na qual se baseia a análise de conteúdo, é uma operação que realizámos com o intuito de “reduzir a complexidade do meio ambiente, estabilizá-lo, identificá-lo, ordená-lo ou atribuir-lhe sentido” (Vala, 1986, p. 110). Ainda segundo este autor, o principal objectivo desta operação é simplificar para favorecer a apreensão e, se possível, a explicação.

Neste estudo fizemos a análise de conteúdo “vertical”, que se refere a cada caso separadamente, e a análise “horizontal”, que salienta as diferenças e semelhanças que aparecem nos casos em estudo. Começámos por fazer uma apresentação geral dos dados sem qualquer preocupação analítica, por unidades ou episódios, depois esses episódios foram analisados no sentido de identificar ideias semelhantes, que nos permitissem criar categorias de resposta. Ou seja, de uma forma mais detalhada, fizemos a análise de conteúdo para:

- (i) relativamente aos planos de actividades, após a análise do documento, destacámos as actividades mais relevantes realizadas por cada uma das associações colaboradoras do estudo e tentámos perceber se essas actividades, implícita ou explicitamente, abordam questões ambientais;
- (ii) no que respeita às entrevistas realizadas, após a sua transcrição, destacámos os aspectos mais relevantes, de acordo com as dimensões que anteriormente apresentámos.

Para cada uma destas situações iremos apresentar os episódios mais significativos no capítulo seguinte. No final, apresentamos uma síntese global, na qual fazemos uma análise comparativa com as respectivas semelhanças e diferenças entre os casos envolvidos no estudo.

Por último, importa referir que a utilização de diferentes técnicas de recolha de dados e o seu cruzamento, ou seja, a triangulação de dados confere um certo robustecimento à validade de uma investigação de carácter qualitativo (Sousa, 2005). A triangulação é

entendida como a combinação de metodologias no estudo do mesmo fenómeno (Rasco & Recio, 2003). Neste sentido, consideramos que a recolha de dados se deve apoiar na triangulação, usando várias fontes de informação, de forma a garantir que os dados obtidos não eram unicamente artefactos de uma fonte específica de recolha de dados (Cohen & Manion, 1994). Ainda a este respeito, Tenreiro-Vieira & Vieira (2004) referem que o uso combinado de diferentes técnicas de recolha de dados é uma prática muito útil, porque “permite combinar os pontos fortes e corrigir as deficiências de cada uma delas e recolher informação captando uma imagem, o mais completa possível, dos efeitos de um programa de formação” (p. 53).



## CAPÍTULO IV – APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

No presente capítulo apresentamos os dados recolhidos referentes às três associações seleccionadas para este estudo, de acordo com o que definimos anteriormente, no capítulo respeitante à metodologia. Assim, na primeira secção apresentamos uma caracterização global das actividades desenvolvidas pelas associações de acordo com o seu plano de actividades. Na segunda secção expomos os dados colhidos durante a realização de uma entrevista semi-estruturada, informal e integrada a um dirigente associativo e a alguns elementos da população. Por último, na terceira secção apresentamos uma síntese global e discussão dos resultados.

### 4.1. Caracterização das actividades desenvolvidas – Relatório de actividades

Salientamos que os dados a seguir apresentados pretendem caracterizar cada uma das instituições. Estes dados resultam da análise documental feita aos planos de actividades dos anos 2008 e 2009 fornecidos nos primeiros contactos que estabelecemos com as associações, bem como a informação disponibilizada no sítio oficial das mesmas.

A análise dos referidos documentos permitiu-nos obter os dados que sintetizamos nos quadros n.º 4.1; 4.2; 4.3; 4.4; 4.5 e 4.6. No final apresentamos uma síntese global dos mesmos.

**Quadro n.º 4.1** – Actividades desenvolvidas pela associação Azimute em função da data e do público-alvo.

Designação das actividades	Breve descrição	Data	Público-alvo
Percurso pedestres	Sinalizados e mantidos periodicamente alguns percursos na envolvente do edifício e desenvolvidas actividades de orientação pedestre na mancha florestal adjacente. Realização de percursos pedestres interpretativos	Ao longo do ano	Público em geral
Jogos de EA	No computador e no exterior em contacto com a Natureza, sobre fauna, flora, água, e reciclagem.	Ao longo do ano	Público em geral
Trabalhos manuais	Construção de objectos com materiais recicláveis ou orgânicos.	Ao longo do ano	Público em geral
Acções de sensibilização ambiental	Acções fauna, flora, reciclagem, água, impactos ambientais, entre outras),	7 de Junho	Público em geral
Cursos e seminários	Sobre temas ligados ao ambiente e à sustentabilidade do planeta (curso de observação de aves)	Abril	
Actividades desportivas	Diversas actividades de desportos de aventura	Ao longo do ano	Público em geral
Acção de formação	Ervas, chás e compotas	12 de Julho	Público em geral

Pela leitura do quadro anterior verificamos que a maior parte das actividades desenvolvidas pela Azimute se destinam a um público abrangente e podem ser

desenvolvidas ao longo do ano, ou seja, não apresentam especificidade tanto para os destinatários como para a data de realização.

Além disso, o Centro Interpretativo dispõe de inúmera informação de cariz ambiental, turístico e cultural, nomeadamente sobre o Caminho de Santiago, Áreas Protegidas, Turismo Rural e de Natureza, fauna e flora da região e percursos pedestres, entre outras. A possibilidade de os visitantes disporem de computadores multimédia, aliada à projecção de vídeos de âmbito ambiental e cultural, permite um aprofundamento dos conhecimentos e maior sensibilização dos visitantes para estas temáticas. Mediante marcação, o Centro Interpretativo recebe visitas orientadas/guiadas à área envolvente, sendo que os grupos têm a oportunidade de desfrutar de um espaço exterior com plantas autóctones devidamente identificadas e mesas para piquenique. Podem ainda ser realizadas outras actividades, de acordo com as necessidades e interesses da comunidade.

**Quadro n.º 4.2** - Actividades desenvolvidas pela associação AEPGA em função da data e do público-alvo.

<b>Designação das actividades</b>	<b>Breve descrição</b>	<b>Data</b>	<b>Público-alvo</b>
Sons & Ruralidades	Festival de Ecologia, Arte e Tradições Populares	1 a 4 de Maio de 2008	Público em geral
Workshops	Medicina Veterinária em Asininos (Medicina Dentária Equina, Reprodução em Asininos, Diagnóstico de Claudicações, Maneio, Medicina Preventiva e Podologia)	28 a 30 de Março 2008 27 a 28 de Abril de 2008 17 a 19 de Abril de 2009	Veterinários, estudantes de Medicina Veterinária e criadores
	Educação e maneio de asininos	28 de Novembro a 1 de Dezembro de 2008 27 de Fevereiro a 1 de Março de 2009	Público em geral
Feiras de Burros	Participação em Feiras onde é possível conhecer a Raça Mirandesa e adquirir um burro.	Ao longo do ano	Público em geral
Educação Especial	Encontros para crianças com necessidades especiais e terapia com animais (Asinoterapia)	Ao longo do ano	Crianças com NEE
	Encontro de Asinoterapia e Asinomediação	3 a 5 de Outubro de 2008	Criadores, veterinários, profissionais de saúde e educadores de EE
Percursos	Vários passeios de burro (alguns para observação de aves)	18 a 20 de Julho de 2008	Público em geral

Da análise do quadro n.º 4.2 verificamos que as actividades promovidas por esta associação estão, maioritariamente, relacionadas com o burro de Miranda. A associação luta diariamente pela sua preservação e também para que sejam divulgadas todas as características da raça, contribuindo assim para que mais pessoas possam adquirir

burros desta raça. A AEPGA desenvolve actividades para o público em geral e outras para um público específico, nomeadamente técnicos de veterinária, criadores do burro de raça Mirandesa e crianças com necessidades educativas especiais.

De referir que a sede da AEPGA encontra-se preparada e equipada para outras actividades, como por exemplo: comprar e apadrinhar burros; assistir à projecção de filmes e documentários durante as actividades; visitar a loja comercial e adquirir algum do material disponível (puzzles, t-shirts, burrinhos de peluche, etc.); obter folhetos e consultar o material didáctico disponível; colocar questões técnicas sobre o burro de Miranda, com apoio técnico especializado.

**Quadro n.º 4.3** - Actividades desenvolvidas pela associação Aldeia em função da data e do público-alvo.

Designação das actividades	Breve descrição	Data	Público-alvo
Festival Sons & Ruralidades	Festival de Ecologia, Arte e Tradições Populares	1 a 4 de Maio de 2008	Público em geral
Encontro Pelo Rio Sabor	Percorrer um troço do rio Sabor	25 a 27 de Abril de 2008 1 a 3 de Maio de 2009	Público em geral
Cursos	Identificação, Biologia e Conservação de Aves de Rapina;	4 a 7 de Junho de 2009	Estudantes e profissionais das áreas de Biologia, Ciências florestais, medicina Veterinária, outras Ciências e todos os interessados em conservação de fauna e flora silvestre.
	Transfronteiriço de Etnobotânica	22 a 25 de Maio de 2008 10 e 11 de Outubro 2009	
	Identificação, Biologia e Conservação de Aves de Rapina	4 a 7 de Junho de 2009	
	Identificação de Flora Selvagem (Árvores e Arbustos),	29 e 30 de Março de 2008	Público em geral.
	Identificação e Conservação de Cogumelos Silvestres;	10 e 11 de Maio de 2008 1 e 2 de Novembro de 2008 8 e 9 de Novembro de 2008 14 e 15 de Novembro de 2009	
	Identificação de Orquídeas Silvestres Portuguesas	18 e 19 de Abril de 2009 6 e 7 de Junho de 2009	
	Ecologia da Paisagem - A Paisagem no Turismo Rural e de Natureza; Jornadas de Biologia da Conservação	16 e 17 de Maio de 2009 4 e 5 de Abril de 2009	
Workshops	De identificação e ecologia de anfíbios e répteis;	28 e 29 de Março de 2009	Público em geral
Acções de Educação Ambiental	Devoluções à Natureza de Animais Recuperados no CERVAS (Várias localidades, com principal incidência no distrito da Guarda)	De Janeiro a Dezembro de 2009	
	Consumo Responsável - Sessão de esclarecimento	24 de Junho de 2009	
Outras actividades	Fim-de-semana Europeu de Observação de Aves	3 de Outubro de 2009	Público em geral
	Expedições, Maratonas e Cursos de Fotografia da Natureza;	14 a 16 de Fevereiro de 2009	

Como é evidente pela leitura do quadro anterior, a associação Aldeia promove actividades que abordam temáticas específicas, essencialmente direccionadas para um público com formação em áreas como a Biologia, Medicina Veterinária, Ciências do Ambiente, entre outras. No entanto, apresentam também um conjunto de actividades direccionadas para o público em geral.

De salientar que no quadro n.º 4.3 apenas referimos as actividades promovidas pelas sede da associação situada em Vimioso. No entanto, esta associação aposta no

desenvolvimento de actividades em diferentes regiões, em parceria com diversas entidades locais, principalmente do interior do país, e pretende criar novas ideias e linhas de acção para uma constante revitalização dos espaços rurais, recorrendo a novas tecnologias e renovando conceitos na busca de uma ruralidade moderna e dinâmica, mas também saudável e sustentável. Em simultâneo, a associação pretende lançar um olhar atento sobre os problemas que afectam o mundo rural e a biodiversidade, intervindo na compatibilização do progresso com o desenvolvimento sustentável e com a conservação dos recursos naturais. Assumindo um carácter generalista e integrador, a associação tem tentado diversificar os tipos de actividades que organiza, bem como a abordagem que faz às diversas temáticas.

Sempre que possível, a Aldeia participa em projectos que envolvam outras organizações que trabalham com os mesmos objectivos, em áreas semelhantes ou complementares. A título de exemplo, referem-se alguns desses projectos: Plano de Emergência para a Recuperação de 3 Espécies de Aves Rupícolas do Parque Natural do Douro Internacional (Cegonha-preta, Britango e Águia de Bonelli); Programa Antídoto - Portugal (Plataforma contra o uso ilegal de venenos); Projecto Vale do Sabor (Dinamização de actividades que contribuam para a criação de alternativas à Barragem Rio Sabor.

Pelo exposto anteriormente, verificamos que as associações optam pela realização de actividades destinadas a diferentes públicos, algumas destinadas a um público mais específico, principalmente as dinamizadas pela associação Aldeia. Nestes casos, são desenvolvidas acções pontuais subordinadas a diferentes temáticas para, assim, poderem abranger um maior número de pessoas em diferentes faixas etárias e com diferentes conhecimentos acerca dos temas abordados.

As três associações colaboradoras no estudo realizam actividades ao longo do ano, sem datas específicas, sendo que algumas são características de uma determinada época do ano, como por exemplo a apanha dos cogumelos, a observação de aves e algumas acções de formação.

Nos planos de actividades analisados, as associações não definem objectivos específicos para cada uma das actividades, embora todas refiram que têm como finalidade a preservação e conservação do meio.

Evidenciamos também que, de uma forma geral, são abordadas temáticas diversificadas que poderão contribuir para a informação, sensibilização, e mudança de comportamentos das populações e conseqüentemente para o desenvolvimento local.

## **4.2. Caracterização das práticas de Educação Ambiental e seu impacto nas populações**

Passamos a expor os dados que se evidenciaram como mais relevantes para este estudo, após análise das entrevistas realizadas aos dirigentes associativos de cada uma das associações colaboradoras e de elementos representativos da população.

Os dados serão apresentados de acordo com as secções em que estruturámos as entrevistas, tal como referimos no capítulo anterior.

### **4.2.1. Opinião dos Dirigentes Associativos**

Primeiramente, expomos os dados referentes à formação académica dos dirigentes associativos. Para melhor organizar a informação apresentamos os dados no quadro n.º 4.4, no qual é feita referência à formação académica dos dirigentes associativos e se a mesma lhes permite desenvolver o trabalho de EA sem dificuldades.

Pela leitura do quadro n.º 4.4, verificamos que dos dirigentes associativos apenas um referiu ter realizado formação específica para a EA. No entanto, todos mencionam que se sentem à vontade para desenvolver trabalho nesse domínio. Relativamente a este aspecto, dois dos dirigentes associativos referem a importância das experiências vividas e da sua participação em Núcleos de Ambiente aquando da sua formação inicial.

Nas restantes secções da entrevista quisemos conhecer, essencialmente, a opinião dos dirigentes associativos relativamente ao conceito de EA, à caracterização que fazem das práticas utilizadas para o desenvolvimento de actividades de EA e ao impacto que a associação tem na população local. Depois de transcritas e lidas as entrevistas realizadas, revelamos as categorias de análise que emergiram das descrições elaboradas.

**Quadro n.º 4.4 – Formação académica dos dirigentes associativos.**

<b>Associação</b>	<b>Azimute</b>	<b>AEPGA</b>	<b>Aldeia</b>
<b>Questões</b>			
Que curso possui?	Licenciatura em Geografia.	Licenciatura em Medicina veterinária.	Licenciatura em Medicina veterinária.
Que tipo de formação teve ao nível da EA?	Na parte de Educação Ambiental tirei uma pós graduação em gestão e conservação da natureza. Depois uma pessoa também vai vendo muita coisa, vai lendo alguns documentos que permitem depois fazer mais iniciativas a nível da EA.	Na universidade estive associado a um núcleo de estudo e protecção do ambiente, onde desenvolvi um trabalho ao nível de recuperação de animais selvagens, sempre com muito interesse na parte do ambiente e também na parte da EA.	Em termos de Educação Ambiental propriamente dita enquanto estudante universitário na UTAD participei activamente e fiz parte da direcção de um núcleo de protecção do ambiente e aí sim fazíamos muitíssimas actividades de EA
3. Após ter concluído a sua formação inicial já frequentou algum curso de formação nesta área? Quais?	Fiz uma especialização em ordenamento do território e sustentabilidade.	Nunca fiz nenhum curso específico na área da EA. Temos é várias parcerias, trabalhamos com o Parque Biológico de Gaia já em duas edições num curso que está muito direccionado para a EA.	Tenho feito pouco trabalho em termos de EA, apesar de todas as actividades terem um fundamento ambiental e de educação, porque tudo o que se pretende fazer é para educar, para formar, seja num curso ou numas jornadas.
4. A formação que hoje detém permite-lhe encarar sem dificuldade o trabalho de EA na Associação que dirige?	Sim. Permite ter algumas bases para esse trabalho.	Sim. Inclusive participei em conjunto com os membros da associação num curso de EA em intercâmbio na Finlândia e no fundo apesar de não ter formação específica universitária na área, tenho desenvolvido muito o auto conhecimento e adquiri experiência em vários conjuntos de actividades.	Sim. A direcção da Aldeia continua a ter um papel muito activo na parte de EA. A minha parte e a dos outros membros é um pouco também de coordenação.

Apresentamos seguidamente o quadro n.º 4.5 com os resultados referentes às práticas que os dirigentes associativos utilizam aquando da realização das acções de EA e qual o

impacto da associação na população.

**Quadro n.º 4.5** - Síntese, por categorias, das respostas dos dirigentes associativos relativamente ao conceito de EA, às práticas utilizadas para o desenvolvimento de actividades de EA e ao impacto da associação na população.

Documento	Categorias	Subcategorias
Transcrição das entrevistas aos dirigentes associativos	Conceito de EA	Transmissão de conhecimentos
		Valorização dos recursos locais
	Práticas utilizadas para o desenvolvimento de actividades de EA	Melhorar essas práticas
		Adaptadas ao público-alvo
		Surgem algumas dificuldades de implementação das actividades
	Impacto das associações para a população	Contribui para o conhecimento da região
		Valorização local

No que respeita ao conceito de EA, os dirigentes associativos, entendem-na como transmissão de conhecimentos. Apresentaram as suas opiniões de acordo com os episódios que a seguir transcrevemos:

Eu acho que, de facto, com a informação que existe e passa todos os dias na televisão, que vemos nos jornais e nas revistas, a EA no fundo é sensibilizar toda a gente, desde os mais pequenos aos mais novos, sobre as problemáticas ambientais e de que forma é que nós temos de ser educados para preservar esse ambiente. A minha definição seria essa, e é muito simples, é educar as pessoas dando-lhes alguns conceitos de cidadania e de responsabilidade que permitam preservar o ambiente e deixá-lo em melhores condições para o futuro (DA – Azimute).

É uma palavra usada como outra qualquer e que serve depois de desculpa para uma série de factores, (...). Fala-se, fala-se, mas depois não sai. Deveria ser algo que é inerente e que faz parte dos conteúdos programáticos no sentido da evolução que a humanidade tem vindo a viver. No fundo é uma desculpa não é? Faz-se e todos dizem que fazem para parecer bonito. É o mesmo que dizer que muitos são católicos, no entanto praticam muito pouco. E aqui aplica-se o mesmo: fazemos EA mas como desculpa, não como conceito e como verdadeira religião ou seguimento ideológico (DA - AEPGA).

Educação Ambiental, mais do que tudo, eu acho que é educar para a cidadania, introduzir conceitos ambientalmente correctos. Aqui, seria muito interessante dar um exemplo prático de Trás-os-Montes, pois é um dos sítios que ambientalmente são mais ricos e que se calhar as pessoas olham menos com interesse para aquilo que tem, porque os gostos naturais ainda existem, as pessoas dão-lhe pouco valor.

Então, educar ambientalmente é dar valor aos recursos naturais, é ensinar as pessoas a valorizar o que têm e a defender o que têm e serem ambientalmente correctos, é um pouco por aí (DA - Aldeia).

Pelos episódios transcritos verificamos que os dirigentes associativos relacionam a EA não só com a transmissão de conteúdos, mas também dão ênfase à necessidade da promoção de comportamentos ambientalmente mais correctos e a acções concretas de preservação e conservação dos recursos. Todos referem a importância da EA para a valorização do património natural.

No que se refere às práticas de EA desenvolvidas pelas associações em geral, referiram que há alguns aspectos que podem ser melhorados, tal como evidenciam os seguintes episódios:

Ao nível da EA, em Portugal, neste momento, pelo que observo, vejo que é necessário torná-la mais prática, mais acessível, mais divertida. Ainda contínua visualizada a EA que é feita como o professor que vai dar uma palestra sobre ambiente e que mostra uns acetatos. No entanto, gostaria muito mais de a ver dinâmica, sobre uma forma de multimédia, sobre uma forma de expressão artística, e no fundo dar voz às crianças e a voz aos jovens, dando-lhes também formação e assunto na área. Ao nível do interior e do ambiente há esse grande dilema que é quem vive cá acaba por ter um complexo de inferioridade em relação à natureza, e ao ambiente, e ao desenvolvimento, não conseguindo muitas vezes dar-se conta do enorme potencial que têm e do qual a natureza e o ambiente poderia ser uma das principais vias de desenvolvimento. Para isso, é necessário mais uma vez a EA se adaptar a cada um dos territórios. Estamos muito aquém de um verdadeiro trabalho que possa vir a ser feito. Quem tem o dinheiro e as possibilidades de fazer acaba por fazer de uma forma metódica, um pouco rotineira e quem não tem faz o melhor, mas acaba por também não ter as possibilidades de fazer e no fundo vive-se neste momento em Portugal, e principalmente em Trás-os-Montes, um momento de inúmera apatia em que, embora existam cursos talvez de EA ou disciplinas, tudo é dado de uma forma bastante apática na minha forma de ver as coisas (DA – AEPGA).

(...) a minha opinião sincera em relação às ONG's em Portugal, a grande maioria faz um trabalho muito correcto, muito importante. Muitas vezes, o que acontece é as pessoas que são as verdadeiras experts em EA refugiam-se um pouco nas ONG's e criam ONG's para ultrapassar um pouco toda a burocracia, que pode ser na grande maioria das vezes as pessoas que estão em universidades, estão em fundações, estão em institutos e às vezes é bastante complexo poder, por exemplo, dentro de uma universidade desenvolver uma simples actividade de EA, seja pela cadeia burocrática, seja por questões práticas de tempo, de instalações. Então, a verdade é que muitas das pessoas que trabalham nesse tipo de instituições tenham ONG's por trás onde desenvolvem quase de uma maneira livre e com muita mais frequência esse tipo de actividades, claro que há muitos bons exemplos e muitos maus exemplos, mas no geral eu acho que em Portugal as ONG's fazem um trabalho muito bom (DA – Aldeia).

Os dirigentes associativos valorizam o trabalho desenvolvido pelas associações de âmbito local, destacando a promoção e valorização de recursos e a divulgação da região. No que respeita às práticas desenvolvidas pela associação de que são dirigentes, e ao público-alvo a que se dirigem, esclareceram:

Eu acho que é sempre um trabalho importante, principalmente no nosso caso em que lidamos com jovens e com idosos, que são duas faixas etárias importantes para fazer esse trabalho. Os jovens porque depois são transmissores em sua casa e os idosos porque de facto são pessoas que se entusiasma bastante com estas coisas novas, com a parte de EA, estão sempre interessados e com a mente muito aberta para essas questões. Nós normalmente fazemos lá na associação, através de estágios que são realizados na associação, estágios curriculares ou profissionais, e às vezes convidamos pessoas para fazer pequenas palestras sobre essas questões de EA, mais técnicos, nomeadamente aí há cinco meses fizemos uma com o chefe dos Bombeiros de Vinhais, (...) O que é que privilegiamos? Tudo o que seja temas ambientais e já viu que vamos desde a energia aos óleos alimentares, aos fogos florestais, à água, à separação dos resíduos. O público é específico, acaba por ser a população da aldeia e pessoal da associação. Depois isto é divulgado no site da associação e divulgado normalmente na agenda cultural e fica disponível para todos e o que notamos é que de facto a população participa muito e há algum pessoal que depois já se vai encaixando (...) acaba por ser um desafio para nós e já tivemos algumas actividades em que veio gente do Porto e gente Coimbra e gente de Aveiro, mas não é em todas as actividades assim, porque de facto a distância é grande, os custos acabam por ser outros, porque as pessoas para virem, acabam por ficar, é preciso alojamento, é preciso almoços e jantares e é diferente mas temos noção disso. Agora acho que em termos da abrangência que temos neste momento, o trabalho funciona e o balanço é positivo e acho que com este projecto agora da Aldeia Pedagógica eventualmente conseguiremos dar outra dinâmica, primeiro porque é um projecto inovador, que não existe nenhuma aldeia pedagógica e tem o pessoal da Gulbenkian que só por si é um carimbo muito importante (DA – Azimute).

Um público-alvo que são as escolas com quem gostamos e gostaríamos de trabalhar mais afinadamente, porque existe realmente entre os burros, pombais e planalto mirandês e o Parque Natural do Douro Internacional e Sabor-Maçãs, um conjunto de mais-valias que pode tornar esta região muito apetecível para a realização deste tipo de visitas e de prática, principalmente ao nível da biodiversidade e do conceito de extinção e de natureza. Obviamente que a EA faz parte um pouco dos nossos conceitos, como é o exemplo de ter sido a associação a implementar um pouco este conceito de utilização de copos de inox nas festas e não usar de forma alguma os copos de plástico. O próprio uso do conceito do burro como um sinal de natureza e do campo, que acaba por ser verdade e o defender tão afinadamente este animal na região, e como motor de desenvolvimento, é por si só um sinal verdadeiro de que fazemos EA e os cerca de mil velhotes que têm burros, ou seja, quem a põe em prática, quem continua a ter o burro nem que seja para utilizar o estrume e evitar comprar os adubos, ou por menos gasóleo que gasta, e existe agora aqui um sem numero de contrariedades. Andamos de avião e podemos pagar para uma indemnização ambiental pelo CO<sub>2</sub> que gastamos; as empresas podem realizar todos os projectos de desenvolvimento, barragens,

estradas, redes de alta tensão, desde que paguem... não somos muito a favor desta política e fazemos o pouco que podemos em relação ao contrário, damos o nosso pequeno contributo a quem nos visita. E há um turismo ao longo do ano e há um turismo de Julho e Agosto. O que nos dá um grande prazer, às pessoas da região, às pessoas emigrantes e imigrantes, que vêm visitar os seus pais, e que ouviram falar do burro de Miranda, e da associação, e de Atenor, e vêm e a seguir também voltam e fazem-se padrinhos dos nossos burrinhos e acabam por ter muito interesse em visitar novamente a associação. Ao longo do ano, temos também turistas que participaram nas nossas actividades, recebem as nossas newsletters, ouviram falar do burro de Miranda na televisão. Embora não haja uma prova concreta, há um grande número de pessoas que vêm visitar o planalto mirandês pelo burro de Miranda, ou seja, primeiro vamos ver o burro de Miranda, por sua vez ver um território lindíssimo que é o planalto mirandês. E também há um grande número de pessoas que vem visitar o planalto mirandês e comer a posta e não nos podemos esquecer de visitar o burro de Miranda. De uma forma ou de outra. Obviamente que virem por causa do burro dá-nos maior satisfação, mas as duas são importantes, porque demonstram aquilo que é o nosso propósito, que é, com pouco dinheiro, poucos recursos e muita motivação, conseguir pôr o burro de Miranda um pouco na mente das pessoas (DA – AEPGA).

Para nós era muitíssimo mais fácil organizar cursos no Porto, em Lisboa, em Vila Real ou em Coimbra, onde há populações académicas muito altas e onde o potencial interessado num curso sobre avifauna, sobre cogumelos é muitíssimo mais alto, há muitas mais pessoas. Agora o aliciante é, de facto, organizar actividades aqui, correndo o risco de acontecer o que aconteceu este ano, que tivemos de cancelar actividades, chegarmos a 3 dias antes e termos de cancelar actividades por falta de participantes. Mas foi um problema nacional. Ao falar com colegas de outras ONG's percebemos que aconteceu muito isso, seja a crise, seja o que for, acho que as pessoas têm neste momento mais cuidado nos gastos que fazem e, se calhar, é nestas pequeninas coisas, que seriam o prazer de ir passar o fim-de-semana a Trás-os-Montes, que eles cortam primeiro. Mas eu acho sinceramente que sim, que há um impacto e que muitas das pessoas ficaram a conhecer Trás-os-Montes e principalmente o Nordeste com as nossas actividades e voltam (DA – Aldeia).

Ainda a este respeito, os dirigentes das associações que estudámos enumeraram algumas das dificuldades que sentem na implementação das acções de EA. Nomeadamente, referem que é importante dispor de um espaço devidamente preparado, estabelecer parcerias e conseguir fazer chegar às populações locais as mensagens que pretendem transmitir com as acções realizadas. A título de exemplificação passamos a evidenciar alguns excertos que nos parecem elucidar bem o exposto.

Já existe bastante informação na internet. De facto, a internet é um livro aberto e encontramos tudo, desde texto, imagens, fotografias, vídeos, tudo. Depois é uma questão de estruturar a informação, que não é complicado. Arranjar materiais para fornecer. Existem algumas brochuras que estão disponíveis na internet e podemos fazer *download*, imprimir e entregar às pessoas, temos é de as adaptar. Também

não temos parcerias com outras instituições. Temos alguma colaboração, apesar de não ser suficiente e depois solicitando, tratando-se de uma associação sem fins lucrativos e sendo para esses temas ambientais, ao solicitar (já solicitamos aos Resíduos do Nordeste, à Câmara Municipal) eles fornecem sem problemas nenhuns e não é necessário estipularmos um protocolo específico nessa matéria. (DA – Azimute).

As dificuldades neste momento são a possibilidade de termos um verdadeiro espaço, o qual poderíamos designar de Centro de Interpretação do Burro de Miranda, um centro equestre, onde tudo se possa fazer de uma forma mais autónoma, porque de alguma forma aquilo em que acreditamos é que tudo aquilo que se possa desenvolver mais ao nível da auto iniciativa e da auto aprendizagem é muito mais aceite e muito mais fácil de digerir do que as conversas do blá, blá, blá de todos os dias. No fundo, é um pouco isso, ou seja, a criança poder vir e experimentar, durante o dia inteiro andar de burro e estar no meio da natureza. É o melhor, é mesmo que a criança venha e que durma ao ar livre na tenda no meio do monte e ver o céu estrelado e não haver poluição. São pequenos sinais, pequenas imagens, que ficam gravadas na memória e que podem ter o seu impacto (DA – AEPGA).

Aqui no planalto é um bocadinho mais difícil porque eu acho que a primeira grande dificuldade é as pessoas perceberem o que é a Aldeia, porque é um objecto social tão amplo... E de repente a Aldeia aparece a fazer cursos de cogumelos, no dia seguinte aparece a fazer uns cursos de ecoconstrução, no dia seguinte faz uma saída de campo e claro que para nós que aqui estamos tudo isso se enquadra na conservação da natureza, na preservação do património natural construído, que é ao fim ao cabo o nosso objecto social. Mas eu apontaria, respondendo à tua pergunta, como principal dificuldade, às vezes é as pessoas compreenderem o trabalho base e o porquê daquele trabalho. Claro que é um trabalho de EA, de educação em geral, ou então a seguir trabalhas com os miúdos nas escolas. Eu acho que é um pouco isso, as pessoas perceberem que aqui o Nordeste especificamente está muito melhor agora, no princípio era muito mais complicado. Pouco a pouco as pessoas vão percebendo. Se calhar já tiveste esta noção com a conversa que tiveste com as outras pessoas, mas no princípio era muito mais complicado. Acho que a principal dificuldade é as pessoas compreenderem como é que pessoas de fora vêm para aqui e tentam ao fim e ao cabo organizar actividades e preservar o que é deles, que é de todos, mas que em primeiro lugar é deles, porque são as pessoas daqui. Acho que essa é a principal dificuldade (DA – Aldeia).

Procuramos conhecer a opinião dos dirigentes associativos acerca do impacto das actividades de EA, desenvolvidas pelas respectivas associações, na população. A este respeito mencionaram aspectos relacionados com o conhecimento e divulgação da região e a sua valorização, referem que criam dinâmica nas populações, trazem gente nova à localidade e dão a conhecer os recursos de que dispõem. Neste contexto apresentamos as seguintes transcrições:

Nota-se que as pessoas se preocupam. Na aldeia as pessoas preocupam-se bastante se as coisas vão para o lixo e se colocam no contentor deles, falam nisso. E se as pessoas não fazem a limpeza dos terrenos à volta; já nos abordam a dizer aquele fulano não faz a limpeza, se calhar até vão falar com ele. Eu acho que eles aplicam e se entusiasma e se envolvem nessas questões da EA. Na associação temos reparado que estamos num meio pequeno e as pessoas são quase sempre as mesmas, são quase sempre as senhoras que aderem a esse tipo de iniciativas e o que reparamos é que nas actividades que nós fazemos de EA elas já sabem muita coisa, o que não sabem aprendem, e eu acho que aplicam e tem funcionado. Temos feito várias coisas, já fizemos sobre energias, resíduos, água, o aproveitamento do óleo para sabonetes, já fizemos a recolha de lixo em ambiente de separação e correu muito bem, por isso eu acho que é sempre importante e funciona bem. Eu acho que a população avalia o nosso trabalho de forma positiva. Temos um estudo que foi feito numa altura em que fizemos inquéritos à população, na altura em que queríamos implementar aquele projecto da aldeia pedagógica, onde foram feitas algumas questões, e foi salientado pela maioria do pessoal que foi entrevistado a importância da implantação da Azimute lá na freguesia, na aldeia, porquê? Porque, de facto, criou alguma dinâmica e obrigou as pessoas, entre aspas, a juntarem-se, a conviverem, a falarem, e isso é importante. Temos reparado, de facto, é que as pessoas quando nós as chamamos para alguma iniciativa aparecem, gostam, incluindo até a questão que estávamos a falar há bocado, que já houve várias vezes que nos falaram que devia ser quase um centro de dia. Isso porquê? Porque, de facto, é um centro onde elas se juntam, conversa... Nós estamos agora a fazer umas actividades de reutilização de materiais e elas adoram, porque é um momento em que se juntam, falam, conversam, há um convívio, estão entretidas. Por isso, eu acho que é positivo. O que eu tenho ficado a pensar algumas vezes é que, em conversa com outros presidentes de Junta, eles precisavam de ter uma Azimute na sua freguesia. Já houve vários que me abordaram nesse sentido, que gostavam que nós implementássemos uma estratégia parecida com a que implementamos na Portela noutros sítios. Acho que é importante, porque o trabalho até é válido e que tem algum interesse noutros pontos, por isso acho que sim (DA – Azimute).

Obviamente que não vamos estar aqui a detalhar. Na sua maioria as pessoas dizem bem e vêm com alguma gratidão e mérito todo o trabalho que estamos a desenvolver, principalmente a faixa de pessoas com idade avançada. Também os jovens, e adultos, havendo uma faixa dos 25 aos 50 anos em que consideramos as pessoas com remorsos de viver na agricultura e no mundo agrícola. Isso é um factor social ao qual todos estamos ligados. E de resto haverá sempre alguém que fale mal, porque gosta de motas, gosta de poluição, porque se deixa ir nos boatos e gosta de ir para o café inventar coisas. Embora o bom tenha tendência para ver a sua gratidão de forma silenciosa, em pensamento, em mente e pessoalmente quando te encontram, ao qual damos um inúmero valor. O mau, tem de ser ouvido de tal forma, para que todos saibam e para que seja levado às mais altas consequências, tem capacidade de procurar canais de comunicação nas aldeias e em outras formas, de forma a atingir os seus fins (DA – APEGA).

Agora também é certo que não temos o feedback das populações que gostaríamos de ter. Também é certo que no princípio era muito menos do que agora. Agora já há pessoas locais, que vêm de Bragança ou de Vimioso ou de Miranda que já participam. Um dos objectivos principais da Aldeia é organizar actividades no Nordeste, mas para as pessoas do Nordeste também penso que temos conseguido, de uma maneira ou de outra as pessoas vão ouvindo falar. Também é verdade que acontece algo que temos tentado evitar, que não é propriamente mau mas que, como há pessoas na direcção da Aldeia que fazem parte de outras ONG's locais, às vezes é complicado para as pessoas fazer a distinção de quem é quem e das pessoas que trabalham na associação A ou na associação B (...). Mas eu acho que temos conseguido chegar às populações locais. Principalmente, por exemplo, temos os cursos de cogumelos, tentamos sempre que, quando há saídas de campo, as pessoas das aldeias estejam presentes, porque é muito importante, porque já que vamos para o terreno daquela aldeia, que não seja literalmente uma invasão do terreno das pessoas, dos recursos das pessoas e elas percebam que estamos ali para o bem de todos e que ninguém vai ali roubar-lhes os cogumelos, que simplesmente estamos a tentar que as pessoas conheçam e que valorizem, e tentamos que elas estejam presentes pelo menos nas saídas de campo e que elas sejam os nossos guias e isso é muito importante. Eu acho sinceramente que sim, porque, principalmente com esta tentativa sempre presente de organizar actividades aqui, estamos directamente a trazer pessoas aqui, que têm de se alojar, que têm que comer, que têm que ficar e muitas das pessoas voltam depois porque conheceram a zona através dos cursos da Aldeia (DA – Aldeia).

É certo que eu venho a Vimioso e as pessoas me associam à associação Aldeia. Então isso é o reconhecimento do meu trabalho. Eu acho, sinceramente, que as pessoas mais novas de Vimioso já perceberam perfeitamente o que é a Aldeia e se calhar são as que menos participam. Mais facilmente entenderam e menos participam porque os interesses são outros. É uma faixa etária de meia-idade que participa. Temos tido pessoas a participar nas actividades, muitas pessoas relacionadas com a Câmara Municipal, que tem sido um parceiro, obviamente, neste tipo de actividades, as instalações foram-nos concedidas pela Câmara, então eu acho sinceramente, que tem havido um *feedback* positivo por parte das pessoas. A associação Aldeia é muito nova aqui em Vimioso. Há 3 anos que está aqui e coincidiu com a altura em que viemos para Vimioso que começámos com o trabalho na Serra da Estrela, depois a seguir com o trabalho no Algarve. Então, de certa forma, as baterias apontaram-se para esses 2 projectos, mas, tentando nunca descuidar o projecto Nordeste e o facto de termos pessoas a trabalhar aqui a tempo inteiro, é uma tentativa de isso mesmo, agora eu acho que as pessoas vão reconhecendo. O simples facto de estar cá uma pessoa a trabalhar todos os dias, que vêm e perguntam, e vêm uma cara nova, e querem saber o que é que faz, e então, de uma maneira ou de outra, as pessoas começam a conhecer a associação Aldeia. Acho que, a nível nacional, a associação Aldeia tem sido bastante reconhecida, se calhar por ser uma associação um pouco única, com o trabalho que tem desenvolvido, por ter a sede onde tem, no Nordeste Trasmontano, por estar neste momento com a gestão destes dois centros de recuperação. A verdade é que tem sido algo paralelo, os dois processos paralelos do reconhecimento a nível nacional e de enraizamento a nível local (DA – Aldeia).

Por último os dirigentes associativos, acrescentaram que são da opinião que em

Educação Ambiental há ainda muito trabalho a fazer, mas estão conscientes de que apesar de todo o consumismo e desperdício a que assistimos, as crianças e jovens possuem já uma boa base de consciência ambiental, o que lhes permitirá serem cidadãos informados, conscientes e activos em prol do ambiente. Salientam ainda, a importância de apostar na formação de crianças e jovens para que eles próprios sejam veículos de informação e de sensibilização. A este respeito apresentamos os seguintes episódios:

Acho que o que tem sido feito se calhar não é o que estamos à espera que aconteça. Não conseguimos num ano mudar o mundo, obviamente. São coisas que uma pessoa vai fazendo, mas acho que ainda é preciso fazer muito. Agora, acho que esta geração nova que já leva a EA desde a primária vai estar mais consciente do futuro e da importância que deve dar ao ambiente, coisa que na nossa geração e na geração dos nossos pais não havia essa preocupação, apesar de que o consumismo não era tão grande e, de facto, esta onda globalização é que provoca muito desperdício, o que não facilita, porque os miúdos são chamados a ter telemóvel muito cedo, passado dois anos já não é preciso, trocam de telemóvel, é um resíduo que se cria, e o mesmo se fala ao ir ao supermercado é tudo embalado, tudo plastificado, tudo cheio de esferovite e é resíduo que se gasta (DA – Azimute).

Dar ao ambiente uma nova era, uma nova época, que seja também de desenvolvimento económico. Não há nada que se prove neste momento no mundo que não seja com demonstrações estatísticas e económicas, e é aqui o papel fundamental das associações. As associações são empresas sem fins lucrativos, mas não devem deixar de ser vistas como empresas, como formas sérias de trabalhar, em que apenas as pessoas se juntam com um fim comum e que esse fim comum não tem fins lucrativos, de dividir os dividendos. Todos queremos que seja lucrativo para a região, que seja lucrativo para os criadores, que seja lucrativo para os turistas, para as entidades hoteleiras, para que se dê a conhecer um pouco mais Trás-os-Montes, se é o território onde temos o lobo, o veado, onde temos o corço, a águia de Boneli, a águia real, onde temos uma série de espécies emblemáticas que no existem noutra região de Portugal, já que temos o maior parque natural, alguns dos parques ainda sem antenas eólicas, que continue sem antenas eólicas, portanto de eólicas estão as montanhas cheias. Daí que esse entendimento em relação ao ambiente quer político, quer das populações, isso é que é a verdadeira EA, ou seja, não há forma. Enquanto nós queremos é trabalhar com os filhos para que os filhos ensinem aos pais, ou seja, se o filho for dizer ao pai - não sabes que toda a gente tem parques eólicos. Se nós não tivermos, daqui a uns anos vão-nos querer visitar por não ter parques eólicos. É um pequeno exemplo, e é por isso que uma pessoa trabalha com as crianças, porque os adultos apenas ouvem os seus filhos (DA – AEPGA).

Pelo exposto anteriormente, verificamos que os dirigentes associativos entendem a EA como uma forma de informar as pessoas e valorizar os recursos existentes. Quando realizam actividades de EA tentam adaptá-las ao público a que se dirigem e ao meio envolvente. Referem, no entanto, que sentem algumas dificuldades neste trabalho e que

o mesmo pode e deve ser melhorado.

#### 4.2.2. Opinião de alguns elementos da população

Para inferirmos sobre qual o conceito de educação ambiental que os elementos da população possuem e sobre qual crêem ser o impacto das associações para a própria a população questionámos alguns dos seus elementos.

Depois de transcritas e lidas as entrevistas realizadas, revelamos as categorias de análise que emergiram das descrições elaboradas, as quais apresentamos seguidamente no quadro n.º 4.6 com os dados.

**Quadro n.º 4.6** - Síntese, por categorias, das respostas da população relativamente ao conceito de EA, às praticas utilizadas para o desenvolvimento de actividades de EA e ao impacto da associação na população

Documento	Categorias	Subcategorias
Transcrição das entrevistas aos elementos da população	Conceito de EA	Conservação da natureza
		Transmissão de conhecimentos e construção de um ambiente melhor
		Importância da EA e do trabalho realizado pelas associações
	Impacto das associações para a população	Participação nas actividades de público diverso
		Aceitação da associação pela população
		Valorização da população/ valorização pessoal
		Fonte de rendimento

Seguidamente transcrevemos alguns dos indicadores que consideramos mais relevantes, no âmbito deste estudo, para cada uma das subcategorias apresentadas. No que diz respeito ao conceito de EA verificamos que alguns dos elementos da população entrevistados referem que a EA diz respeito à conservação da natureza. Tal como evidenciam os seguintes episódios:

A Educação Ambiental tende a replicar mais ou menos algumas regras que se devem seguir de modo a proteger mais a Natureza e não causar muitos estragos (P3 - Azimute).

[a Educação Ambiental] é bom, é bom conservar a natureza e o ambiente (P – AEPGA).

[por Educação Ambiental] entendo a preservação e protecção da natureza e sensibilizar o mundo inteiro que é necessário fazer algo urgentemente para o nosso planeta, porque se não vamos directos a uma catástrofe (P2 – AEPGA).

(...) fui educado numa aldeia, num ambiente onde as pessoas não tinham bem noção do que era a EA. Eu fui tendo noção um bocadinho de como é importante as pessoas terem essa educação e esses hábitos de preservação e conservação do meio ambiente, que hoje é tão importante. (...) mas o pouco que eu sei é que é muito importante essa tal preservação ambiental porque estamos numa época onde se verificam grandes alterações climáticas, entre outras, e tudo tem a ver um bocadinho com essa conduta que a gente possa vir a ter com o ambiente (P3 - AEPGA).

É uma questão de tentar preservar aquilo que temos de natural, porque durante vários anos, muitos, muitos anos, as populações nunca pensaram que poderíamos chegar, não só a nível de poluição, da flora e da fauna, como recursos que se esgotam, e acho que é importantíssimo começar, e ultimamente já se tem visto bons resultados. Começar a habituar as populações, principalmente nas aldeias que têm gente mais idosa e que não estão habituadas a preservar o ambiente, por assim dizer. Portanto, acho que a EA é uma preparação para aquilo que nós podemos preservar a nível ambiental (P3 - ALDEIA).

É a gente poder preservar a Natureza, ter cuidado com os fogos e respeitar o que há na Natureza, os animais, tudo o que pertence à Natureza (P1 - Azimute).

Outros elementos da população associam a EA à transmissão de conhecimentos e à construção de um ambiente melhor. Neste sentido, transcrevemos algumas das frases apontadas:

Acho bem que esteja a gente esclarecida a respeito dessas coisas. Acho importante porque a gente precisa de saber; para respeitar precisa de saber o que tem a gente que fazer (P1 - Azimute).

A EA é essencialmente a nossa preocupação com o ambiente, quer seja nos tratamentos dos lixos, quer seja na poupança de água, essencialmente é ficarmos pelo menos com os recursos que os nossos pais e os nossos avós nos deixaram e estão-se a degradar substancialmente e de uma maneira muito rápida. Porque hoje em dia ninguém pára, ou poucos param, para pensar o que é que estão a fazer ao ambiente, o que estamos a fazer de mal (...), embora saibamos que, por vezes, é muito difícil mudar mentalidades de um dia para o outro, mas aos poucos as pessoas estão um pouco mais sensibilizadas. E falta também, umas das coisas que se nota que já nos sensibilizámos, mas que não se tem concretizado, é em termos

de reciclagem, separação de lixo, porque não foram facultados os ecopontos (P2 - Azimute).

Eu, a nível de EA, sou uma pessoa que admiro muito esse trabalho e tento diariamente contribuir para que o ambiente seja cada vez melhor e contribuir para que nós, no futuro, deixemos melhores condições àqueles que nos vão suceder. O que eu queria dizer é que as pessoas deveriam seguir exemplos, se calhar de algumas associações como a desta associação, que com o seu trabalho possam dar exemplos e irem mostrando às pessoas, de uma forma muito suave, que se podem organizar actividades, que se podem organizar imensas coisas, sem estar a prejudicar o ambiente. Eu acho que isso é extremamente importante (P3 - AEPGA).

No fundo, acho que é um trabalho de consciencialização e educação, não é? Para a população em geral, ou para a população menos informada sobre a temática do ambiente. Nomeadamente a protecção da Natureza, resíduos, penso que mais ligada a isso, pelo menos é sobre isso que se tem feito. Incêndios florestais também. Toda essa sensibilização de carácter ambiental (P1 - Aldeia).

Educação Ambiental, entendo que é ensinar as pessoas acerca de certos aspectos ambientais, como reciclar, conhecer a natureza, conhecer culturas, tradições, porque, se formos ver, estas zonas são importantes por causa disso não é? Então, ensinando às pessoas de fora e às pessoas que são da terra, essas tradições podem ajudar as pessoas a proteger as zonas em que estão inseridas (P2 - Aldeia).

Informar, principalmente as pessoas mais idosas, dos riscos que estamos a ter a nível de questões ambientais e são eles os laços de ligação entre o saber e o fazer (P3 - Aldeia).

Ainda relacionado com o conceito de EA, muitos elementos da população referem a sua importância, associam-na ao trabalho realizado pelas associações e falam da participação da população nas acções promovidas, tal como evidenciam os seguintes episódios:

Se houver iniciativas eu também participo. São promovidas! Já estivemos aí a fazer compotas, a fazer licores, a fazer sabão. Porque diz que não se pode, que as gorduras que a gente utiliza não se devem deitar na banca nem na terra para não estragar as coisas, porque prejudica a terra e que se devem aproveitar para fazer o sabão (P1 - Azimute).

Eu acho que, se não fossem as próprias associações, se o ambiente está mal, então estaríamos de rastos, praticamente. As associações têm feito um excelente trabalho, um trabalho muito valioso, mas acho que talvez por comodismo muitas

peças não se juntam às associações, porque pensam que os outros é que têm o dever de fazer, nós nunca temos o dever de fazer nada, os outros é que têm. Quem está na associação, é a associação que tem de fazer, se for a Junta é a Junta que tem de fazer, se for outro, são outros que têm de fazer. Todos têm que fazer menos eles, menos a própria pessoa. Essa mentalidade era bom ser mudada, mas estamos a ver mesmo em termos de sociedade, em termos de cidadania, que isto também não tem caminhado para isso, portanto talvez não se consiga mudar esse tipo de atitude das pessoas, infelizmente (P2 - Azimute).

Acho muito bom que apliquem, porque há coisas que as pessoas da aldeia que não vão sabendo, e através de apresentações as pessoas vão sempre aprendendo coisas que podem fazer, de modo a diminuir o impacto que causam no ambiente (P3 - Azimute).

Muitas pessoas orientam-se por eles. O que eles fazem e o que não fazem e esses passeios que dão com os animais é uma coisa boa (P1 - AEPGA).

A EA é muito importante nas associações, é muito bom porque elas conseguem ter um impacto de maior dimensão na população. Vou falar da associação que existe na minha aldeia (...) que preserva e promove o gado asinino, que é o burro mirandês da minha região, se não fosse esta aldeia, se calhar o burro já tinha desaparecido porque está em extinção (P2 - AEPGA).

A associação tem vindo a desenvolver um trabalho fantástico na preservação. Não só os elementos que a compõem, mas também a informação e o conhecimento que eles vão passando à população em geral do que é a EA e o que se poderá fazer para que tenhamos o melhor ambiente possível. As actividades que a associação desenvolve têm esse cuidado, por exemplo na preservação do ambiente (P3 - AEPGA).

Em relação a este tipo de associações, parece-me importante. Têm pessoas válidas e fazem bastante em prol aqui do território (P1 - Aldeia).

EA é um bocado abrangente. Aqui as associações trabalham ao nível de EA quando fazem cursos de formação e ensinam as pessoas a identificar certas coisas e nós quando andamos no campo depois ao sabermos o que é aquilo, já vamos ter outro cuidado para com as coisas (P2 - Aldeia).

Basicamente, quem tem participado nessas formações são pessoas de longe e as pessoas daqui como é um bocadinho avultada a inscrição então não participam, mas isso já é uma questão de mentalidade das próprias pessoas, que estão habituadas a ter tudo de graça e então não querem pagar um serviço que poderão ter de outras formas gratuitamente (...). A população alvo que costuma, que acho que costuma, frequentar essas formações tem já uma certa formação académica,

daí eu achar que também seria um óptimo trabalho para associação Aldeia direccionar essas formações para a população local (P3 - Aldeia).

Relativamente ao impacto que a associação tem para a população algumas respostas relacionam-se com a participação de um público diverso nas actividades desenvolvidas pelas associações. Exemplificamos esta situação com as seguintes transcrições:

Sempre vem gente de fora e sempre temos, já tivemos ginástica, agora andamos a fazer aí uns trabalhos manuais, e dá, então não? Vem muita gente de fora e as de cá também vamos para lá, estamos em convívio e a gente sai de casa um bocado, não estamos sempre em casa (P1 - Azimute).

Geralmente participam as pessoas próximas, mas havia alturas em que vinham excursões de longe, do Porto, da zona de Lisboa, que passavam por esta zona e acabavam por vir à associação (P3 - Azimute).

Dá-se a conhecer o que temos nós aqui e o que eles fazem, e servem para o povo (P1 - AEPGA).

Não costumo participar em actividades de EA. Mas como mãe de duas filhas, tento chamar-lhes à atenção sobre a importância de preservar a natureza, como por exemplo, não deitar lixo no campo (P2 - AEPGA).

As associações deviam arranjar novos métodos de chegar ao público-alvo. Porque muitas vezes faz-se sensibilização, faz-se uma acção de sensibilização, para a temática dos incêndios, por exemplo, e não está lá ninguém, isso acontece muito. Claro que a Aldeia, se fizer, e faz, uma actividade vocacionada para os jovens, para a população escolar, acho que tem impacto, porque são o alvo deles. Ora, se promover um curso de cogumelos ou ligado às ervas aromáticas, as pessoas residentes no concelho não são as primeiras a aderir. Aliás, a própria Aldeia deve confirmar isso. Dá-me ideia que os participantes são na grande maioria dos grandes centros urbanos, Porto, Lisboa (P1 - Aldeia).

Aqui há várias associações que trabalham muito com as crianças, já numa perspectiva de futuro, porque têm de começar-se a educar já de pequenos, porque as pessoas mais velhas já é difícil de inculcar certas coisas e é mais fácil atingir a população escolar (...) São associações que também têm muito uma vertente ambiental e ao fim e ao cabo fazem uns passeios, fazem restauros, fazem conservação, tanto de património natural como património histórico, portanto acho que, nesse aspecto, no meu ponto de vista, se não existissem associações possivelmente eu não estava cá, porque foi umas das coisas que me ajudou a fixar cá (P2 - Aldeia).

Tem o seu impacto, porque quando fazem festas, normalmente são mais viradas para envolver as populações. Cursos de formação já não tanto, porque o público-alvo já vem de fora, quer dizer, é bom porque eles ficam a conhecer outra zona, mas ao mesmo tempo não envolve muito as populações, mas também não se pode envolver as populações em tudo (P2 - Aldeia).

É assim, na população residente acaba ainda por ser um bocadinho, a não ser, por exemplo, o Limpar Portugal e actividades que faz conjuntamente com a AEPGA, as pessoas não percebem muito bem qual a finalidade da associação. Acho que neste momento ainda é mais conhecida a associação pelas pessoas que estão extra concelho, fora do concelho, do que propriamente no concelho (P3 - Aldeia).

Outro aspecto que a população reconhece nas associações diz respeito às actividades que são promovidas. De um modo geral, os habitantes locais consideram que o trabalho desenvolvido pelas associações tem um impacto positivo e traz vantagens nomeadamente por trazer gente para a aldeia e conseqüentemente promover o desenvolvimento local. Evidenciamos esta situação nos seguintes episódios:

Tem tido algum impacto. Mais em termos de colocar o lixo no seu devido lugar, que é o contentor e não pô-lo num sítio menos adequado, porque ali a recolha vem em dias próprios e sabem que não irão contaminar, por exemplo, solos, ou outro tipo em termos ambientais, do que quer que fosse. Agora é como tudo... Se não formos avivando a memória todos os dias, depois esquecemos, portanto, as actividades não podem ser feitas uma vez e depois haver um intervalo muito grande, têm de ser feitas pelo menos uma vez por ano para as pessoas serem sensibilizadas (P2 - Azimute).

As pessoas valorizam a associação porque notam que ela se esforça tanto pelo factor ambiental da freguesia como para atrair pessoas para o meio rural, para mostrar as vantagens que existem para as pessoas que vivem nestas zonas (P3 - Azimute).

No geral, gostam de todos da associação. E toda a gente as acolhe. E toda a gente gosta delas e toda a gente conversa com elas. E se...por exemplo, estas moças que vieram para aqui, e os moços, forem assim mais...mais metidos com as pessoas, a gente gosta (P1 - AEPGA).

As pessoas o que dizem é que é muito importante, porque se nota que a aldeia tem vida, e movimento, e está sempre alguém presente no caso de haver um azar qualquer, e estar sempre alguém sempre pronto a socorrê-los (P3 - AEPGA).

A população residente olha com um bocado de desconfiança para a associação e para este tipo de associações. Mas traz vantagens. Mas também acho que seria bom as que pessoas do concelho se envolvessem mais, mas eles envolvem, algumas pessoas. Também depende da temática que se está a trabalhar, não é? Isto são pessoas essencialmente rurais, no nosso concelho, e, de facto, temas que para as pessoas se calhar não são novidade, estão habituadas e não têm interesse como as pessoas da cidade. (P1 - Aldeia).

De um modo geral, falando com as pessoas, que tenho aqui um contacto mais directo com as pessoas, elas gostam, mas também não sabem muito sobre a associação e depois também não sei, parece que há aquela coisa, aquela vergonha, se calhar até se podiam ir lá informar, e se calhar não sabem que eles vendem livros, ou que têm uma biblioteca, nesse aspecto acho que também faltava um bocado de divulgação (P2 - Aldeia).

Há meia dúzia de pessoas que sabem avaliar o trabalho da associação, que sabem aquilo que é, mas para os restantes, aliás, não é que lhes seja desconhecido, mas simplesmente não lhes interessa, mas não lhes interessa esse, como não lhes interessa o resto que haja por aí. Portanto, as pessoas aqui são muito difíceis de compreender (P3 - Aldeia).

Por outro lado, relativamente ao impacto das associações na população destacam-se aspectos ligados com a valorização local e pessoal. Na generalidade a população acredita que tem muito a ganhar com o facto de ter uma associação deste género implementada na localidade. Salientam a importância das actividades desenvolvida, o facto de “trazerem gente” às aldeias o que aumenta a dinâmica e valorização das populações, permitindo-lhe contacto com novas realidades e, não menos importante a possibilidade de serem transmissores de conhecimentos e de culturas muito valorizadas por quem os visita. Neste contexto apresentamos as seguintes transcrições:

Eu acho que as pessoas estão contentes por terem aqui esta casa e a gente ter aí certas coisas que promovem aí. Eu acho que elas também gostam disto. Até crianças têm vindo aí, das escolas. Têm vindo aí crianças, a gente mostra-lhes as galinhas, mostra-lhes o coelho, a agricultura, como se faz, como se cava, como se coze o pão, muita coisa. É uma alegria quando vêm aí essas crianças, como há tão poucas, e as crianças é uma alegria, a gente fica contente (P1 - Azimute).

Nota-se mais talvez o aproveitar dos saberes das pessoas mais idosas em termos de doçaria, nessa parte é que sim, em termos de associação também serviu para aglutinar as pessoas dali da aldeia, numa ida em torno da associação, aí é que se notou. Agora em termos económicos propriamente ditos não (P2 - Azimute).

Aumentou um pouco o movimento, sempre aparecem pessoas, costuma haver também algumas visitas de crianças, traz gente nova à aldeia e também algumas pessoas mais velhas que vêm para os passeios pedestres (P3 - Azimute).

Às vezes converso com eles e eles é que conversam muito comigo e procuram-me algumas coisas e eu...Gosto de conversar com eles. E eles até... por exemplo (...) alguns Veterinários que têm estado aqui já aprenderam algumas coisas que eles não sabiam do que se passava aqui nas aldeias (P1 - AEPGA).

Temos uma população muito idosa e os idosos gostam muito de conversar, e ao conversar ficam menos isolados, têm mais conhecimentos, e é bom para a nossa aldeia. Também temos coisas interessantes, gravuras rupestres. Estão a fazer um trabalho que é positivo, muito positivo (P2 - AEPGA).

Até a associação aparecer era uma aldeia quase desconhecida e então, com o aparecimento dela, com uma série de actividades bastante interessantes que a associação organiza anualmente, tem feito com que a nossa aldeia seja uma aldeia, eu diria, diariamente visitada por pessoas novas. Poderíamos falar em números, mas é uma aldeia que recebe mais ou menos cerca de 5000 visitantes, não só do nosso país, mas também de outros países. E é claro que isso é importante, porque as pessoas convivem com pessoas novas, adquirem, participam e colhem se calhar algumas experiências de culturas completamente diferentes. Eu acho que é muito interessante o trabalho da associação feito aqui no nosso concelho (P3 - AEPGA).

Não são pessoas de cá e vêm para aqui e se calhar custou a perceber isso à população, mas eu penso que a Aldeia, por exemplo, já está bastante cimentada e as pessoas olham com bons olhos e já se fazem bastantes coisas e acho que eles olham com bons olhos estas actividades, até porque trazem gente ao concelho e isso é bom (P1 - Aldeia)

Para além das amizades e tudo, também não sou de cá, mas ao fim e ao cabo identifico-me com estas pessoas das associações, porque também quem vem para aqui já vem com o espírito de sobrevivência, porque Trás-os-Montes não é fácil, seja pelas estações, ou mesmo em termos de pessoas. Eles também lutam, as associações lutam também com a falta de pessoas, eles lutam em trazer pessoas para cá e eu, ao mesmo tempo, também benefico com isso, e quando vim para cá também foi para ser mais um nesta luta (P2 - Aldeia).

Por último reconhecem que as associações podem constituir uma fonte de rendimento para a população, na medida que os visitantes quando participam numa actividade

acabam por frequentar o café, almoçar, procurar alojamento e produtos regionais. Esta situação acarreta, directamente, benefício económico, essencialmente, para o comércio local. A este respeito evidenciamos os seguintes episódios:

(...) Vêm, vêm aí ao café e vão a ver o que há para aí. Os que vêm aqui vão também ali ao café, sempre vão ver a aldeia, vão ver a Igreja. (P1 - Azimute).

Traz muita gente aqui. A ver a nossa pequena aldeia. E trazem...e já compraram cá casas velhas. E vão restaurá-las (P1 - AEPGA).

Vêm muitos carros e muitas camionetas, na Primavera, com os miúdos da escola. Por acaso isso dá proveito. Dá proveito ao povo (P1 - AEPGA).

Assim, a aldeia é muito conhecida na União Europeia e mesmo no mundo. Há muitos turistas de todas as nacionalidades que visitam a nossa aldeia e frequentam os estabelecimentos da aldeia. Tomam café, almoçam, pronto é muito importante (P1 - AEPGA).

A nível económico, não tem tido o sucesso desejado, mas também por culpa da própria freguesia, que se calhar não se soube preparar a nível de infra-estruturas para saber rentabilizar todos esses turistas que nos visitam. (...) agora, cabe-nos a nós também, a nível de instalações, melhorar um bocadinho, para que possamos receber de outra forma e tentar aproveitar a nível económico a vinda desses turistas para cá (P3 - AEPGA).

Foi muito bom haver associações, até pelas pessoas, porque ao fim ao cabo, como estávamos a falar eu tenho um negócio, portanto são pessoas que depois quando eu me dou acabo por ter muito mais clientes e nesse aspecto acho que as associações foram boas (...) Traz vantagens a nível económico basta quando fazem as formações as pessoas vêm de fora, acabam sempre por trabalhar mais, as pessoas como é fim-de-semana ficam alojadas, nesse aspecto em termos económicos não é um impacto muito grande (P2 - Aldeia).

Relativamente ao impacto que as associações têm na população, estas referem a visibilidade da região para o exterior e a valorização local. No entanto, manifestam que nem sempre a população identifica verdadeiramente os trabalhos das associações e, por isso, não têm o devido reconhecimento.

Os elementos da população associam a EA à conservação da natureza e à transmissão de conhecimentos que contribuem para a construção de um ambiente melhor. A este

respeito, destacam e reconhecem a importância do trabalho desenvolvido pelas associações.

No que diz respeito ao impacto das associações no meio, destacam aspectos como: a participação de um público diversificado nas actividades, a aceitação das associações pelas populações, valorização do meio e a valorização das pessoas, e ainda a sua importância como uma fonte de rendimento.

Do exposto, destacamos, ainda, que as associações AEPGA e Azimute têm um impacto mais directo na população onde estão inseridas, enquanto a Aldeia é mais conhecida a nível nacional e menos reconhecida pela população local.

A associação Aldeia assume a dificuldade em fazer perceber às pessoas o que é a associação e qual o seu objecto social, salientando que essa dificuldade tem sido colmatada com o passar do tempo e cada vez mais os habitantes locais valorizam o facto de estar a ser promovido o património que lhes pertence. Salientamos também o facto de serem quase sempre pessoas de fora a participar nas acções promovidas e que, por norma, estão acostumados a viver em situações mais complicadas do ponto de vista de qualidade ambiental (poluição, tráfego, poucos espaços verdes, etc.) e quando participam em actividades promovidas pelas associações locais, valorizam muito o descanso, o lazer, a contemplação da paisagem, os desportos ao ar livre que as potencialidades da região disponibilizam. Para os habitantes locais esta situação nem sempre é facilmente compreendida, pois estão habituados a um ritmo de vida diferente e a outros recursos dos quais dispõem naturalmente e, que por isso, nem sempre são valorizados. Há também a referir que muitos habitantes locais vêem esta procura da região por turistas como fonte privilegiada de riqueza e desenvolvimento para local.

#### **4.3. Síntese global e discussão dos resultados**

Da análise anterior constatámos a carência de informação referente a alguns aspectos que consideramos relevantes para este estudo, como por exemplo a explicitação clara da dinamização de actividades desenvolvidas no âmbito da EA. De uma maneira geral, os relatórios das actividades não evidenciam de forma explícita a abordagem deste domínio. Por outro lado, também não são explícitos os objectivos referentes a cada uma das acções desenvolvidas. Este aspecto foi também evidenciado por Schimdt (2008), quando refere que a EA tem vindo a crescer um pouco desordenadamente, de uma forma menos sistematizada e organizada do que seria desejável, uma vez que se trata de um processo

inovador e aberto.

No entanto, do nosso ponto de vista, as actividades de cooperação não só servem como espaço mais alargado de divulgação cultural, como também como forma de promover um turismo cultural alternativo. A continuidade destas cooperações acarretará mais-valias importantes para o associativismo e para a sociedade civil. Esta é uma impressão que muitos responsáveis de associações têm presente (Pereiro, et al., 2002).

Outro aspecto relevante refere-se aos temas desenvolvidos, que parecem evidenciar temáticas pertinentes no âmbito da EA e do DS, pois como referimos anteriormente, estas áreas não podem ser definidas como um conjunto especializado de conhecimentos, devendo estar presente, de uma forma transversal, nas mais diversas situações de aprendizagem formal e informal. No âmbito deste trabalho, destacamos a opinião de Pinto (2004), quando refere que é necessário apostar numa educação que ultrapassa as paredes da escola e instrui, informa, consciencializa, desenvolve hábitos e responsabiliza a população em geral sobre temas do ambiente. Partilhamos a opinião do referido autor e verificamos que o trabalho desenvolvido pelas associações vai de encontro ao perconizado.

Neste sentido, para Navarro (2005) é importante compreender que a EA deve ir mais além do cuidado e protecção da natureza e que devem ser melhor analisadas as condições que possibilitam ou impossibilitam a EA e o DS e os seus verdadeiros significados. Neste estudo, a este respeito, ficou claro na opinião dos dirigentes associativos e da população o entendimento da EA como um todo que deve valorizar a acção e a resolução de problemas e não meramente a transmissão de informação.

Há a necessidade de compreensão de que a EA tem o objectivo de informar e sensibilizar as pessoas sobre os problemas relacionados com o ambiente, integrando e transformando as pessoas em indivíduos críticos que participem nas decisões sobre o nosso futuro e o do planeta, exercendo desse modo a cidadania, instrumento indispensável no processo de DS e da equidade ambiental. Torna-se cada vez mais necessária a formação de novos conceitos e atitudes ambientais com o objectivo de melhorar a realidade, formulando e transformando atitudes. A solução para os problemas ambientais está na consciencialização e reflexão, principalmente por intermédio da EA, portanto é imprescindível participar, organizar, educar e fortalecer atitudes positivas, porque o DS depende directamente do comportamento e percepção ambiental das pessoas (Melo, 2010).

Para Vilches & Gil-Pérez (2010), a educação para a sustentabilidade não se limita à educação formal, mas também se estende a museus, documentários, meios de

comunicação, ONG's e, por isso, o envolvimento dos cidadãos tem crescido de forma notável, facto este que foi referido pelos dirigentes associativos.

A EA, deve ser entendida como componente essencial no processo de formação e educação permanente, com uma abordagem vocacionada para a resolução de problemas, contribui para o envolvimento activo do público, e estabelece uma maior interdependência entre este e o seu ambiente natural e social, com o objectivo de um crescente bem-estar das comunidades humanas.

Neste sentido, como verificamos, muitas actividades desenvolvidas pelas associações estudadas destinam-se ao público em geral, tornando-se clara a preocupação em promover acções dirigidas a diferentes grupos, o que facilita a consciencialização e formação ambientais de todos os cidadãos. Tal como refere Santos (2010), a integração crescente da sociedade portuguesa no sistema político-económico pode vir a ser a principal aliada na mudança paradigmática dos portugueses, a qual, por sua vez contribuirá para alterações ao nível das suas atitudes e comportamentos em relação ao ambiente.

Por outro lado, pensamos que esta mudança tem como intuito envolver as populações locais, contribuindo desta forma para a valorização e promoção das mesmas, pois, a responsabilidade de cuidar/zelar pelo ambiente não deve ser restrita a determinados segmentos da sociedade, mas sim de todos. Pelo verificado com a realização do presente estudo podemos concluir que as associações estudadas têm conseguido envolver as populações, não só destinando-lhes actividades, mas também valorizando os seus conhecimentos.

Partilhamos a opinião de Martins (1996) quando refere que “o sucesso prático dos projectos de Educação Ambiental traduz-se na sua capacidade em mudar as atitudes e os comportamentos dos indivíduos relativos ao ambiente.” (p. 107). A mesma autora defende que, face às mudanças ambientais globais que se verificam, se torna necessário actuar, o mais rapidamente possível e essa acção deve ser direccionada para a modificação do comportamento humano. Por outro lado, o ensino escolar não se tem revelado suficiente para preencher as lacunas “ambientais”, quer ao nível de informação como de atitudes e comportamentos, assim cabe à educação não escolar, na qual as ONG's têm um papel primordial, formar indivíduos conscientes e competentes para esta temática. No entender de Barracosa & Meira (2002), os equipamentos de EA são uma poderosa ferramenta para a extensão da EA e correspondem a todas as iniciativas que, contando com instalações apropriadas e equipamentos educativos oferecem programas e actividades específicas de EA.

Estamos de acordo com Díaz (2002) quando refere que a educação para o desenvolvimento deveria transmitir aos cidadãos algumas aptidões básicas, as quais passamos a referir: “examinar a realidade; permanecer abertos; matizar as descrições; ponderar diferentes pontos de vista; datar os acontecimentos; pensar politicamente; verificar os contextos; buscar interconexões; ponderar o curto e o longo prazo e dar prioridade à acção cooperativa” (p.45). Esta última parece-nos extremamente importante, pois é essencial que as populações participem nos processos de decisão e que tenham um papel activo.

Navarro (2005) defende que a EA pode ser um projecto, um processo, uma prática, um conjunto de saberes, uma atitude individual ou colectiva, uma forma de ver a vida e o mundo, uma disciplina científica, um movimento ecológico, uma proposta internacional, um programa nacional, um discurso social, político, educativo ou até religiosa. Não obstante o mais importante é a forma como a EA é articulada nos diferentes âmbitos e espaços, nos quais adquire os mais variados sentidos ou significados.

Esta ideia é realçada pela opinião de Mateus (2001) quando refere “Mas desenvolvimento implica também inclusão social em termos de participação política e de divisão do produto social, bem como uma posição relativamente à preservação do meio ambiente” (p. 27). A mesma autora defende que todos os indivíduos, independentemente da sua posição na organização social, estão directamente implicados nas mudanças e nos conflitos sociais. Neste sentido, somos de opinião que as ONG’s, enquanto espaço de informação, divulgação e acção, têm um papel importante na envolvência das populações.

Assim, a consciencialização da sociedade para a recuperação e a preservação ambiental é de extrema e fundamental importância, e esta não pode e não deve ser entendida apenas como responsabilidade do governo, pois é de todos. Por isso a EA contribui tanto para o DS e para agregar valores, quanto para formar cidadãos ambientalmente críticos e conscientes (Melo, 2010).

## **CAPÍTULO V – CONCLUSÕES**

O reconhecimento de que a evolução e o crescimento por que a sociedade tem passado nas últimas décadas tem despertado a necessidade de uma mudança de atitudes no sentido da conservação e manutenção dos recursos naturais. Este caminho não se tem revelado fácil. No entanto tem que ser percorrido...

As Organizações não Governamentais (ONG's) têm tido um papel essencial neste sentido. Na nossa opinião o trabalho que têm feito honra a Educação Ambiental (EA) a nível local.

Neste capítulo organizamos a informação em quatro secções, sendo elas: (i) principais conclusões; (ii) implicações da investigação; (iii) limitações do estudo; e (iv) sugestões para futuras investigações. Descrevemos, seguidamente, de uma forma mais pormenorizada cada uma delas.

### **5.1. Principais conclusões**

Foi nosso intento, ao longo deste trabalho, certamente incompleto e insuficiente, contribuir para uma reflexão sobre a EA, o Desenvolvimento Sustentável (DS), as ONG's, a sociedade e todos os seus intervenientes. Apesar das limitações, queremos acreditar que este estudo não foi em vão.

A EA, como componente essencial no processo de formação e educação permanentes de todos os cidadãos, com uma abordagem direccionada para a resolução de problemas, contribui para o envolvimento activo do público, torna a sociedade mais atenta e mais realista. No nosso entender é necessário implementar cada vez mais programas de EA, de modo a criar uma consciencialização colectiva que assuma responsabilidades na urgência da mudança de hábitos, tendo como fim a adopção de um modo de estar mais sustentado em relação ao meio que nos suporta.

Após a realização desta investigação, entendemos que a EA constitui uma alternativa primordial para educar a população e deve ser entendida como um modo de pensar e uma via de mudança social, a qual, perante os problemas ambientais actuais, se afigura necessária e urgente.

Verifica-se que a tomada de consciência dos cidadãos frente à temática ambiental é essencial, visto que as acções irresponsáveis ou inadequadas relacionadas directa ou indirectamente com o meio ambiente, podem causar consequências desastrosas num futuro bem próximo. Por isso surge a necessidade de despertar no Homem a necessidade de informações e a sensibilidade de percepção ambiental.

Assim sendo, a percepção ambiental pode ser entendida como fundamental para o DS, pois está intimamente relacionada com os valores, conhecimentos e atitudes do homem em relação ao ambiente, verificando nas suas acções/atitudes a ausência ou não de cuidados no ambiente no qual está inserido. De acordo com Santos (2010), o conceito de DS surge como uma conceptualização que pretende encetar passos que assegurem a justiça intra e intergeracional, através da integração de políticas ambientais e de estratégias de desenvolvimento.

Logo, conclui-se que o ser humano tem que assumir a responsabilidade pelos seus actos, porque é um agente transformador do planeta, precisa de ter consciência que a mesma capacidade que possui para destruir, tem para construir e preservar (Melo, 2010). Pudemos concluir que há diferentes formas de ver a EA e todas são muito interessantes e genuínas. Somos de opinião que não faz sentido dissociar a EA do DS. Ambos estão directamente relacionados com as atitudes dos cidadãos e com os seus comportamentos, os quais asseguram, ou não, um futuro mais sustentável.

Consideramos que há ainda muito a fazer e muitas mudanças são necessárias e urgentes. No entanto, as mudanças a nível comportamental são lentas e exigem muito trabalho e investimento.

O papel das associações tem um peso bastante relevante na informação, formação, consciencialização e tomada de atitudes em matéria de ambiente. Permite consciencializar os cidadãos para a problemática ambiental e permite que cada um possa assumir atitudes e comportamentos favoráveis e que assegurem um futuro melhor e necessariamente mais sustentável.

Estamos convictos de que a abordagem das temáticas ambientais feita pelas associações, embora não seja perfeita, permite aos cidadãos mobilizarem saberes culturais, científicos, ambientais e outros, no sentido de lhes permitir compreender a realidade envolvente, saber resolver situações do dia-a-dia e promover o desenvolvimento local.

O DS local só é possível com um maior investimento aplicado directamente nas populações, através de esclarecimentos, palestras, acções de sensibilização, campanhas de promoção ambiental, etc. Acreditamos em alternativas de desenvolvimento que promovam e facilitem o desenvolvimento local. Este desenvolvimento passará, sem dúvida, por transformações a vários níveis: económico, social, ambiental, cultural, político, etc..

Na nossa opinião é importante envolver as comunidades locais nos processos de mudança e melhorias ambientais, tendo sempre por base as características e

necessidades específicas de cada localidade. Acreditamos que as comunidades locais podem construir realidades sociais mais equitativas, saudáveis e sustentáveis.

Neste sentido, há ainda muito por fazer. No entanto, após a conclusão deste estudo ficamos com a certeza de que o trabalho das associações estudadas tem efeitos no comportamento e atitudes ambientais da população e de todos aqueles que directa ou indirectamente lidam com estas associações. É certo que umas têm um impacto mais visível que outras e são dirigidas mais directamente à população do local em que estão inseridas, contudo, fica a certeza de que, se existissem mais associações destas teríamos um futuro melhor e mais sustentável e um presente mais saudável e motivador, na medida em que haveria mais gente nas aldeias, melhor aproveitamento dos recursos naturais, mais retorno económico para a região, condições essenciais para o desenvolvimento local.

Como pudemos constatar ao longo da realização do presente trabalho, há ainda muito a fazer em relação à EA e ao DS de modo a que o nosso planeta caminhe no sentido da sustentabilidade, e cabe a todos nós tentar formar a sociedade para que tal possa acontecer. É necessário mudar mentalidades, comportamentos e atitudes perante o meio envolvente, bem como tomar consciência e assumir responsabilidades, tendo como finalidade adoptar um modo de estado mais sustentado e em maior consonância com as leis da natureza. Para tal, é necessário haver, por parte do governo e entidades competentes, não só um discurso de promessas, mas sim acções e meios para atingir os objectivos, devendo para isso serem estes a dar o exemplo a seguir, e a incentivar toda a comunidade. Quando relacionamos a EA e o DS temos em mente a promoção dos conhecimentos dos cidadãos e a consequente mudança de atitudes bem como a transformação do espírito participativo/activo dos mesmos.

Na nossa opinião é necessário implementar cada vez mais programas de EA de modo a criar uma consciência colectiva que assuma responsabilidades na urgência da mudança de hábitos, tendo como fim a adopção de um modo de estar mais sustentado e em maior consonância com as leis da natureza.

Deste modo é necessário traçar novas directrizes para a causa ecologista no que à sensibilização das populações para as mesmas diz respeito, sabendo-se, por experiência adquirida, que terão que ser os governos os primeiros a tomar medidas práticas importantes de protecção ambiental, para que os cidadãos sintam que vale a pena interiorizar e depois aplicar no seu quotidiano medidas como a separação de lixos, a utilização de transportes públicos em detrimento da viatura particular, a poupança de energia, a conservação dos recursos, entre outros. Há que assumir rapidamente que a

actual estratégia não está a obter os resultados necessários, de modo que sejam possíveis mudanças significativas no panorama actual, antes que se atinja um ponto de irreversibilidade na degradação do habitat da Terra. A mudança deve reverter também para a promoção do turismo local, da melhoria das condições de vida das aldeias e conseqüente melhoria da qualidade de vida dos seus habitantes, fornecendo-lhes mais conforto, melhores acessibilidades, melhores espaços de convívio e lazer, entre outros factores.

Em suma, esta tarefa da EA é árdua e passa pela persistência e pelo empenhamento de cada um de nós na procura da mudança de atitudes e comportamentos face ao Ambiente.

É do consenso geral que o ensino escolar não se tem revelado suficiente para preencher as lacunas “ambientais”, quer ao nível de informação como de atitudes e comportamentos, assim cabe à educação não escolar, na qual as ONG’s têm um papel primordial, formar indivíduos conscientes e competentes para esta temática.

Neste sentido, na nossa opinião, o trabalho desenvolvido pelas associações de ambiente pode desempenhar um papel activo e positivo nessa formação.

Acreditamos também, que este estudo poderá ajudar as associações que nele participaram a serem mais críticas e a melhorarem os seus trabalhos, o que resultará em benefício de toda a sociedade, e de cada um de nós em particular.

Com este trabalho pensa-se ter contribuído para a valorização e reconhecimento do trabalho das associações e para a mudança de atitudes face ao ambiente das populações. É necessário que as pessoas tomem consciência da necessidade de promover um DS que englobe todos os sectores de informação e formação para que cada sujeito (pessoa ou comunidade) construa a sua própria história na sociedade em que vive e participa. Portanto vem dar visibilidade ao trabalho muitas vezes quase anónimo que estas ONG’s locais desenvolvem também faz com que as populações locais olhem para elas, reflectam nas mais valias que trazem para a sua comunidade e, assim adiram mais às actividades que desenvolvem e aos valores que defendem.

Concluimos com a opinião de Alves (1998) que refere que “A Educação Ambiental não se aprende nem se ensina. Constrói-se”. Serve este trabalho como apelo a essa construção que se afigura necessária e urgente em termos globais e, além disso como uma oportunidade acrescida para o desenvolvimento local das comunidades mais isoladas e economicamente mais deprimidas.

## **5.2. Implicações da investigação**

As políticas ambientais procuram cada vez mais novos enfoques, integradores de uma realidade contraditória e geradora de desigualdades, que transcendem a mera aplicação dos conhecimentos científicos e tecnológicos disponíveis. O desafio é, pois, o de formular uma EA que seja crítica e inovadora, tanto a nível formal como não formal. Ou seja, a EA deve ser, acima de tudo, um acto político voltado para a transformação social (Loureiro, et al., 2009).

Segundo Caeiro (1998), “para que o equilíbrio ecológico seja possível, e para que os governos e as instituições internacionais tomem as medidas que se impõem, cabe a cada cidadão fazer todos os esforços ao seu alcance nesse sentido” (p. 128).

Ter associações culturais e recreativas significa ter um canal de comunicação com as pessoas, mas também uma fonte de recursos, ideias e projectos. Pereiro, et al, (2002) propõem um plano estratégico de associativismo que coordene as associações e que dinamize as mesmas. Contudo, cremos que será necessário um maior envolvimento de todos os protagonistas sociais para melhorar a qualidade de vida das populações, a qual está directamente relacionada com a qualidade do ambiente que as rodeia.

Como refere Gore (1993) “escolher «não fazer nada» como resposta ao aumento de provas é, na verdade, escolher continuar, e até acelerar, a indiferente destruição ambiental que está a criar uma catástrofe iminente” (p. 55).

De facto, somos de opinião que nada fazer não é, nem pode ser, solução. Assim, apesar de incompleto, este trabalho servirá como ponto de partida para outros que possam surgir. A sua realização deu-nos muita satisfação e contribuiu para a nossa formação pessoal, profissional e académica. O contacto com as associações envolvidas no estudo revelou-se extremamente enriquecedor e motivador.

## **5.3. Limitações do estudo**

Começamos por admitir que existem limitações nos resultados obtidos neste estudo, apesar das conclusões auferidas.

Uma das dificuldades com que nos deparámos aquando da realização deste trabalho foi a escassa informação que as associações disponibilizam, nomeadamente os objectivos e a fundamentação de cada uma das actividades. O que pode, obviamente, condicionar os resultados obtidos no estudo. A falta de trabalhos semelhantes como fonte bibliográfica foi também uma limitação ao estudo.

Outra limitação está relacionada com a reduzida experiência da investigadora na condução de entrevistas (instrumento utilizado na recolha de dados), e ao facto de não se ter efectuado um estudo piloto, o que teria sido possível se se desenvolvesse um estudo mais alargado no tempo. Admitimos que se poderiam ter explorado com mais profundidade as respostas dos entrevistados. Consideramos que a interacção estabelecida entre investigador e os entrevistados pode transportar alguma subjectividade, influenciando indirectamente os resultados do estudo.

#### **5.4. Sugestões para futuras investigações**

Reconhecendo que há ainda muito a saber sobre o trabalho promovido pelas associações em matéria de ambiente, consideramos importante que se desenvolvam mais estudos sobre esta temática onde possam ser aprofundadas as características do trabalho das ONG's e se possa obter um conjunto mais alargado de resultados. Assim, apontam-se algumas sugestões, que consideramos pertinentes.

Seria interessante estudar a orgânica das associações e inferir sobre a influência ou não dessa orgânica nos temas trabalhados pelas associações, pois isso permitiria obter uma visão mais clara, alargada e objectivo do trabalho que levam a cabo.

Outro assunto que nos parece merecedor de destaque é o corpo associativo, ou seja, os associados que tem cada associação e como se envolvem nas suas actividades. Sabemos que muito do trabalho que as ONG's desenvolvem está dependente da boa vontade, iniciativa e empenhamento dos seus associados. Assim seria interessante que futuras investigações fizessem essa análise.

Para futuras investigações propõem-se a extensão do estudo a outros contextos, nomeadamente com o alargamento do campo de investigação e a sensibilização do público em geral, como forma de investigar a relação entre o acesso à informação e a mobilização de atitudes com vista à promoção de estilos de vida mais sustentáveis e de um desenvolvimento local mais eficaz.

É certo que ainda é longo o caminho a percorrer. No entanto, este trabalho pretende ser um ponto de partida para futuras investigações.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Almeida, A. (2007). *Educação Ambiental – A importância da dimensão ética*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Almeida, L. & Freire, T. (1997). *Metodologia da investigação em psicologia da educação*. Braga: Psiquilibrios.
- Alves, A. M. & Souza, L. R. (2001). Desenvolvimento Local em um Contexto de Globalização. In *Anais do VI Congresso Nacional de Economia Política*. Brasil: São Paulo.
- Alves, F. L. (1998a). O Conceito de Educação Ambiental. In C. Carapeto (Coord.). *Educação Ambiental*, (pp. 61-91). Lisboa: Universidade Aberta.
- Alves, F. L. (1998b). Técnicas de acção/actuação em Educação Ambiental. In C. Carapeto (Coord.). *Educação Ambiental*, (pp. 245-276). Lisboa: Universidade Aberta.
- Anderson, G. (2000). *Fundamentals of educational reseearch*. London: Falmer Press.
- Azevedo, H. (2003). Despertar Consciências – Educação Ambiental. *Ambiente*, 21(11), 50-55.
- Barcelos, V. H. L. (2005). “Escritura” do mundo em Octávio Paz: Uma alternativa pedagógica em Educação Ambiental. In M. Sato & I. Carvalho (Orgs), *Educação Ambiental – pesquisas e desafios* (pp. 77-97). Porto Alegre: Artmed.
- Bardin, L. (1995). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Barracosa, H. & Meira, P. (2002). *Los equipamientos para la educación ambiental en Portugal: Una aproximación diagnóstica*. Diploma de estudios avanzados del programa de doctorado interuniversitario de Educación Ambiental. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela.
- Barreto, L. S. (1987). *O ambiente e a economia*. Lisboa: Ministério do Planeamento e da Administração do Território, Secretaria de Estado do Ambiente e dos Recursos Naturais.
- Bernoux, P. (2005). *A sociologia das organizações*. Porto: Rés-Editora.

- Bertrand, Y. & Guillemet, P. (1988). *Organizações: Uma abordagem sistémica*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Bertrand, Y., Valois, P. & Jutras, F. (1997). *A Ecologia na Escola – Inventar um futuro para o planeta*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Bilhim, J. A. F. (1996). *Teoria organizacional – Estruturas e pessoas*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Bogdan, R. & Biklen, S. (1994). *Investigação Qualitativa em Educação - Uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto: Porto Editora.
- Bravo, M. P. & Eisman, L. B. (1998). *Investigación Educativa*. Sevilha: Edições Alfar.
- Caeiro, S. (1998). A explosão demográfica face ao Desenvolvimento Sustentável. In C. Carapeto (Coord.). *Educação Ambiental*, (pp. 93-131). Lisboa: Universidade Aberta.
- Cans, R. (1992). *A encenação ecológica*. Venda-Nova: Bertrand Editora.
- Caride, J. A., & Meira, P. (2004). *Educação ambiental e desenvolvimento humano*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Carmo, H. & Ferreira M. M. (1998). *Metodologia da Investigação – Guia para Auto-aprendizagem*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Carson, R. (1962). *Primavera Silenciosa*. São Paulo: Edições Melhoramentos.
- Cohen, L. e Manion, I. (1990). *Métodos de investigación educativa*. Madrid: Editorial La Muralla.
- Comissão Mundial do Ambiente e do Desenvolvimento (1991). *O nosso futuro comum*. Lisboa: Meribérica/Liber, Editores.
- Costa, F. S. & Gonçalves, A. B. (2004). Educação ambiental e cidadania: Os desafios da escola de hoje. In *Sociedades contemporâneas: reflexividade e acção* (pp. 33-40). Actas dos ateliers do V Congresso Português de Sociologia. Braga: Universidade do Minho.

- Cravo, C., Londaitzbehere, L., Diogo, O. & Sousa, S. (2010). *Estudo Diagnóstico das ONG em São Tomé e Príncipe*. Lisboa: Associação para a Cooperação entre os Povos.
- Cruz, S. G. M. (2007). *A Importância da Educação Ambiental no 1.º Ciclo do Ensino Básico - Um Estudo de Caso*. Dissertação de mestrado não publicada. Porto: Universidade Portucalense.
- De-Ketele, J. & Roegiers, X. (1999). *Metodologia da recolha de dados - Fundamentos dos métodos de observações, de questionários, de entrevistas e de estudo de documentos*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Denzi, N. K., Lincoln, Y. S. & Giardina, M. D. (2006). Disciplining qualitative research. *Journal of Qualitative Studies in Education*, 19(6), 769–782.
- Dias, G. F. (1993). *Educação ambiental: princípios e práticas*. São Paulo: Editora Gaia.
- Díaz, A. P. (2002). *Educação Ambiental como projeto*. Porto Alegre: Artmed.
- Evangelista, J. (1992). *Razão e provir da Educação Ambiental*. Lisboa: Instituto Nacional do Ambiente.
- Evangelista, J. (1999). *Educação Ambiental – Uma via de leitura e compreensão*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional e Instituto de Promoção Ambiental.
- Fernandes, J. (1983). *Manual de Educação Ambiental*. Lisboa: Secretaria do Ambiente e Comissão Nacional do Ambiente.
- Ferreira, E. C. (2003). Formação em Ambiente em Portugal. *CentroAtlantico.pt Magazine*, 3, 30-31.
- Fox, D. (1981). *El proceso de investigación en educación*. Pamplona: Ediciones Universidad de Navarra.
- Ghiglione, R. & Matalon, B. (2001). *O Inquérito – Teoria e Prática*. Oeiras: Celta Editora.
- Giordan, A. & Souchon, C. (1997). *Uma Educação para o Ambiente*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional e Instituto de Promoção Ambiental.

- Giordan, A. (1996). *A Educação Ambiental na Europa*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional e Instituto de Promoção Ambiental.
- Goff, A. L. (2005). *Os arquivos das ONG – Uma memória a partilhar. Guia prática em 60 perguntas*. França: ICA.
- Gore, A. (1993). *A Terra à procura de Equilíbrio - ecologia e espírito humano*. Lisboa: Editorial Presença.
- Guerra, I. C. (2006). *Pesquisa Qualitativa e análise de conteúdo – sentidos e formas de uso*. Cascais: Príncípia Editora.
- Gutiérrez-Péres, J. (2005). Por uma formação dos profissionais ambientalistas baseada em competências de acção. In M. Sato & I. Carvalho (Orgs), *Educação Ambiental – pesquisas e desafios* (pp. 177-211). Porto Alegre: Artmed.
- Hulot, N., Barbault R. & Bourg D. (1999). *Para que a terra permaneça humana*. Lisboa: Editorial Bizâncio.
- Instituto de Promoção Ambiental (1999). *A Educação Ambiental na política pública de ambiente – Um historial e uma bibliografia de referência*. Lisboa: Instituto de Promoção Ambiental.
- Instituto do Ambiente (2004). *Educação Ambiental. Conceito e História*. Lisboa: Instituto do Ambiente.
- Instituto Nacional do Ambiente (1989). *Apointamentos de Introdução à Educação Ambiental*. Lisboa: Instituto Nacional do Ambiente.
- Jacobi, P. (2003). *Educação Ambiental, Cidadania e Sustentabilidade*. Cadernos de Pesquisa, 118, 189-205.
- Koff, A. & Pereira, E. (1990). *Discutindo a preservação da vida - Educação Ambiental*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Lakatos, E. M. & Marconi, M. A. (1990). *Fundamentos de Metodologia Científica*. São Paulo: Editora Atlas.
- Latorre, A., Rincon, D. & Arnal, J. (2003). *Bases Metodológicas de la investigación Educativa*. Barcelona: Ediciones Experiência.

- Lessard-Hébert, M., Goyette, G. & Boutin, G. (1994). *Investigação Qualitativa – Fundamentos e Práticas*. Coleção Epistemologia e Sociedade. Lisboa: Instituto Piaget.
- Loureiro, E., Albuquerque, C., Carvalho, G. S., Maruri, A. (2009). Educação Ambiental: o papel atribuído aos actores educativos. In B. Pereira, et al. (coord.), *Seminário Internacional de Educação Física, Lazer e Saúde*, 5. Ponta Delgada: Universidade dos Açores.
- Lüdke, M. & André, M. (1986). *Pesquisa em Educação: Abordagens qualitativas*. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária.
- Machado, M. D. S. F. (2006). *Uso Sustentável da Água: Actividades Experimentais para a Promoção e Educação Ambiental no Ensino Básico*. Tese de doutoramento não publicada. Aveiro: Universidade de Aveiro, Instituto de Estudos da Criança.
- Martins, M. C. C. (1996). *Atitudes dos jovens face ao ambiente – Perspectiva diferencial e desenvolvimentista*. Tese de mestrado não publicada. Lisboa: Universidade de Lisboa, Departamento de Educação da Faculdade de Ciências.
- Mateus, M. N. E. (2001). *O estudo do meio social como processo educativo de desenvolvimento local*. Tese de doutoramento não publicada. Vila Real: Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.
- Mckeown R. & Hopkins, C. (2002). Education for Sustainable Development. An International Perspective. In D. Tilbury, R. B Stevenson, J. Fein & D. Schreuder (Eds), *Environmental Education Research, Responding to the Global Challenge*, 9(1), 117-128.
- Meadows D., Meadows D. e Randers J. (1993). *Além dos limites - Da catástrofe total ao futuro sustentável*. Lisboa: Difusão Cultural.
- Medeiros, I. (1992). Formação como projecto ou o projecto de formação. In M. H. Cavaco (Org), *A Educação Ambiental para o desenvolvimento – testemunhos e notícias* (pp. 101-113). Lisboa: Escolar Editora.
- Melo, A. L. (2010). Análise da percepção ambiental de diferentes segmentos da sociedade de Cajuru/SP frente a aspectos ligados a legislação ambiental básica. São Paulo: Centro Paula Souza.

- Miralles, J. (1999). *Ecologia para organizações juvenis – Manual de sensibilização ambiental*. Lisboa: Associação para a Promoção Cultural da Criança (APCC).
- Morata, F. & Cots, F. (2006). Una estrategia de desarrollo sostenible para la eurorregion Pirineos-Mediterráneo. *Desenvolvimento Sustentable e Territorio na Eurorrexión Galicia-Norte de Portugal*, 10, 9-27.
- Morgan, D. L. & Guevara H. (2008). *Interview Guide*. The Sage Encyclopedia of Qualitative Research Methods. 2008. London: SAGE Publications. Consultado em [http://www.sage-ereference.com/research/Article\\_n238.htm](http://www.sage-ereference.com/research/Article_n238.htm)
- Nascimento, I. G. (1992). A Educação Ambiental na formação do cidadão. In M. H. Cavaco (Org), *A Educação Ambiental para o desenvolvimento – testemunhos e notícias* (pp. 85-88). Lisboa: Escolar Editora.
- Navarro, F. F. (2005). Lo ambiental e lo sustentable – posibilidad e imposibilidad de significados y significante: Un análisis conceptual en la tensio. *Ethos Educativo*, 32, 71-81.
- Novo, M. (1998). *La educación ambiental - Bases éticas, conceptuales y metodológicas*. Madrid: Editorial Universitas.
- Oliveira, J. L. (2004). Desenvolvimento Sustentável: Um desafio intergeracional. *Revista Retur - Revista eletrónica de turismo*. Núcleo de Estudos Pedagógicos e Administrativos, 16, 1-17.
- Oliveira, L. F. (1989). *Educação Ambiental. Guia prático para Professores, Monitores e Animadores Culturais e de Tempos Livres*. Lisboa: Texto Editora.
- Pardal, L. & Correia, E. (1995). *Métodos e técnicas de investigação social*. Porto: Areal Editores.
- Partidário, M. R. (2007). *Guia de boas práticas para Avaliação Ambiental Estratégica – orientações metodológicas*. Amadora: Agência Portuguesa do Ambiente.
- Pedrini, A. G. & De-Paula, J. C. (2002). Educação Ambiental: críticas e propostas. In A. G. Pedrini (Org), *Educação Ambiental – Reflexões e práticas contemporâneas* (pp. 88-145). Petrópolis: Editora Vozes.

- Pedrosa, M. A. (2010). Repensar Educação Ambiental e Educação para Desenvolvimento Sustentável – Reforçar as Metas de Desenvolvimento do Milénio. In C. A. Muniz, W. L. P. Santos, M. A. B Braga, M. D. Maciel, D. Auler, & A. Chrispino (Orgs.), *Educação para uma nova ordem socioambiental no contexto da crise global*. II Seminário Ibérico-americano CTS no Ensino das Ciências. Brasília: Universidade de Brasília.
- Pereiro, X., Silva, P., Pinto, C. & Martins C. (2002). *Relatório de Investigação do Projecto Filandouro nos concelhos do Planalto Mirandês*. Vila Real: Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.
- Pinto, J. J. M. R. (2004). *Participação social e Educação Ambiental: os processos participativos nas estratégias locais de sustentabilidade – Um estudo de caso*. Tese de Doutoramento não publicada. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela.
- Ramos-Pinto, J. (2004). Educação Ambiental em Portugal: Raízes, influências, protagonistas e principais acções. *Educação, Sociedade & Culturas*, 21, 151-165.
- Raposo, I. (1997). *Não há Bichos-de-Sete-Cabeças*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional e Instituto de Promoção Ambiental.
- Rasco, F. A. & Recio, R. V. (2003). Los estudios de caso, una aproximación teórica. In, R. V. Recio & F. A. Rasco (Orgs.), *Introducción a los estudios de casos. Los primeros contactos com la investigación etnográfica* (pp. 15-51). Málaga: Ediciones Aljibe.
- Rodrigues, F. & Stoer, S. (1993). *Acção local e mudança social em Portugal*. Lisboa: Fim de Século Edições.
- Ruscheinsky, A. (2005). A pesquisa em história oral e a produção de conhecimento em educação ambiental. In M. Sato & I. Carvalho (Orgs.). *Educação Ambiental – Pesquisa e Desafios*, (pp. 135-148). Porto Alegre: Artmed.
- Rodrigues, V. (2009). *Desenvolvimento Sustentável - Uma introdução crítica*. Parede: Principia.
- Sá, P. A. P. (2008). *Educação para o Desenvolvimento Sustentável no 1.º CEB: Contributos da Formação de Professores*. Tese de doutoramento não publicada. Universidade de Aveiro, Departamento de Didáctica e Tecnologia Educativa.

- Santos, M. F. A. (2010). *A Educação Ambiental no Ensino Básico: valores e atitudes ambientalistas de jovens*. Tese de mestrado não publicada. Bragança: Instituto Politécnico de Bragança. Escola Superior de Educação.
- Sato, M. & Santos, J. E. (2003). Tendências nas pesquisas em educação ambiental. In F. Noal & V. Barcelos (Orgs.), *Educação ambiental e cidadania: cenários brasileiros*, (pp. 253-283). Santa Cruz do Sul: EDUNISC.
- Schmidt, L. (2008). *Políticas Ambientais em Portugal – processos e insucessos entre o “global” e o “nacional”*. In *Globalização, Política e Cidadania*, VI Congresso Português de Sociologia (pp. 1-9). Lisboa: Universidade Nova de Lisboa.
- Schmidt, L., Nave, J. G. & Guerra, J. (2006). *Autarquias e Desenvolvimento Sustentável – Agenda 21 Local e novas Estratégias Ambientais*. Porto: Fronteira do Caos.
- Schmidt, L., Nave, J. G. & Guerra, J. (2010). *Educação Ambiental – Balanço e perspectivas para uma agenda mais sustentável*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Sequinel, M. C. M. (2002). Cúpula mundial sobre desenvolvimento sustentável - Joanesburgo: entre o sonho e o possível. *Análise Conjuntural*, 24(11-12), 12-15.
- Soromenho-Marques, V. (1998). *O futuro frágil – os desafios da crise global do ambiente*. Mem-Martins: Publicações Europa-América.
- Sorrentino, M. (1993). Educação Ambiental: avaliação de experiências recentes e suas perspectivas. In B. Pagnoccheschi (Coord.), *Educação Ambiental: Experiências e perspectivas* (pp.102- 119). Brasil: Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais.
- Sorrentino, M., Trajber, R., Mendonça, P. & Junior, L. A. F. (2005). Educação ambiental como política pública. *Educação e Pesquisa* 31(2), 285-299.
- Sousa, A. B. (2005). *Investigação em Educação*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Stake, R. E. (2007). *A arte da investigação com estudos de caso*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

- Tenreiro-Vieira, C. & Vieira, R. M. (2004). Gestão e articulação de dimensões do currículo de Matemática por Professores do 1º Ciclo do Ensino Básico: impacte de um programa de formação. *Revista de Educação*, 12(1), 49-62.
- Vala, J. (1986). A análise de conteúdo. In A. S. Silva & J.M. Pinto (Orgs.), *Metodologia das Ciências Sociais* (pp. 101-128). Porto: Edições Afrontamento.
- Vasconcellos, H. S. R. (2002). A pesquisa-ação em projectos de Educação Ambiental. In A. G. Pedrini (Org), *Educação Ambiental – Reflexões e práticas contemporâneas* (pp. 260-289). Petrópolis: Editora Vozes.
- Vilches, A. & Gil-Pérez, D. (2010). Educación Ambiental y Educación para el Desarrollo Sostenible: Convergencias y (supuestas) divergências. In C. A. Muniz, W. L. P. Santos, M. A. B Braga, M. D. Maciel, D. Auler, & A. Chrispino (Orgs.), *Educação para uma nova ordem socioambiental no contexto da crise global*. II Seminário Ibérico-americano CTS no Ensino das Ciências. Brasília: Universidade de Brasília.
- Yin, R. (1992). *Case study research: Desing and methods*. Beverly Hills: SAGE.



## **LEGISLAÇÃO CONSULTADA**

Lei n.º 2133 de 20 de Dezembro – Organização do III Plano de Fomento

Lei n.º 46/86 de 14 de Outubro – Lei de Bases do Sistema Educativo

Lei n.º 10/87 de 4 de Abril – Lei das Associações de Defesa do Ambiente

Lei n.º 11/87 de 7 de Abril – Lei de Bases do Ambiente

Lei n.º 35/98 de 18 de Julho - Estatuto das organizações não governamentais de ambiente

Portaria 316/71 - Comissão Nacional do Ambiente

Decreto-Lei n.º 55º/75, de 30 de Setembro - Serviço Nacional de Participação das Populações (SNPP)

Resolução do Conselho de Ministros (109/2007) - Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável



**Anexo 1 - Guião da entrevista para os dirigentes associativos**

I **Tema:** Associações de Ambiente do distrito de Bragança

II **Objectivos Gerais:** Caracterizar as práticas desenvolvidas por associações do distrito de Bragança e sua pertinência para a Educação Ambiental; Avaliar o impacto na população das actividades desenvolvidas pela Associação X

III **Objectivos específicos e estratégias** (guião; orientação geral)

<b>Designação dos blocos</b>	<b>Objectivos específicos</b>	<b>Para um formulário de perguntas</b>	<b>Observações</b>
<b>A.</b> Legitimação da entrevista e motivação	a) Legitimar a entrevista; b) Motivar o entrevistado a participar na entrevista.	1. Informar, em termos gerais, sobre o trabalho; 2. Solicitar a ajuda do dirigente, pois o seu contributo é imprescindível para o êxito do trabalho; 3. Assegurar o carácter confidencial das informações prestadas.	Tempo médio: 5 minutos  Responder de modo preciso, breve e esclarecedor, a todas as perguntas do entrevistado, sem desvio de objectivos específicos.
<b>B.</b> Formação académica	a) Conhecer que tipo de formação o Dirigente associativo possui ao nível da Educação Ambiental	1. Que curso possui? 2. Que tipo de formação teve ao nível da EA? 3. Após ter concluído a sua formação inicial já frequentou algum curso de formação nesta área? Quais? 4. A formação que hoje detém permite-lhe encarar sem dificuldade o trabalho de EA na Associação que dirige?	Os tópicos expressos neste e nos blocos seguintes, constituem pontos de partida para elaboração das perguntas, as quais dependerão, em última instância, das características da entrevista e do entrevistado.

<p><b>C. Práticas de EA</b></p>	<p><b>a)</b> Entender qual o conceito de EA que o dirigente associativo possui.</p> <p><b>b)</b> Conhecer e caracterizar as práticas utilizadas pelo dirigente associativo para a realização das actividades de EA.</p>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. O que pensa sobre a EA nas Associações?</li> <li>2. O que entende por EA?</li> <li>3. Costuma Realizar actividades de EA?             <ol style="list-style-type: none"> <li>3.1 Em que contextos?</li> <li>3.2 Que situações privilegia?</li> <li>3.3 Que materiais utiliza? Como os consegue?</li> <li>3.4 Como Faz (Estratégias)?</li> <li>3.5 Como estrutura o seu trabalho (elabora ou não um guião/protocolo de actividades?)</li> <li>3.6 Como organiza o seu público-alvo?</li> </ol> </li> <li>4. Como se sente quando realiza actividades de EA? Que dificuldades encontra?</li> <li>5. Quando realiza actividades de EA tem intenção de chegar a teorias ou de dar resposta a conceitos teóricos previamente abordados?</li> </ol>	<p>Na entrevista será utilizado o modelo semidirectivo, pelo que se centrará no dirigente associativo. O entrevistador evitará interrompê-lo e promoverá a sua expressão.</p> <p>Preconiza-se que a ligação entre as perguntas ocorra de um modo articulado, no sentido de evitar que a entrevista assuma uma forma compartimentada.</p>
---------------------------------	---	---	--

	<p><b>c)</b> Avaliar o impacto na população das actividades de EA desenvolvidas na Associação.</p>	<p>6. Que outros comentários gostaria de fazer acerca das actividades de EA desenvolvidas neste tipo de associações?</p> <p>7. Na sua opinião as actividades de EA desenvolvidas têm impacto na população? Em que medida? Como avalia esse impacto?</p> <p>8. Como pensa que a população em geral avalia o trabalho da Associação?</p>	
--	--	--	--

**Anexo 2 - Guião da entrevista para os elementos da população**

- I **Tema:** Associações de Ambiente do distrito de Bragança
- II **Objectivo Geral:** Avaliar o impacto na população das actividades desenvolvidas pela Associação X
- III **Objectivos específicos e estratégias** (guião; orientação geral)

Designação dos blocos	Objectivos específicos	Para um formulário de perguntas	Observações
<b>A.</b> Legitimação da entrevista e motivação	a) Legitimar a entrevista;  b) Motivar o entrevistado a participar na entrevista.	1. Informar, em termos gerais, sobre o trabalho; 2. Solicitar a ajuda do representante da população, pois o seu contributo é imprescindível para o êxito do trabalho; 3. Assegurar o carácter confidencial das informações prestadas.	Tempo médio: 5 minutos  Responder de modo preciso, breve e esclarecedor, a todas as perguntas do entrevistado, sem desvio de objectivos específicos.
<b>B.</b> Práticas de EA	c) Entender qual o conceito de EA que o representante da população possui.	9. O que entende por EA?  10. O que pensa sobre a EA nas Associações?  11. Costuma participar em actividades de EA?  11.1 Em que contextos? 11.2 Promovidas por quem?	Os tópicos expressos neste e nos blocos seguintes, constituem pontos de partida para elaboração das perguntas, as quais dependerão, em última instância, das características da entrevista e do entrevistado.

	<p>d) Avaliar o impacto na população das actividades de EA desenvolvidas na Associação.</p>	<p>12. Na sua opinião as actividades de EA desenvolvidas pela Associação X têm impacto na população? Em que medida?</p> <p>13. Como avalia esse impacto? Que abrangência tem a nível económico, geográfico, etc.?</p> <p>14. Como pensa que a população em geral avalia o trabalho da Associação?</p>	<p>Na entrevista será utilizado o modelo semidirectivo, pelo que se centrará no dirigente associativo. O entrevistador evitará interrompê-lo e promoverá a sua expressão. Preconiza-se que a ligação entre as perguntas ocorra de um modo articulado, no sentido de evitar que a entrevista assuma uma forma compartimentada.</p> <p>As reacções não verbais também serão registadas.</p>
--	---	---	---